



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Cinthy de Oliveira Nunes

**“A cidade vai ao campo”: o serviço de radiodifusão e a educação rural nos  
anos de 1943 a 1951**

São Gonçalo

2018

Cinthy de Oliveira Nunes

**“A cidade vai ao campo”:** o serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943  
a 1951

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Camara

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

N972 Nunes, Cinthya de Oliveira.  
“A cidade vai ao campo”: o serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943 a 1951 / Cinthya de Oliveira Nunes. – 2018.  
164f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Camara.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação rural – Teses. 2. Radiodifusão educativa – Teses. 3. Educação – História – Teses I. Camara, Sônia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 37(1-22)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Cinthy de Oliveira Nunes

**“A cidade vai ao campo”: o serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943  
a 1951**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Aprovada em: 05 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Camara (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. Jorge Antonio Rangel

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. José Cláudio Sooma

Universidade Federal do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2018

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos que nunca desistem de lutar.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que nada acontece por acaso e que existe uma força maior que coloca pessoas certas nos momentos certos para cada etapa da vida. Sou muito grata a Deus por ser essa força para mim, e ter escolhido pessoas especiais para dividir comigo as felicidades, alegrias, angústias e os sonhos. E, quantos sonhos. Esse é mais um, que imaginei desde a graduação em Pedagogia, e após a construção da dissertação tudo que eu sinto é gratidão. Por isso, agradeço a todos que me ajudaram direta ou indiretamente.

Obrigada ao meu pai Eduardo e a minha mãe Eloisa. Eles são a minha fonte de amor e energia. Sei que posso contar sempre com vocês. Agradeço principalmente a minha mãe, por entender as minhas ausências, pelo colo e acolhida e por vibrar a cada conquista. Companheira, amiga e guerreira, sua força alimenta os meus sonhos.

Às minhas amigas Jessica e Raquel. Elas são como irmãs, me emprestam os seus ouvidos nas alegrias e nas angústias, vibrando com as minhas vitórias. Ao Guilherme, por ter sido compreensivo, paciente e motivador. Obrigada por me proporcionar alegrias, enfrentamentos e novas experiências. Os dias são mais leves com o apoio de vocês.

Agradeço à minha orientadora Sônia Camara, por fazer da pesquisa um ato de amor. Por cada hora dedicada ao meu trabalho e dos meus pares. Sinto-me honrada em ter sido orientada nas linhas escritas, nas palavras ditas, no olhar e nas atitudes que eu levo como ensinamentos de vida. Obrigada por acreditar em mim e no meu potencial.

Agradeço com muita felicidade o aceite da banca constituída pelos professores Jorge Antônio Rangel (Fidel), José Claudio Sooma, e Luiz Fernando Sangenis. Compartilharam seus conhecimentos, dedicaram tempo e fizeram observações significativas e de grande aprendizado. Obrigada por participarem desse momento importante de minha trajetória acadêmica-profissional.

Nesse processo de construção tivemos o prazer de compartilhar experiências de vida, pesquisa e trabalho no Núcleo Interdisciplinar em História da Educação e Infância (NIPHEI). Agradeço ao professor Fidel pelo incentivo constante na minha trajetória acadêmica. Ao grupo de estudo do seminário de pesquisa, pela partilha de leituras, impressões, angústias e conhecimentos. Em especial, a minha parceira de turma Alessandra por dividir comigo as dificuldades e alegrias da construção do trabalho. As meninas do rádio Rosa e Niely, pela troca e torcida. A companheira Bruna, pela amizade e solidariedade. Muito obrigada aos queridos: Cláudio, Jodar, Marcela, Leonardo, Simone, Thais Rosa, Fernanda, André, Adelly,

Marcelly, Carol e Thais Sales. Fazer parte desse grupo durante os 24 meses de curso no período de inconstância da universidade pública, foi para mim fonte de inspiração.

Agradeço também a Escola Municipal Valéria de Mattos Fontes pelos momentos de alegrias e de luta por uma educação pública de qualidade. Em especial, a minha querida Creuza com ajuda para a verticalização do meu horário de trabalho, tornando possível o curso das disciplinas. Meus sinceros agradecimentos à diretora Conceição pela compreensão nas minhas ausências. Aos amigos Denise, Zezé, Jailda, Wallace, Luciene, Regina, Fernanda, Nívia, Cris e Raquel pelo carinho, apoio e torcida.

Agradeço à equipe Ciep- Rosendo Marcos Rica, na qual compartilho a função de professora das séries iniciais do Ensino Fundamental. Principalmente à minha amiga Natália pelo convite. Só tenho a agradecer a parceria e confiança: o diretor - Camilo, o orientador pedagógico – Jeferson, e aos colegas de ofício. Com vocês tenho a oportunidade de vivenciar uma nova experiência docente.

Finalizo esta dissertação com felicidade. Posso afirmar que o processo de pesquisa e escrita me transformou em uma pessoa mais madura tanto no pessoal quanto no profissional. Adquiri muitos aprendizados, desenvolvi a escuta atenta, paciência, concentração e troquei experiências que me ajudaram a chegar até aqui. Meu coração transborda de alegria e gratidão em saber que levarei deste trabalho sabedoria e energias positivas. Sigo com fé, em busca de novos sonhos.

## RESUMO

NUNES, Cinthya de Oliveira. “*A cidade vai ao campo*”: o serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943 a 1951. 2018. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Esta pesquisa tem como intenção analisar as concepções de educação rural que se materializaram com a implementação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), nos anos de 1943 a 1951, procurando discutir as ideias em disputa que se corporificam na atuação deste serviço. O período demarcado justifica-se, por ter no ano de 1943, sido criado o Serviço e com ele ocorrida a posse da primeira diretoria do Serviço de Radiodifusão Educativa. Para a direção do Serviço foi nomeado o médico baiano Fernando Tude de Souza. O ano de 1951 marca o fim dessa diretoria. Criado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante a vigência do Estado Novo (1937-1945), o Serviço de Radiodifusão Educativa foi concebido como parte do movimento civilizatório que pensava a educação e a saúde como elementos capazes de integrar o país e regenerar o povo assolado pelas doenças e o analfabetismo. Neste sentido, algumas questões se apresentam como significativas: Que concepções de educação e, em especial de educação rural, estiveram em disputa na implementação do serviço? Como se materializou o projeto de educação rural assumido pelo Serviço de Radiodifusão Educativa? Para tecer esta trama utilizaremos como fontes documentais, o Estatuto Brasileiro de Radiodifusão (1935), a revista *Infância e Juventude* (1936-1937), as cartas, conferências e discursos proferidos por Fernando Tude de Souza (1943-1951). Desta forma, o diálogo com as fontes se constituirá com Velho (1987), Rangel (1997), Oliveira (2001), Freitas (2001), Sirinelli (2003), Calabre (2004), Camara (2010) e (2013), Pandolfi (2012), Capelato (2012), Velloso (2012), Oliveira (2012), entre outros.

Palavras-chave: História da educação. Serviço de radiodifusão educativa. Educação rural.

Fernando Tude de Souza.

## ABSTRACT

NUNES, Cinthya de Oliveira. *"The city goes to the countryside": the broadcasting service and rural education in the years 1943 to 1951*. 2018. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

This research intends to analyze the conceptions of rural education that materialized with the implementation of the Educational Broadcasting Service (SRE), from 1943 to 1951, trying to discuss the ideas in dispute that are embodied in the performance of this service. The demarcated period is justified, because in 1943 the Service was created and with it occurred to the possession of the first directorate of the Educational Broadcasting Service. For the direction of the Service was named the Bahian physician Fernando Tude de Souza. The year 1951 marks the end of this board. Created by the Minister of Education and Health, Gustavo Capanema, during the New State period (1937-1945), the Educational Broadcasting Service was conceived as part of the civilizing movement that thought education and health as elements capable of integrating the country and regenerate the people plagued by disease and illiteracy. In this sense, some questions appear as significant: What conceptions of education, and especially rural education, were in dispute in the implementation of the service? How did the rural education project undertaken by the Educational Broadcasting Service materialize? In order to weave this plot we will use as documentary sources, the Brazilian Statute of Broadcasting (1935), the magazine *Childhood and Youth* (1936-1937), the letters, conferences and speeches given by Fernando Tude de Souza (1943-1951). In this way, the dialogue with the sources will be constituted with Velho (1987), Rangel (1997), Oliveira (2001), Freitas (2001), Sirinelli (2003), Calabre (2004), Camara Pandolfi (2012), Capelato (2012), Velloso (2012), Oliveira (2012), among others.

Keywords: History of education. Educational broadcasting service. Rural education. Fernando Tude de Souza.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	População de 1900 a 1970 .....	38
Quadro 2 -	Taxa de mortalidade infantil de 1925 a 1941 .....	42
Figura 1 -	Posto de saúde volante no Distrito Federal .....	44
Quadro 3 -	O desenvolvimento da Radiodifusão no Brasil de 1922 a 1937 .....	72
Quadro 4 -	Rede de radiodifusão .....	89
Quadro 5 -	Programação do Serviço de Radiodifusão Educativa .....	111
Figura 2 -	Fernando Tude de Souza no jornal <i>A Noite</i> .....	138
Figura 3 -	Anúncio do programa <i>O que vai pelo mundo</i> .....	139
Figura 4 -	Getúlio Vargas no discurso do Ano Novo na Rádio Nacional .....	140
Figura 5 -	Anúncio do curso de conferências <i>Problemas após-guerra</i> .....	147

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AIB	Ação Integralista Brasileira
ABR	Associação Brasileira de Rádio
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CFB	Confederação Brasileira de Radiodifusão
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Propaganda
DNPDC	Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Nacional Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SRE	Serviço de Radiodifusão Educativa
SPE	Estação da Repartição Geral dos Telégrafos
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>PENSANDO OS “BRASIS”: UMA EDUCAÇÃO PARA A ZONA RURAL</b> .....	24
1.1	<b>Uma questão de nacionalidade: O problema vital</b> .....	24
1.2	<b>“Um país vale pela qualidade de sua gente”</b> .....	36
1.2.1	<u>Por um ensino agrícola</u> .....	47
1.3	<b>Reflexões em torno da Educação Rural</b> .....	53
2	<b>A RADIODIFUSÃO NO BRASIL: UM MEIO DE COMUNICAÇÃO E DE EDUCAÇÃO</b> .....	67
2.1	<b>Pelas ondas do rádio: A radiodifusão no Brasil</b> .....	67
2.2	<b>O jornal de quem não sabe ler: A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro</b> .....	78
2.3	<b>As disputas em torno de um projeto de educação: O Serviço da Radiodifusão Educativa</b> .....	92
3	<b>PARA ALÉM DA ESCOLA: A EDUCAÇÃO VIA RÁDIO</b> .....	104
3.1	<b>Pela unidade nacional: O Serviço de Radiodifusão Educativa e a Educação Rural na PRA-2</b> .....	104
3.2	<b>Linhas e entrelinhas: a gestão de Fernando Tude de Souza</b> .....	116
3.2.1	<u>Serviço de Radiodifusão Educativa: outros sentidos</u> .....	129
3.3	<b>“Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil”</b> ...	132
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	154
	<b>REFERENCIAS</b> .....	159

## INTRODUÇÃO

Um dia, certo incorrigível otimista imaginou as condições da vida no Brasil, completamente transformadas, em pouco tempo, espalhada a cultura popular por meio da radiotelefonía, em todo o nosso território, atingindo a grande massa dos que não sabem ler (ROQUETTE-PINTO, *apud* SALGADO 1946, p. 26).

Na década de 1920, o Brasil iniciou seu desenvolvimento em tecnologia de comunicação. O primeiro sinal deste movimento foi durante a comemoração do Centenário da Independência do Brasil no dia 07 de Setembro de 1922, com a transmissão do discurso do presidente da República Epitácio Pessoa, na inauguração da Exposição Internacional do Distrito Federal. Na ocasião foram instalados equipamentos da empresa *Westinghouse Electric International Co* e da *CIA Brasileira SPC*, no alto do Corcovado e alto falantes nas praças do Rio de Janeiro. A transmissão da *Rádio Corcovado* irradiou por alguns meses, palestras, conferências, discursos e músicas em São Paulo, Niterói e Petrópolis (SALGADO, 1946, p. 18).

A partir da *Rádio Corcovado* (1922), outras estações foram criadas como: a *Rádio Sociedade*, *Rádio Clube de Pernambuco*<sup>1</sup>, *Rádio Clube Paranaense*, *Rádio Educadora Paulista*, *Rádio Maranhão* e todas no ano 1923. No entanto, segundo Salgado (1946, p. 18), a *Rádio Sociedade* do Rio de Janeiro foi a primeira rádio educativa do Brasil. Nasceu, segundo ele, da vontade de Edgar Roquette-Pinto e Henrique Morize que durante sessão na Academia Brasileira de Ciências no Rio de Janeiro, defendiam a ideia de se criar um instrumento capaz de transmitir educação e cultura à sociedade.

De acordo com Santos (2016), a regulamentação de frequência de ondas curtas, entre 550 a 1550 KHz, em 1925, possibilitou a emergência de outras emissoras como: a *Rádio do Brasil* (1925) e a *Rádio Record* (1932). Estas lançavam cantores da música popular nas quais, Francisco Alves e Mario Reis tiveram grande notoriedade. Com a popularização do rádio, o Presidente da República Getúlio Vargas, em 1932 concedeu a divulgação comercial em 10% da programação de cada emissora, além das concessões distribuídas as empresas privadas.

Com suporte advindo da divulgação comercial, muitas emissoras conseguiram manter suas atividades como, as rádios *Nacional* e *Record*, e outras foram inauguradas ao longo da década de 1930, como: *Rádio Myrink Veiga* (1934), *Rádio Jornal do Brasil* e *Rádio Tupi* em 1935 e a *Rádio Nacional* do Rio de Janeiro (1936), que incluiu o programa a *Voz do Brasil* do

---

<sup>1</sup> Segundo Salgado (1946), a *Rádio Pernambuco* foi criada em 1919 de forma experimental, mas só iniciou suas atividades a partir de 1922.

presidente da República Getúlio Vargas na sua programação. Porém, em 1936, Roquette-Pinto e Henrique Morize por acreditarem na finalidade educativa e sem fins lucrativos da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro resolveram doar a emissora para o Ministério da Educação. “O porquê da doação: Não dispondo de capital para aumentar a potência da sua estação conforme exige o Governo – a Rádio Sociedade resolve encerrar a sua atividade como rádio difusora” (ROQUETTE-PINTO, *apud*, SALGADO, 1946, p. 24).

Assim, em 1936 o sócio fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto, viu os ideais educativos da rádio abalados e a doou à rádio para o Ministério da Educação e Cultura, tonando-se *PRA-2* do Ministério da Educação, em 1937. Esse órgão conseguiu expandir a radiação e criou o Serviço de Radiodifusão Educativa (RANGEL, 2010, p. 98-99). Tratava-se de uma organização que pretendia manter o projeto educativo de Roquette-Pinto. Este tinha como objetivo difundir o conhecimento, informar e educar a população brasileira a partir da integração entre escola e rádio. Com uma programação bastante variada em música, aulas de ciências naturais e físicas, língua portuguesa, literatura, tradições regionais, pretendia levar o rádio aonde a escola não chegava, atingindo assim todo o país (SALGADO, 1946).

Com a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa ainda em 1936, o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema (1934-1945), com o apoio do presidente da República Getúlio Vargas, adquiriu equipamentos mais potentes com 25kws em 1942 para a rádio *PRA-2* do Ministério da Educação. Segundo Salgado (1946, p. 71), o Serviço teve orçamento necessário para sua existência a partir de 1942, quando sua programação passou a ser irradiada em amplitude nacional.

Afirmamos que esta pesquisa nasceu da vontade de explorar para além da escola, outros meios que contribuíssem para a promoção da educação no país. Este caminho se delineou na graduação de Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores (FFP\UERJ) na qual estive desde 2013, voltada à realização de pesquisa em História da Educação como bolsista de Estágio Interno Complementar e de Iniciação Científica no Núcleo Interdisciplinar de pesquisas em História da Educação e da Infância (NIPHEI)<sup>2</sup>.

Nesse período, me chamavam atenção os temas relacionados à história da formação de professores, da Liga Brasileira Contra a Tuberculose, o movimento da Escola Nova e de alguns intelectuais que atuaram na transformação social do Brasil nas primeiras décadas do

---

<sup>2</sup> Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), sob a coordenação dos professores Dra. Sônia Camara e Dr. Jorge Antônio Rangel, localizado na Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ).

século XX. Em estudo monográfico tive a possibilidade de analisar os anais da Primeira Conferência Nacional de Educação (1927)<sup>3</sup>, que expressava os debates produzidos na Associação Brasileira de Educação (ABE, 1924) durante a década de 1920. Após ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores (FFP-UERJ), com o projeto: *O Discurso Ético e Higienista da Associação Brasileira de Educação na I Conferência Nacional de Educação em 1927*. Com o avanço da pesquisa revisitamos o objeto e a sua demarcação a fim de delimitar melhor a sua problematização.

Em busca de fontes, localizamos durante uma visita juntamente com o grupo de bolsistas do NIPHEI e a orientadora à Biblioteca Nacional a *Revista Infância e Juventude*<sup>4</sup>: periódico educacional da década de 1930, destinado aos educadores e entidades do Brasil, que promovia a problematização de assuntos referentes à construção do primeiro Plano Nacional de Educação (1936), dos debates sobre a organização da educação nacional e educação rural, e das metodologias de ensino. Chamou nossa atenção a quantidade expressiva de artigos destinados a refletir sobre a criação de metodologias específicas para a educação da zona rural<sup>5</sup>.

A partir da leitura da *Revista Infância e Juventude*, das pesquisas referentes à educação e assistência à infância, nas quais a preocupação com a formação nacionalista se fazia presente na educação das crianças e dos professores, fiquei a pensar sobre quais teriam sido e, como foram produzidos os projetos de educação rural no Brasil. Interessava-nos entender como se deu a aplicação de investimento estatal entre o espaço urbano e rural e se esse corroborava para uma dualidade entre o que era considerado urbano e rural. A existência de condições de educação e saúde de formas muito distintas, parecia ser um indicativo para isso, bem como a dificuldade de acesso à escola e saúde eram flagrantes, devido à baixa concentração dos serviços em algumas regiões do país.

Deste modo, “[...] para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição deve ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje” (BLOCH, 2001, p. 67). Tendo em vista esse desafio, nos perguntamos sobre as ambiguidades da educação e os dilemas em torno da educação a todos. Ao ampliar a lente de análise procuramos dimensionar a educação pelo ensino das ciências, cultura, saúde e valores

---

<sup>3</sup> NUNES, Cinthya de Oliveira. *A Primeira Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação (1924-1927)*. Monografia (graduação). Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo: 2015.

<sup>4</sup> Arquivo Biblioteca Nacional (livros raros), *Revista Infância e Juventude* (1936-1937).

<sup>5</sup> A *Revista Infância e Juventude* nos anos de 1936 a 1937 publicou um total de 14 artigos referentes a Educação Rural.

éticos, onde projetos de reconstrução da identidade nacional viam nos meios de comunicação um suporte para alargar o seu alcance. Encontramos, assim, no Serviço de Radiodifusão Educativa, um indício do projeto de nação que buscava integrar o país.

Com Bloch (2001) notamos que é preciso reajustar a lente e nos aproximar do objeto tendo a pretensão de tentar compreender como a educação rural se corporificou na atuação do Serviço de Radiodifusão Educativa. Partindo desse objetivo nos questionamos sobre quais concepções de educação rural estavam em disputa na década de 1940? Que matriz de educação rural orientou a implementação do Serviço da Radiodifusão Educativa nos anos de 1943 a 1951? Teria o rádio possibilitado a integração entre os Brasis, rural e urbano? Que educação era propagada para a zona rural?

Demarcado o problema de pesquisa foi estabelecido o recorte temporal. O período destacado para o estudo teve início em 1943 e o marco final no ano de 1951. O ano de 1943 constituiu-se importante por ter sido criado o Serviço e com ele, a posse da primeira diretoria do Serviço de Radiodifusão Educativa. Na direção do Serviço encontrava-se o médico baiano Fernando Tude de Souza. O ano de 1951 coloca-se como marco final dessa diretoria. Após a delimitação do objeto e dos objetivos consideramos como hipótese de trabalho que o Serviço de Radiodifusão Educativa foi um projeto de Estado que atuou na integração social pela educação e cultura do povo, no período de 1943 a 1951 durante a gestão de Fernando Tude de Souza.

Buscando entender o processo de criação do Serviço de Radiodifusão Educativa identificamos que este passou por embates políticos pela sua jurisdição. Disputavam o Ministério da Educação e Saúde<sup>6</sup> na gestão de Gustavo Capanema (1934-1945) com o Ministério da Justiça que, naquele momento era dirigido por Francisco Campos (1937-1942). Após essa disputa o Serviço ficou sob a responsabilidade do Ministério de Educação e Saúde. Embora tenha sido criado em 1937, passou a funcionar em 1942, foi reestruturado por Gustavo Capanema a partir de investimentos em equipamentos que transformaram a pequena estação doada por Roquette-Pinto de 2 kwz para a potência de 25 kwz, implementado no ano de 1943 na direção do médico baiano Fernando Tude de Souza (1910-1962).

Conforme Schwartzman (2000), a divergência entre os ministros da Educação e da Justiça, decorreu das oposições entre as concepções e a função do Serviço da Radiodifusão Educativa. Para o primeiro, os fins deste Serviço deveriam ser apenas de educação, já, para o

---

<sup>6</sup> Em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, de 1937 a 1953 foi nomeado como Ministério da Educação e Saúde. Este trabalho operou com as duas nomenclaturas, respeitando o nome em cada período.

segundo, cabia também a divulgação comercial. O ministro da Justiça Francisco Campos (1937-1942) lutou para que o rádio e o cinema educativo tivessem objetivos lucrativos, acreditava que era responsabilidade do Departamento de Imprensa e propaganda a organização do rádio e do cinema educativos<sup>7</sup>.

No contexto histórico da primeira metade do século XX, a construção da nacionalidade era uma questão. A concepção de ausência de unidade nacional demonstrava “a distância entre o país que se conhecia e o país que ainda deveria ser conhecido, ambos o mesmo Brasil” (FREITAS, 2001, p. 13). Na qual a existência dessa dualidade causada pela oposição entre o urbano e o rural, demarcadas pelo moderno e arcaico, aumentava a distância entre os brasis (FREITAS, 2001). A percepção do país dual tornou-se um problema social durante a primeira metade do século XX, quando houve um intenso movimento teórico e político para tentar solucionar a falta de unidade nacional. Emergiram projetos educativos de equiparação social, por meio da integração entre o urbano e o rural, na qual o primeiro era considerado moderno e o segundo arcaico (FREITAS, 2001). O autor nos conduz a refletir sobre a integração entre os brasis separados pelas múltiplas dualidades, antigo/moderno, urbano/rural, cidade/campo e ora pelo que era considerado marco do atraso na zona rural, mas, que estava presente no urbano com a carência de escola e a saúde pública. Esta pesquisa problematizou como o Serviço de Radiodifusão Educativa se expressou diante dos dualismos.

No entanto, ao tratarmos especificamente da educação rural no Serviço de Radiodifusão Educativa, nos propomos a pensar menos sobre o sentido geográfico dos antagônicos entre urbano e rural e mais sobre, a denominação de antigo e arcaico atribuído ao rural. Com isso o rural foi apresentado pela intelectualidade da época como lugar do fracasso, de gente inferior, de doenças, sobretudo a ausência de educação e saúde. Enquanto o urbano foi considerado como espaço de imposição da civilização moderna, de pessoas superiores e maior investimento do Estado. Esse pensamento foi se modificando a medida que a ausência da educação e da saúde foi exposta nos espaços urbanos.

Nessa perspectiva trabalhamos com a noção de que o moderno e arcaico estavam presentes na zona rural e urbana devido à deficiência do Estado na assistência à população. Le Goff (1990) nos convida a pensar no complexo binômio antigo/ moderno que pode ser compreendido por tradicional e moderno, novo e velho, entre outros. Com ele nos colocamos a pensar sobre a oposição antigo e moderno, rural e urbano e suas aproximações. Notamos

---

<sup>7</sup> Desenvolveremos essa questão no 2º capítulo: *A Radiodifusão no Brasil: um meio de comunicação e educação*.

que nos espaços modernos também existia os reflexos do atraso, ocasionados pela falta de assistência do Estado nas questões sociais.

A pesquisa de Freitas (2001) demonstra que a cidade nos transporta para o moderno sem necessariamente ter essa característica, até na zona urbana haveria práticas de abandono, configurando marcas de atraso social. O dualismo no pensamento teórico produzido por Monteiro Lobato, Belizário Penna, Fernando de Azevedo, entre outros intensificou medidas para diminuir as contradições entre o urbano e o rural. Assim, diferentes projetos de educação e de educação rural entraram em disputa. A exemplo dos ideais higienistas, de educação e cultura. Nesse sentido, nossa pesquisa parte da compreensão que o Serviço de Radiodifusão Educativa foi concebido como projeto de Estado que atuou na integração social pela educação e cultura do povo.

Para isso, fez-se necessário compreender os distintos projetos de educação rural, na qual as pesquisas higienistas realizadas por Oswaldo Cruz, Arthur Neiva e Belisário Penna, nos anos de 1907 a 1917, revelavam a realidade de miséria na zona rural. Por outro lado, intensificaram-se os investimentos do Ministério da Indústria, Agricultura e Comércio, na preparação do trabalhador rural. Por meio da mobilização de esforços para estender a instrução popular, como: clubes agrícolas, patronatos e aprendizados agrícolas.

Os intelectuais envolvidos no movimento de renovação educacional projetaram ações educativas escolares e não escolares. Pensando as regiões aonde as escolas não chegavam, como, a educação pelo rádio promovida pelo Serviço de Radiodifusão Educativa, cuja finalidade era ampliar a formação do povo. Essa ação buscava dar continuidade ao projeto iniciado por Roquette-Pinto, em 1923. Através das aulas, palestras e cursos na programação do Serviço de Radiodifusão Educativa, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, pretendeu-se promover a integração nacional pela difusão dos conhecimentos culturais, hábitos de higiene, ciências naturais, história, instrução para o trabalho doméstico, nas fábricas, no comércio e na zona rural. Como afirma Rangel,

A convite do Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, Fernando Tude de Souza assumiu, em 1943, como Primeiro Diretor, o Serviço de Radiodifusão Educativa (o SRE), órgão do Ministério de Educação e Saúde Pública. Na direção do SRE, pontuou sua gestão pela necessidade de resgatar o projeto dos pioneiros da educação pelo rádio de 1923, tendo como projeto original os pressupostos teóricos que guiou a primeira estação de rádio do Brasil nascida na Academia Brasileira de Ciências que tinha como lema fundador: levar a educação e a cultura aonde a escola não chegava (2002, s.p.).

A Rádio Sociedade teve como finalidade a promoção de ciência, técnica, e artes para a educação, além de encontros com estudiosos, a fim de trocar experiências sobre a nova tecnologia da radiotelefonia, e radiotelegrafia. Ao ganhar força e forma com a ativação do Serviço de Radiodifusão Educativa, o médico, educador e diretor Fernando Tude de Souza (1943), corporificou a campanha cívica de educação e cultura iniciada por Roquette-Pinto, propagando através das transmissões do rádio, programas destinados à formação da população (RANGEL, 1997).

Ao longo da pesquisa foi possível identificar número expressivo de trabalhos no campo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) referentes a educação rural e a radiodifusão educativa, a partir do ano de 1987 até 2017. A realização da investigação nesta plataforma se deu por palavras-chaves: radiodifusão educativa e Educação Rural para o período temporal (1943-1951). Dentre os trabalhos, identificamos cinco referências no âmbito da História da Educação que nos chamaram atenção. Os trabalhos em questão são: *Função e regulação do serviço de radiodifusão*, de Fabiane Reschke Vicenzi, defendida na Universidade de São Paulo, em 2003; *Radiodifusão pública e participação deliberativa*, de Edna Miola, na Universidade de São Paulo, em 2009; *Rádio Nacional: Construindo uma nação (A Rádio Nacional e as instituições de política cultural como estrutura de política pública na constituição do bloco histórico nacionalista)*, de Victor Nigro Fernandes Solis, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2010; *Eu cresço com o Minerva, e o Brasil cresce também. O projeto Minerva pela Radiobrás: A experiência em Sergipe (Brasil – 1970/ 1985)*, de José Carlos Santos, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2016; *Clubes Agrícolas: Um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)*, de Nathalia dos Santos Nicolau, na Universidade Federal Fluminense, em 2016; problematizavam a historiografia do rádio e, experiências de educação rural.

As pesquisas que mais aproximavam do nosso objeto de estudo foram: a tese de doutorado de José Carlos Santos (2016), que se apresentou como importante no estudo histórico da radiodifusão educativa no Brasil e a dissertação de mestrado de Nathalia Nicolau (2016), pela interpretação acerca da construção de uma educação rural para o Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Porém, encontramos poucos trabalhos que abordassem como centralidade o Serviço de Radiodifusão Educativa, assim a relevância da pesquisa se coloca na perspectiva de problematizar a sua criação e implementação. Neste tocante esta pesquisa objetiva, associando aos estudos anteriores no sentido de colaborar no adensamento das questões relacionadas a interpretar o Serviço de Radiodifusão Educativa como potente

instrumento de formação popular, de integração entre os espaços urbanos e rurais por meio da disseminação do conhecimento pela sua programação.

Nesta construção tivemos contatos com outros trabalhos que se apresentaram significativos, dentre eles: *Escolas sem professores: o Rádio Educativo nas décadas de 1920/1940*, de Newton Dangelo (1994), que discorreu atentamente sobre projetos de regeneração social e a implementação da radiodifusão educativa no contexto escolanovista; *O Moderno Dom Quixote: A trajetória intelectual do Educador Fernando Tude de Souza no campo educacional, nas décadas de 30 a 50*, de Jorge Antonio Rangel (1997) foi fundamental para compreendermos a vida e a obra do diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, Fernando Tude de Souza ao longo da sua trajetória profissional; *Educadores do Rádio: concepções, realização, e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935- 1950)*, de Patrícia Costa (2012), que identificou programas educativos em emissoras de rádio comerciais; *A saúde e como restaura-la: Henrique Aufran e o Serviço de propaganda e educação sanitária na cidade do Rio de Janeiro 1920 à 1927*, de Araci Alves Santos (2016), que nos colocamos a pensar a educação sanitária e sua difusão pelo rádio; Estas obras foram primordiais para a compreensão acerca da criação da rádio educativa, do Serviço de Radiodifusão Educativa, da Educação Rural no Brasil.

Quanto às referências que nos ajudaram a pensar os contextos históricos educacional da primeira metade do século XX, salientamos os trabalhos de Campos (1986), Nunes (2001), Gomes (2001), Hochman (2001), Oliveira (2001), Freitas (2001), Calabre (2004), Camara (2010) e (2013), Rangel (2010), Pandolfi (2012), Capelato (2012), Velloso (2012), Oliveira (2012), entre outros. Com Velho (1987) e Sirinelli (2003) interpretamos o intelectual e suas redes. Para dialogar com as fontes primárias partimos das ponderações de Michel de Certeau (1982, p.62) quanto, a operação historiográfica ilustra que o lugar de fala, as particularidades da investigação e do método fabrica o historiador. O estudo da história pode ser dividido em disciplina, prática e escrita. Como disciplina, a produção histórica está inserida em um lugar social, na qual a instituição dá voz à pesquisa por meio de regras que podem legitimar e determinar desde a metodologia, até as fontes utilizadas. É necessário o conhecimento do campo para fundamentar as pesquisas, para não cairmos no erro de propor verdades.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade (CERTEAU, 1982, p. 66).

Sobre a história como prática, Certeau (1982) indica que o modo de operar com o objeto e a utilização das técnicas variam de acordo com o contexto cultural de cada sociedade. Ao referir a prática do historiador o autor elucida que este trabalho dá voz ao não dito, semelhando-se ao trabalho do operário que transforma a matéria prima em objeto. Ao manusear as fontes o historiador dá voz aos silenciamentos. Neste sentido, cabe ao historiador,

Cabe ao historiador a observação deste lugar, a fim de perceber as marcas deixadas pelo não dito, que podem revelar novas interpretações acerca do objeto. De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma "lição"; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos (CERTEAU, 1982, p. 95).

Os debates pedagógicos divulgados nos periódicos, conferências, congressos e seminários de educação, ajudam a reinterpretar as múltiplas vozes que atuavam garantindo acesso à educação da população rural, caracterizada pela diversidade regional, étnica, e cultural do país. Neste sentido, pretendemos problematizar a educação rural, como parte de um projeto civilizatório que via na educação uma ponte para o progresso.

A reflexão acerca desse passado, marcado pela homogeneização do ensino no Brasil, nos convida a pensar sobre as questões que tencionaram o movimento de renovação educacional ao propor uma educação rural que se diferenciava da urbana. Projetava-se o estudo da técnica e prática significativa de agricultura, horticultura, agronomia, relacionando-os com os saberes da língua, das ciências naturais e físicas. Porém essa concepção de educação rural apresenta contradições, ao percebermos que apesar da tentativa de tornar esta formação significativa foi proposta uma educação rural mínima, pautada no conhecimento leitura, escrita, com maior adensamento na instrução agrícola. Por outro lado, outros projetos de educação rural estiveram em disputa, como o de educação e cultura apresentado por Roquette-Pinto na Rádio Sociedade, continuada no Serviço de Radiodifusão Educativa, em que se pretendia “estender” o conhecimento intelectual e cultural para todo território nacional<sup>8</sup>.

Quanto às fontes primárias, percebemos em Le Goff (1990) que documento não é apenas uma herança do passado, mas se apresenta como uma escolha feita pelo historiador que serve como prova móvel. Entretanto, para ler os documentos é imprescindível dar-lhes

---

<sup>8</sup> Essa discussão será retomada no capítulo 1: Pensando os brasis: uma educação para a zona rural.

dúvida, questionando o documento. Afinal, são construções a partir do olhar de quem escreve. Logo,

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1990, p. 548).

Consoante ao pensamento de Le Goff (1990) averiguou-se que os documentos são verdadeiros e falsos. O documento é um monumento moldado e vestido com uma roupagem de acordo com o contexto que está inserido. Assim, nos colocamos a refletir sobre as linhas e entrelinhas tentando interpretar os fatos relatados e reconhecer as ausências acerca do passado.

A pesquisa documental realizada englobou como fontes primárias a *Revista Infância e Juventude* (1936-1937), *Rádio e Educação* de Ariosto Espinheira (1934), as cartas, conferências e discursos do diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, Fernando Tude de Souza (1941, 1945, 1951, 1955), o levantamento da legislação decreto-lei nº. 16.657, nº. 2940/ 1928, nº. 5.884/ 1932, nº. 378/1937, nº 9.762/ 1938, para o funcionamento das emissoras de rádio; o Estatuto da Configuração Brasileira da radiodifusão (1935), o projeto para a Comissão Técnica da Rádio (1947), o projeto de lei para o Código Brasileiro de Radiodifusão (1948), relatório de Joaquim Martagão Gesteira de 1951, a regulamentação do ensino rural pelo decreto-lei nº. 9.613/ 1946 ao longo do período de 1943 a 1951. E, utilizamos o jornal *A Noite* (02/01/1943, 04/01/1944, 13/07/1944).

A utilização de diferentes tipologias documentais determinou um tratamento específico para cada fonte. O trabalho com os periódicos não é o mesmo das cartas, relatórios, conferências e outros. Porém, devido a escassez de fontes, as cartas nos levaram para a compreensão das práticas exercidas no Serviço de Radiodifusão Educativa, o embate político para a manutenção do mesmo, a divulgação, a organização da programação da rádio Ministério da Educação. Assim, as cartas assumiram maior centralidade dentre as fontes já mencionadas. A esse respeito, as cartas recebidas por Fernando Tude e enviadas a ele foram selecionadas após uma leitura prévia de todo o material do seu acervo pessoal ao Laboratório Interno de Estudos e pesquisas em História da Educação e da Infância (LIEPHEI), identificamos as cartas que tratavam direta ou indiretamente do Serviço de Radiodifusão Educativa. Analisamos aproximadamente dezoito cartas (de 1949 a 1956) que enfatizavam o trabalho do Fernando Tude de Souza no Serviço. Posteriormente inter cruzamos com os

remetentes e destinatários a fim de descobrir a finalidade e intenção de cada carta, as relações com o contexto educacional das décadas de 1940 e 1950, e as redes que Fernando Tude de Souza realizou para manter o funcionamento do Serviço de Radiodifusão Educativa. Dentre os documentos encontrados no Laboratório Interno de Estudos e pesquisas em História da Educação e da Infância (LIEPHEI), também percebemos indícios do Serviço de Radiodifusão Educativa em seis declarações, três discursos, um parecer e duas conferências de Fernando Tude de Souza, e três relatórios do Ministério da Educação e Saúde.

O manuseio das fontes foi feito por meio de fotografia e digitalização dos documentos. As cartas e discursos de Fernando Tude de Souza foram intercruzadas com a legislação, livros e jornais sobre a Radiodifusão Educativa e educação rural. Alguns documentos relativos ao funcionamento do Serviço da Radiodifusão Educativa durante a gestão de Fernando Tude de Souza podem ser localizados no Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação e da Infância (LIEPHEI)<sup>9</sup>. No Centro de Pesquisas e documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), encontramos o Decreto-lei nº 20.047/1931, Decreto-lei nº 21.111/1932, livro *Rádio e Educação* (Espinheira, 1933), o Estatuto da Configuração Brasileira da radiodifusão (1935), o Decreto-lei nº 9.762/1938, o projeto para a Comissão Técnica da Rádio (1947), o projeto de lei para o Código Brasileiro de Radiodifusão (1948), relatório de Joaquim Martagão Gesteira de 1951, esses se constituíram como fontes essenciais para a compreensão do Serviço de Radiodifusão Educativa na atuação e na formação da população rural. Na Biblioteca Nacional localizamos a revista *Infância e Juventude* (1936-1937). O periódico editado por Renato Americano e organizado por um grupo de sócios efetivos, que atuavam em diferentes frentes da instrução pública<sup>10</sup>. Expressou-se como leitura significativa que nos permitiu adensar questões referentes ao que se projetava para o ensino rural. Outro arquivo importante foi a Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, onde acessamos as matérias e imagens referentes à radiodifusão educativa nos jornais: *O Jornal* (1920-1930) e *A Noite* (1940-1950).

---

<sup>9</sup> A localização dos documentos de Fernando Tude de Souza foi realizada pelo pesquisador Jorge Antônio Rangel durante sua busca pelo acervo pessoal do intelectual na Escola Municipal Fernando Tude de Souza, no Rio de Janeiro, trabalhados na sua dissertação de mestrado *O moderno Dom Quixote: a trajetória intelectual do educador Fernando Tude de Souza no campo educacional nas décadas de 30 a 50*. O material foi doado a ele e atualmente se encontra no Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação e da Infância (LIEPHEI).

<sup>10</sup> Afrânio Peixoto (membro da ABE), Isaias Alves (Conselho Nacional de Educação), Leoni Kseff (técnico da Universidade do Brasil), Helena Antipoff (professora e gestora da Escola de aperfeiçoamento de Belo Horizonte), Maria Campos (professora da escola de Educação da Universidade do Distrito Federal), Oliveira Viana (consultor do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) e Teixeira de Freitas (Conselho diretor da ABE).

Nesse tocante tivemos acesso a discussão sobre educação rural na obra: *A Educação e seus problemas* de Fernando de Azevedo (s.d), os estudos de Belisário Penna (1916, 1927), Monteiro Lobato (1964), foram visitados e compreendidos no contexto histórico acerca da construção do projeto de educação rural na década de 1940. Analisamos a radiodifusão educativa a partir dos livros *Seixos Rolados* de Roquette-Pinto (1927), *O conjunto de Notas da Radiodifusão Educativa* organizado de Álvaro Salgado (1946), *Histórico do rádio educativo no Brasil* de José Horta (1972). Estas obras se apresentaram como base para problematização das fontes documentais.

Fomos surpreendidos com a dificuldade de fontes sobre o Serviço de Radiodifusão Educativa, como as atas, programação, estatuto, número de ouvintes matriculados nos cursos, material disponibilizado aos ouvintes e outros. Buscamos mais informações na Rádio MEC, no Arquivo Nacional, e na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), porém não localizamos materiais relativos ao Serviço de Radiodifusão. Logo, as fontes utilizadas a respeito do Serviço de Radiodifusão Educativas foram as localizadas no Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação e da Infância (LIEPHEI) e na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

O diálogo com as fontes foi orientado pela obra de Certeau (1972), Proust (2015), Revel (1998) Bloch (2001) Le Goff (1990), pensaremos o Serviço de Radiodifusão Educativa como um instrumento de divulgação de: cultura, educação cívica, higiênica e agrícola. Por meio da programação geral e específica para a zona rural ofertou conhecimentos sobre agricultura, vida doméstica, cultura e puericultura, além de aulas de artes, concertos musicais, ciências, história. Neste caminho, o olhar atento as particularidade das fontes nos possibilitou reconstruir os projetos que buscaram intervir sobre o rural. Acreditamos que a perspectiva micro-histórica, nos ajudou a interpretar as especificidades do Serviço de Radiodifusão Educativa. Assim:

A abordagem micro histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama (REVEL, 1998, p. 20).

A compreensão de qual concepção de Educação Rural esteve em disputa que se materializou no Serviço da Radiodifusão Educativa é uma escolha na qual o diálogo com as fontes determinou o aumento ou a diminuição da escala. A interpretação desse material nos

ajudou a reconstruir essa paisagem histórica que por meio do Serviço da Radiodifusão Educativa atuou na configuração de um projeto de nação para educação urbana, rural e dos muitos outros brasis, que se constituíram a partir visão do seu diretor Fernando Tude de Souza na perspectiva de educação da popular através do rádio, no período de 1943 a 1951.

Assim, essa dissertação organiza-se em três capítulos. No primeiro: *Pensando os “brasis”: uma educação para a zona rural*, investigamos o contexto no qual a educação rural foi pautada como centro do debate nacionalista. Em uma abordagem que caminhou na compreensão dos projetos em disputa para a Educação Rural. No segundo capítulo: *A Radiodifusão no Brasil: um meio de comunicação e educação* adensamos as questões referentes à historiografia do rádio educativo, buscando interpretar o desenvolvimento das emissoras de rádio de cunho educativo durante a primeira metade do século XX e os embates em torno do Serviço de Radiodifusão Educativa. No terceiro capítulo: *Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil*, problematizamos a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa, a relação da Rádio Sociedade e sua organização na gestão de Fernando Tude de Souza; a programação geral e específica para a zona rural; estações vinculadas ao serviço; e os meios de difusão de instrução, cultura e educação pelo rádio. Nesta perspectiva, abordamos a atuação do intelectual com o objetivo de analisar as escolhas por ele ministradas na implementação do Serviço de Radiodifusão Educativa e, por fim as ações do Serviço de Radiodifusão Educativa que esteve em curso na Rádio Ministério da Educação foram contempladas na tentativa de demonstrar o funcionamento desse instrumento educativo para a integração do Brasil.

Por conseguinte, denominamos campo e cidade para além da extensão geográfica ou da referência de que a cidade é a sede comercial, vila, série distrital e o rural corresponde à área fora desses espaços<sup>11</sup>. Pensamos esses antagônicos como espaços distintos pela diferença entre seus aspectos econômicos, sociais e culturais. Logo, a conotação a cidade vai ao campo significa pensar que as ciências, as tecnologias, a industrialização, a educação e a saúde chegariam ao campo (rural), através da cidade que detinha todas essas práticas. Por isso a concepção deste trabalho está na interpretação da educação rural na primeira metade do século XX, desde a configuração do campo (rural) enquanto espaço de atraso à concepção de ausência de investimento estatal no povo que fizeram do Serviço de Radiodifusão Educativa importante atividade de integração social.

---

<sup>11</sup> Ver em: IBGE, *Mapa do Mercado de trabalho no Brasil: 1992-1997*, 2001.

## 1 PENSANDO OS “BRASIS”: UMA EDUCAÇÃO PARA A ZONA RURAL

### 1.1 Uma questão de nacionalidade: O problema vital

Impressiona o quanto repercutiu a literatura produzida por Euclides da Cunha. Mesmo que assentado em cientificismos evolucionistas e em incontáveis estereótipos tipos de raça, o resumo do país apresentado na abertura do século tornava o sertão uma metáfora para toda a nação. Acima de tudo, o sertão tornou-se uma metáfora da ausência. Euclides reclamava da falta de unidade racial, e da inexistência da unidade temporal num país dividido em vários tempos históricos. Faltava o Estado, faltavam a educação e a saúde (FREITAS, 2001, p. 14).

No início do século XX a educação e a saúde emergiram como problemas nacionais a serem solucionados, em prol do bem-estar social. Os estudos de Euclides da Cunha na obra *Os Sertões* de 1902<sup>12</sup>, revelava a existência de diferentes realidades no mesmo país, representando os distintos tipos de raça, de educação e de saúde. A obra teve grande repercussão, pois demonstrou esses dois Brasis: “do litoral civilizado e do sertão ainda em fase colonial, dois mundos separados não pela natureza, mas por séculos de evolução histórica e social” (PROENÇA, 2016, p.7). A publicação de *Os Sertões* chamou atenção da crítica literária na época, o colunista Araripe Júnior do jornal *O comércio* ressaltou Euclides da Cunha como talento épico-dramático em primeiro lugar entre os prosadores da geração do início do século XX (PROENÇA, 2016). A obra expressou a chamada aos intelectuais para refletirem sobre a realidade brasileira. Para isso, intensificaram-se as medidas de urbanização das cidades, na arquitetura, na literatura, na educação e saúde, por meio de ações dos reformadores da nação, entre eles: Belisário Penna, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, entre outros. Estes lutavam pela conquista da modernização em diferentes lentes que, juntos, congregavam um ideal de nacionalidade.

Ao analisar a obra de Euclides da Cunha *Os Sertões*, os estudos de Freitas (2001), nos remete a ideia da redescoberta do Brasil, iniciado pelo autor e desenvolvido nas expedições por Belizário Penna e Arthur Neiva (1912) e na interpretação do homem brasileiro de Monteiro Lobato (1919), entre outros. Essa análise nos permite perceber que o país não estava apenas dividido em sertão, litoral, urbano e rural, e sim pelos diferentes conceitos de

---

<sup>12</sup> “O livro foi escrito em S. José do Rio Pardo, São Paulo, quando o engenheiro Euclides da Cunha construía a ponte sobre o rio que dá nome à cidade. Serviam-lhe de roteiro as reportagens que, como correspondente especial de *O Estado de São Paulo*, escrevera no dia a dia da Guerra de Canudos” (PROENÇA, 2016, p. 7). A obra foi publicada em 1902.

brasilidade que configuravam a noção de rural. Ao observar os escritos dos intelectuais do início do século XX, Freitas (2001) destacou que segundo Alberto Torres a realidade do Brasil estava ocultada e por isso não poderia ser considerada nação, sociedade ou povo. A busca pela realidade nacional tornava-se contínua nos estudos dos intelectuais, entre eles: Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Alberto Torres e outros que se apropriaram dos ideais euclidianos para pensar a realidade nacional. Constataram que para criar uma nação era preciso conhecer o povo.

A visão antropológica dos intelectuais revelava o selvagem, o bárbaro, em suma, o país que se tinha e que era necessário intervir, através da ciência. Assim afirma Thielen que:

A ênfase que estes intelectuais atribuíam aos contrastes entre o urbano e o rural implicava a certeza da existência de dois Brasis: o 'real' e o 'legal'. Onde residiria a verdadeira identidade do país? Nas cidades remodeladas segundo os padrões da cultura europeia? Nos seus subúrbios miseráveis? Na vasta hinterlândia presa ainda ao cotidiano colonial? Como conciliar as roças, as queimadas, as miseráveis e doentias casas de pau-a-pique com a art nouveau, os cafés e as grandes avenidas? (1991, p. 5).

A existência de dois brasis também foi ressaltada por Jacques Lambert (1970, p.101) que ao interpretar o Brasil identificou a sua divisão entre um país desenvolvido em constante transformação e, outro subdesenvolvido bárbaro e sem condições de progresso, porém, pertencentes ao mesmo Brasil. Ao país subdesenvolvido estavam os estados com crescimento industrial como São Paulo, Santa Catarina e outros estados da região Sul, que receberam forte influência cultural europeia. No país subdesenvolvido encontravam-se as regiões Norte e Nordeste principalmente nas áreas rurais, demarcadas pela resistência das populações indígenas e africanas quanto à modernização da atividade agrícola e da cultura local que impediam o desenvolvimento desses espaços.

Entretanto, compreendemos com Freitas (2001) não apenas dois brasis, mas, muitos outros, distintas divisões que convergiam e caminhavam lado a lado. A concepção de ausência de unidade nacional demonstrava a necessidade de pensar medidas para diminuir a distância entre as distintas civilizações que conviviam em tempos históricos diferentes, entre o arcaico e o moderno, velho e novo, não poderiam ser mais admitidos. Ideias em disputa que se expressavam com o par em oposição: urbano e rural.

Em torno da discussão sobre o moderno e o arcaico, observamos em Le Goff (1990) que o conceito de moderno é variável, cuja definição tem múltiplos sentidos. Quando nos referimos à modernização do país significa pensar sobre a relação antigo/moderno, à medida que uma civilização se desenvolve mais rapidamente torna-se moderna, enquanto a que não

acompanha o processo de modernização é compreendida como atrasada. Nesse caso, a presença de práticas consideradas retrógradas na economia, na cultura, na educação e na saúde, impossibilitavam o progresso.

Por outro lado, as sociedades consideradas modernas transformavam-se no exemplo de civilização. Adequada às normatizações do ocidente nos aspectos já mencionados e em outros como; na arquitetura e no vestuário. Para demonstrar tal relação Le Goff ressalta o primeiro conflito entre esse par teria decorrido na colonização europeia na América.

O primeiro embate total entre antigo e moderno foi, talvez, o dos índios da América com os Europeus, e as suas conseqüências foram claras: os Índios foram vencidos, conquistados, destruídos e assimilados; raramente as várias formas de imperialismo e colonialismo, do século XIX e princípio do XX, tiveram efeitos tão radicais. As nações atingidas pelo imperialismo ocidental, quando conseguiram alcançar mais ou menos a sua independência, foram confrontadas com o problema do seu atraso em certos campos (LE GOFF, 1990, p. 184-185).

Após séculos de dominação ocidental, no final do século XIX e início do século XX, o Brasil iniciou um processo de descolonização que buscou o rompimento com o que era considerado atraso imperial para construir uma identidade nacional, baseado no modelo mais atual de organização social, que vai desde a construção de ruas e avenidas para a imposição de uma cultura estrangeira na língua, no comportamento, sobretudo regras e valores.

A diferença entre o par urbano e rural cresceu gradativamente com o avanço da industrialização que impôs um modelo de sociedade moderna.

A distinção entre a cidade e o campo vinculam-se as oposições destinadas a se desenvolverem do trabalho material e trabalho intelectual, produção e comércio, agricultura e indústria. Oposições inicialmente complementares, virtualmente contraditórias, depois conflituosas. Ao campo correspondem formas de propriedade fundiária (imobiliária) tribais e mais tarde feudais. À cidade correspondem outras formas de propriedades: mobiliária (no começo pouco distinta da imobiliária), corporativa, mais tarde capitalista. No curso dessa pré-história reúnem-se os elementos e as formas que farão a história ao se separarem, ao se combaterem (LEFEBVRE, 1999, 41-42).

Logo, as diferenças de trabalho material, intelectual e cultural fez o urbano (sociedade urbana moderna) combater o rural (sociedade antiga). A representação do espaço rural como lugar de inferioridade de sujeitos, de diferenças étnicas, do clima, fauna, flora produziu um pensamento de que o homem rural, do interior era incapaz. E por isso, era preciso intervir. Esta consideração possibilita interpretar o início da dicotomia deste par conflituoso - urbano/rural - construído e em constante construção. Suas reflexões acerca do panorama econômico

nos colocam a par de uma configuração de rural enquanto categoria em ascensão para o urbano, cujo processo se dava pela urbanização e industrialização dos espaços rurais.

Nessa dicotomia a industrialização teve papel fundamental para determinar a sociedade moderna. O urbano era considerado como o lugar onde proliferava a indústria iniciando o processo de produção capitalista que intencionava novas práticas de poder. Entretanto, a centralização de decisões, acumulação de riquezas e capitais, já estava presente nas sociedades antigas da Europa Ocidental como uma realidade posta. Ou seja, antes da industrialização havia núcleos urbanos de organização mais aprimorados que os diferenciava da atividade agrícola da zona rural. A partir do nascimento do capitalismo, os centros urbanos intensificaram suas produções, venda, troca e domínio do produto agrícola. A cidade (zona urbana) intensificou seu crescimento e dessa forma foi identificada como moderna, enquanto a zona rural, foi considerada como arcaica (LEFEBVRE, 2001, p. 11). A produção dessa diferenciação do urbano e do rural ignorava que no próprio espaço urbano também estava presente outras formas de organização social entre habitações desregradadas, insalubridade nas casas, fábricas e nas escolas, proliferação de epidemias e a falta de assistência do governo com a população colocou em conflito o conceito de modernidade das zonas urbanas. Assim,

O Brasil é uma horta, Rangel, e em horta, o que se quer é cebolas e cebolórios, coentros e couves tronchudas, tomates e nabo branco chato francês. Não somos ainda uma nação, uma nacionalidade, As enciclopédias francesas começam o artigo Brasil assim: *une vaste contrée*. Não somos país, somos região. O que há de se fazer aqui é ganhar dinheiro e cada um que viva como lhe apraz aos instintos (LOBATO *apud* FREITAS, 2001, p. 14).

Efetivamente a desarmonia do país teve como consequência a sua divisão em zonas de desenvolvimento e de zonas estáticas. Ambas habitavam o mesmo espaço cronológico, mas, em distintos tempos históricos. Entre essas ideias, intensificaram os projetos educativos de equiparação social, por meio da integração das dualidades, entre elas: urbano e rural (FREITAS, 2001). Constituindo diferentes projetos de educação rural que pretendia aprimorar a qualidade do seu povo pela formação higiênica, qualificação para o trabalho e de educação e cultura (LOBATO, 1964).

A partir das ações sanitaristas nos primeiros anos do século XX, dos médicos Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belisário Penna e Arthur Neiva descobriram um Brasil demarcado pela ausência. A falta de investimento na educação, na salubridade, na higiene e acesso escolar, hospitalar e cultural na zona rural, revelava a existência de uma realidade nacional oposta ao que era considerado civilizado. Neste período, as pesquisas desses sanitaristas demonstravam

a necessidade de criar condições básicas para o desenvolvimento na zona rural na qual, a instrução, educação e saúde deveria ser o centro das ações do Estado.

Conforme Thielen (1991), a reflexão sobre a unidade nacional se fazia constante nos discursos proferidos por médicos, educadores e sanitaristas (1905-1920). Com o advento da República o país centralizou o poder em oligarquias, nas quais os estados de Minas Gerais e São Paulo dominaram a política nacional, até 1930, com o fim da política do Café com Leite. Por meio de sua expressão econômica e demográfica, esses estados direcionavam as decisões a serem tomadas, principalmente em relação à presidência da República. A política das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, contava com a cooperação dos representantes dos estados e dos municípios que exerciam o controle do voto eleitoral das cidades que dirigiam. Assim,

O coronelismo era peça básica da máquina política federativa da República. O governo central, controlado pelo bloco oligárquico mais sólido, assegurava ao poder estadual autonomia judiciária, policial e militar, possibilitando sua influência na política nacional. Segundo esse arranjo de poder, o município era um aliado indispensável às estratégias estaduais, obedecendo a uma lógica de tráfico de influência (THIELEN, 1991, p. 4).

Essa organização de poder concentrava-se no sentido de impor projetos que privilegiassem as questões de embelezamento das cidades, ficando os problemas associados a educação e a saúde do povo ficavam em segundo plano. A urbanização foi influenciada pelo modelo europeu com a construção de obras, monumentos, avenidas, cafés e teatros nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, sob os moldes da *Belle époque*<sup>13</sup>. Por outro lado, evidenciava-se pelos estudos *euclidianos* (1902), uma dualidade entre o país que se almejava e o que se tinha (FREITAS, 2001), conclamando o Estado a tomar posição frente aos problemas que representavam o atraso nacional, na qual o analfabetismo, a mendicância e as doenças, davam marcas do quanto a população estava desassistida pelo Estado (THIELEN, 1991).

Nesta direção, Belisário Penna e Arthur Neiva compunham uma rede de cientistas que moveram ações sanitárias buscando conhecer o país que se vivia, investigando sua gente e o vasto território que os comportavam. Para isso, fizeram inspeções sanitárias a exemplo das realizadas por: Oswaldo Cruz em 23 postos brasileiros (1905); Carlos Chagas e Belisário Penna, em Minas Gerais (1907); Arthur Neiva, no estado de São Paulo (1907), devido a

---

<sup>13</sup> Jeffrey Needell (1993) ao pesquisar sobre as relações sociais, culturais e políticas da elite carioca da virada do século XX analisou o cotidiano e o comportamento dessa elite que tentava incorporar os hábitos europeus desde o vestuário a reforma urbana.

infestação da malária; Oswaldo Cruz, na hidroelétrica no Rio de Janeiro (1910); Arthur Neiva e Belisário Penna, no Nordeste (1912); Carlos Chagas na bacia amazônica (1912-1913); além de outras inspeções realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz (THIELEN, 1991, p. 7). Tais cientistas pesquisaram as doenças das regiões brasileiras a fim de analisar e propagar precauções sanitárias e higiênicas contra as endemias que assolavam a área rural, tal como: a malária, doença de chagas, impaludismo e verminose prejudicaram o desenvolvimento social.

Ao considerar a distorção entre o arcaico e o moderno, rural e urbano, Freitas afirma que “as representações do Brasil bárbaro oposto ao país civilizado consolidaram-se como chave de leitura histórica e, enquanto se multiplicavam, provocavam várias perplexidades” (2001, p. 14). A literatura afirmou essas concepções políticas buscando formas de retratar e até mesmo solucionar as marcas do atraso nacional, na qual o analfabetismo, as condições sanitárias e as doenças habitavam esse contexto. Assim, “os debates sobre a oposição entre o meio urbano e o rural, entre o arcaico e o moderno, convergiam para uma única conclusão: a existência de dois Brasis” (THIELEN, 1991, p. 5). E de muitos outros Brasis. Tal pensamento fundamentou o pensamento literário, movendo formas de integração social pela sua instrução. Segundo Freitas, (2001),

O saneamento do interior, dos sertões, ajudava a dar visibilidade ao intelectual médico que atuava como uma espécie de antropólogo. Os debates sobre a identidade do país naqueles anos foram fortemente influenciados pelas discussões em torno às questões raciais da cultura brasileira. As iniciativas de personalidade com Carlos Chagas e Miguel Pereira, em conjunto com as ações de do Instituto Oswaldo Cruz, propunham um projeto de civilização para o país. Miguel Pereira chegava a dizer que o Brasil era um imenso hospital. Todas essas questões serão retomadas no processo de constituição da comunidade de educadores profissionais do país (FREITAS, 2001, p. 16).

Nesse contexto, a descoberta da realidade nacional tornou-se constante nos estudos da época, Monteiro Lobato, nascido no interior de São Paulo em 1882, compunha a geração de intelectual que via a necessidade de explorar o Brasil, conhecer o interior e sua gente. Ao perceber de perto a miséria do povo nos primeiros anos do século XX, investigou o homem do campo, e, o estereotipou como preguiçoso e arrogante. A percepção de Lobato sobre o trabalhador rural deu origem a um dos seus personagens mais conhecidos, o Jeca Tatu (1914). Entre a literatura e a ciência havia um ponto em comum: uma cultura eugênica que formou grande parte da intelectualidade do início do século.

Intelectuais importantes como Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Roquette-Pinto e Monteiro Lobato, aderiram, em maior ou menor grau, a estas ideias. Alguns renunciaram a elas mais tarde, como fez Monteiro Lobato em 1918.

De todo modo, vieram a contribuir para a divulgação de um racismo com base pretensamente científicas, legitimado pelos ensinamentos da biologia da época. No âmbito das ciências biomédicas, as teses racistas tiveram inúmeros adeptos, entre os quais alguns cientistas que chefiaram as expedições realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz ao interior do país, entre 1911-1913 (THIELEN, 1991, p.5).

A esse respeito, Freitas (2001), ressaltou que os estudos sobre a realidade do Brasil, demonstravam, a tentativa de explicar o motivo pela falta de unidade nacional. Nessa ótica, as crônicas apresentadas por Lobato (1964)<sup>14</sup> traduziam outra forma de pensar os problemas brasileiros, que já não eram mais reflexos da incapacidade dos seres e sim da ausência de políticas do Estado frente aos problemas sociais de educação e de saúde. Com pensamento fortemente influenciado pelas teorias racistas de Le Bon. Monteiro Lobato, por muito tempo atribuiu ao povo a culpa pelo atraso do país.

Essas teorias racistas – que haviam adquirido o status de ciência na Europa e Estados Unidos – influenciaram profundamente a mentalidade das elites intelectuais, preocupadas, no último quartel do século, em repensar a nacionalidade brasileira. O arianismo de Gobineau (a ‘História é uma sucessão de triunfos das raças criadoras’) e o darwinismo social (as ‘raças superiores’ predominam sobre as ‘raças inferiores’, que tendem a desaparecer) exerceram profunda influência no Brasil e tornaram-se hegemônicos até a Primeira Guerra Mundial (1986 p. 12-13).

Ao acreditar na ideia de que as raças diferentes eram demarcadas por características morais, físicas, biológicas transmitidas de forma hereditária que poderiam interferir na qualidade da raça, uma vez misturada. Monteiro Lobato defendeu que a mistura das raças, dos países considerados inferiores, configurava-se em grande ameaça para o desenvolvimento da sociedade. Assim, ao tentar justificar o atraso do país, Lobato criou o personagem Jeca Tatu (1914). Este sintetizava o seu pensamento racista na representação do homem do interior como: caboclo incapaz.

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia de uma mulher muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes. [...] Jeca tatu era tão fraco que quando ia lenhar vinha com um feixinho que parecia brincadeira. E vinha arcado, como se estivesse carregando um enorme peso [...] (LOBATO,1964, p.329).

O personagem Jeca Tatu representava a população rural desassistida pela pátria. Esses homens levavam uma vida insalubre, sem higiene, saneamento, má alimentação e habitação desregrada que contribuía para a proliferação de coliformes fecais bactérias, verminoses,

---

<sup>14</sup> Embora este trabalho não objetive analisar a obra de Monteiro Lobato (1919), suas concepções acerca da vida rural nos ajudam a modelar esta trama, na qual a questão sanitária é o ponto de partida para o movimento de educação rural que crescia no país.

impaludismo. Se na zona urbana, a tuberculose era a grande causa da mortalidade infantil e adulta, devido às péssimas condições sanitárias; na zona rural, os projetos relacionados à educação e a saúde aconteciam mais lentamente, tornando a população rural mais propícia à infestação de doenças.

Jeca só queria beber pinga, espichar-se ao sol no terreiro. Ali, ficava horas, com o cachorrinho rente; cochilando. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, a casa que caísse. Jeca não queria saber de nada, trabalhar não era com ele [...] Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se com tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e chucro resolveu examiná-lo.

- Amigo Jeca, o que você tem é doença (LOBATO, 1964, p. 331).

A doença se instaurava como grande causadora do cansaço, preguiça e improdutividade atribuída ao povo rural. Pensar esse homem como inferior já não era mais a questão. Tratava-se de um movimento que buscava a equiparação do país cindido entre o rural e o urbano quanto à assistência, na educação higiênica e no sanitário do povo. Segundo Monteiro Lobato (1964),

A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira, é positivamente um homem como o italiano, o português e o espanhol. Mas é um homem em estado latente. Possui dentro de si grandes riquezas em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim, porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência as terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não está 'é' assim, 'Está assim' (1964, p. 285).

Esse conceito passou por mudanças após a Primeira Guerra Mundial (1914), na qual o pensamento intelectual da época voltou-se aos problemas do Brasil e do seu povo, (CAMPOS, 1986, p. 22). A referência negativa do país frente à potência política e econômica europeia influenciou os escritos da intelectualidade, que voltava em grande parte seus estudos para a análise da formação, da cultura e da saúde nacional.

O contexto nacionalista em que situa a produção Monteiro Lobato, da segunda metade da década de 1910, um outro tema chama a nossa atenção, além da preocupação com a nacionalização da cultura. Trata-se da reflexão sobre o homem brasileiro, ou mais exatamente, sobre o homem trabalhador do campo. O tema do Jeca Tatu, é retomado no Problema Vital, editado em 1919. Na verdade este livro é uma coletânea de artigos publicados no jornal O Estado de São Paulo, em 1918. Trata-se da questão do saneamento e da higiene que, como vimos, estava no elenco de preocupações da Revista do Brasil, neste mesmo ano comprada por Monteiro Lobato. Mudando-se para São Paulo, Lobato torna-se um empresário da cultura, dirigindo a revista e, logo depois, montando aquela que seria a primeira das editoras que criou e dirigiu: a Monteiro Lobato & Cia., que existiu entre 1919 e 1924 (CAMPOS, 1986, p.35).

O pensamento de Monteiro Lobato sofreu alterações quanto à sua concepção do Jeca Tatu, como homem inferior e incapaz. Esse movimento de reflexão sobre os temas brasileiros fez Lobato repensar seus escritos e retomar, em 1919 o *Jeca Tatu*, na obra *Problema Vital* (CAMPOS, 1986), registrando, nele, o abandono da população rural quanto à saúde e a educação. Concluindo que o Jeca Tatu não era, mas estava incapaz devido à doença e fraqueza que era passada de pai para filho devido à ausência do Estado na saúde (LOBATO, 1964).

O caráter nacionalista de Lobato refletia nas suas preocupações quanto às causas do atraso nacional. A falta de saneamento e de higiene eram fatores que impediam a qualidade do povo que colaborava para a dificuldade da modernização do país. Para isso era preciso não apenas importar as técnicas e formas de organização estatal vindas dos países europeus e dos Estados Unidos, era necessário rever as formas de trabalho e de educação do trabalhador, para no futuro tornar-se um bom cidadão. Esse pensamento circulava no país onde se ressaltava a ideia de que era preciso instruir e moldar o povo a fim de modernizar o país.

Soma-se a isto, a ausência do Estado na organização e assistência da sociedade. Sobretudo, nas áreas rurais, mas, não apenas. A situação de descaso com a população também consistia no urbano, principalmente na educação e na saúde. “Tais estruturas ausentes, contudo, estavam timidamente presentes na pequena vida urbana que o país possuía” (FREITAS, 2001, p. 14). Ao analisar a cidade como cenário do moderno, Camara (2010) ressaltou a precariedade das políticas do Estado frente à miséria,

Percorrer a cidade, àquela época significava a possibilidade de se confrontar com a miséria e com a carência dos serviços públicos fundamentais aspectos que reforçavam as ideais de demolição do que era arcaico e de instauração do moderno. No que se refere às iniciativas destinadas a atuar sobre a cidade arregimentaram-se ações de normatização e de moralização dos espaços e da circulação da população, municadas por mecanismos e instrumentos racionais, científicos, previsíveis. Fracionando a cidade entre o ‘mundo da ciência’, representado pela elite, e o ‘mundo da vida’, dos segmentos populares – ordem e desordem, os reformadores sociais visavam justificar políticas excludentes como aporias destinadas a levar ao planejamento e à regeneração da cidade e, por conseguinte, da sociedade (2010, p. 77).

Tratava-se de reconhecer que a cidade embora apresentada como modelo de moderno, demonstrava para os seus observadores traços de atraso. Tais fatores eram ainda mais alarmantes nas zonas rurais, nas quais os investimentos estatais eram escassos, especialmente quanto à educação e a saúde. Lobato (1964) ao resgatar o Jeca Tatu percebeu a existência de um grande problema: as formas mais atuais de organização do trabalho e da vida social

chegavam apenas a um grupo de poder. Por sua vez, o rural ainda se configurava como um espaço de abandono, de gente inferior,

Neste sentido, a educação rural tornava-se importante para a reorganização do Estado-nação, a fim de formar uma nova mentalidade nacional pela educação (FREITAS, 2001). Tal pensamento fazia parte desse ideal eugênico que acreditava em raças inferiores e superiores, nas quais a grande massa da população brasileira configurava-se com uma raça inferior, arrogante e improdutiva enquanto os europeus faziam parte de uma raça superior. Para mudar esse panorama era preciso fornecer meios para que a população saísse da condição de inferioridade (CAMPOS, 1986).

No debate sobre o Brasil, embora ainda persista um tom social darwinista, percebemos que a linguagem, os temas e as propostas de alguns intelectuais começam a apontar para a necessidade de uma mobilização de recursos que viabilizassem reformas na educação, na saúde pública, na agricultura e na administração do Estado, como alternativas para o atraso do país. Portanto, para alguns intelectuais a raça deixa de ser um fator determinante da construção de uma nação moderna, inserida nos quadros da expansão do capitalismo do Ocidente (CAMPOS, 1986, p. 36).

Assim, o movimento de educação sanitária promovida pelas expedições realizadas por Belisário Penna e Arthur Neiva nos sertões do Nordeste (1912), previam a devastação do povo pela doença. Estas realizaram percorreram o sertão brasileiro por cerca de seis meses, exibindo como resultado um Brasil desconhecido, com diferenças climáticas: árido, semiárido e úmido; de variados tipos de vegetação: caatinga, cerrado; da economia: entre a criação de gado, pecuária, cultivo de cereais, extração de látex da maniçoba, constatando que:

Os sertanejos não eram vítimas apenas da escravidão nos maniçobais, do clima ingrato e da natureza hostil. Padeciam também de numerosas moléstias, algumas até então desconhecidas pelos cientistas de Manguinhos. Por toda parte, grassava o impaludismo, sobretudo, durante a após o vazante dos rios. Era exatamente elevada a incidência da asma, ou ‘estatecídio’ no jargão local. As doenças dos olhos – conjuntivite, blefarite, leucoma, entre outras – começavam a se manifestar com maior intensidade a partir da localidade de Caracol, no sertão do Piauí.

A tuberculose, denominada ‘magra’ ou ‘mal de secar’, e a sífilis para a surpresa dos cientistas, estavam mais disseminadas nos sertões do Nordeste do que a leishmaniose, a bouba e a lepra. Eram frequentes os casos de difteria e carbúnculo, assim como as epidemias de varíola. Alto índice de mortalidade infantil provinha do impaludismo e das infecções intestinais.

Contudo, o que mais impressionou Belizário Penna e Arthur Neiva durante todo o trajeto foram os incontáveis casos de ‘entalação’, e de ‘vexame’. Os indivíduos que padeciam de ‘entalação’ – chamado ‘mal de engasgo’, em Goiás – provocavam ‘irreprimivelmente o riso quando em trejeitos e ginásticas tragicômicas, esforçam-se por deglutir o bolo alimentar, o que nem sempre conseguem, deixando de alimentar-se, às vezes, dois a três dias a fio’. Por sua vez, o ‘vexame’ provocava, sobretudo entre as mulheres, ‘um ataque de silencioso, mudo, sem contorções nem convulsões de qualquer espécie, caindo a paciente, se estava de pé, ou continuando sentada, se

já estava assim, sem fala, sem movimento, mas ouvindo, muitas vezes, e vendo o que se passava em redor, durante esse estado de imobilidade de dez minutos a uma hora' (THIELEN, 1991, p. 57, grifos do autor).

Conforme Thielen (1991), essas epidemias encontraram morada nos espaços rurais, nos quais a carência de informação, noções de higiene e precauções sanitárias era uma constante. A ênfase desses intelectuais na redescoberta do Brasil influenciou os estudos de Lobato (1964) quando reconheceu que o mal do Brasil era a doença. Essa percorria os espaços urbano e rural, a exemplo da tuberculose, da doença de chagas, do impaludismo, das verminoses, entre outras que se alastravam pelo país devido à ausência de medidas assistenciais do estado quanto à saúde e a educação da população. Essas questões foram descritas por Belisário Penna, retratado na obra de Thielen (1991),

Conhecemos quase todos os estados do Brasil e pesa-nos dizer que, à exceção dos estados do Sul, nos quais se cuida de algum modo da instrução do povo, da viação, de leis protetoras da lavoura, da pecuária e indústria conexas, quase todos os outros, excetuadas as capitais e alguns municípios, são vastos territórios abandonados, esquecidos pelos dirigentes com populações vegetando na miséria e no obscurantismo. [...]. Nós, se fôramos poetas, escreveríamos um poema trágico, com descrição das misérias, das desgraças dos nossos infelizes sertanejos abandonados. [...]. Os nossos filhos, que aprendem nas escolas que a vida simples de nossos sertões é cheia de poesia, e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas regiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito pelo Dante imortal. Os sertões que conhecemos, quer os do extremo norte aos centrais [...] são pedaços do purgatório, como no-lo pintam os padres, onde se purgam os pecados da vida, sem outra compensação que a inconsciência em que cai o desgraçado que nele se afunda (PENNA, 1916, *apud* THIELEN, 1991, p. 59).

A busca da origem nacional na pesquisa de Belisário Penna (1916), também chamou atenção de Monteiro Lobato, como foi apresentado em seus livros. Entre o livro *O Problema Vital* (1919) expressou nos diálogos de Mr., Slang e o brasileiro a importância das ações sanitárias de Belisário Penna:

-Mas o que fez esse Belisário Pena até hoje?  
-Revelou ao país seu estado de doença. Demonstrou que há no Brasil 70% de criaturas bichadas pela verminose. Provou que em trinta milhões de criaturas há mais de vinte milhões de inutilizados, sombras de gente, cadáveres vivos, mero pasto de bichos gordos e satisfeitos (LOBATO, 1964, p. 116).

Para Lobato (1964), as condições de atraso da população rural decorriam do descaso do Estado para o problema da saúde. Enquanto a maior parte da população vivia de forma miserável com fome e condições insalubres, uma parcela muito menor utilizava dos meios mais modernos de subsistência. Neste sentido, Belisário Penna foi de fato um intelectual,

envolvido diretamente na descoberta do verdadeiro Brasil, sua busca insaciável pela educação sanitária, fez dele um correspondente da ciência no meio rural (LOBATO, 1964).

No que concerne à educação sanitária, o médico, higienista Belisário Penna ocupou vários cargos que lhe permitiram colocar em prática sua perspectiva sanitária. Segundo Nicolau (2015, p. 30), Penna esteve na direção da Diretoria Geral de Saúde Pública (1904-1918), instalou o Serviço de Profilaxia Rural, em 1918, ficando na sua direção até 1920. Foi diretor do saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde (1920-1922), participou da comissão diretora da Associação Brasileira de Educação (ABE), a partir de 1924, atuou como chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (1927-1928), foi diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (1931), Ministro da Educação e Saúde Pública (1931-1932), participou da Sociedade de Amigos de Alberto Torres e da Ação Integralista Brasileira.

Corroborando com o movimento em prol da educação sanitária, Penna defendeu na Conferência Nacional de Educação (1927) realizada em Curitiba pela Associação Brasileira de Educação (ABE), sua concepção sobre educação higiênica nos espaços escolares. Neste sentido, a campanha por uma educação higiênica na escola, no trabalho, nas residências e locais públicos se vinculava a busca pela saúde daquela sociedade que sofria com epidemias e doenças transmitidas por fatores de má condições de higiene, que contribuía para o retardamento da nação e não para o seu progresso, uma vez que um povo com problemas de saúde não teria bom funcionamento biológico. A partir desta concepção é possível observar na primeira tese apresentada na Conferência, intitulada como: *Por que se impõe a primazia da Educação higiênica Escolar*, na qual Belisario Penna descreve a importância de termos uma educação higiênica e eugênica desde o ensino fundamental, para propagar uma consciência sobre os problemas oriundos da higiene e eugenia para a nação brasileira (PENNA, 1997, p 29).

O estudo realizado por Belisario Penna (1997) constatou que as condições dos lugares afastados da cidade eram insalubres porque faltava informação quanto às formas de vida saudável. Para resolver este problema, desenvolveu pesquisas no Instituto Oswaldo Cruz, com a pretensão de disseminar noções básicas de higiene para o povo, associando-se ao movimento escolanovista<sup>15</sup>, difundiu seus resultados na Associação Brasileira de Educação.

---

<sup>15</sup> O movimento Escolanovista, constituiu-se como um campo de lutas pela educação nacional que decorreu durante as décadas de 1920 e 1930. Neste período, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 que congregou professores, educadores, intelectuais e cientistas. Estes se dividiram em diferentes grupos que defendiam a inovação da educação e suas práticas e outros que valorizavam os tradicionalismos dos períodos anteriores. Em decorrência disso, em 1932 foi escrito o Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova, com

Nesse contexto em que crescia o debate sobre o nacionalismo, verificou-se que os temas de educação e a saúde nortearam as ações de educadores, médicos e higienistas no combate ao atraso. Os estudos desenvolvidos por Monteiro Lobato, Deodato de Moraes, Belizário Penna, J. Moreira de Souza e Leoni Kaseff nos jornais, nas conferências e nos periódicos educacionais ressaltavam a realidade nacional e suas convicções para a formação dos brasileiros.

Neste sentido, o movimento higienista e de renovação educacional das primeiras décadas do século XX foi fundamental na criação de políticas públicas para educação e saúde, resultando em ações educacionais que pretendiam atuar na unificação do Brasil. A tomada de posição quanto à unidade nacional, se expressou por diferentes frentes de modo que a educação moral e sanitária da zona rural foi disseminada não apenas pelos escritos, mas também pelo rádio.

## 1.2 Um país vale pela qualidade de sua gente

Meninos: nunca se esqueçam desta história: e, quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda. Além de ser para eles benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho dessa gente produzir três vezes mais.

Um país não vale pelo tamanho ou pela quantidade dos seus habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade da sua gente. Ter saúde é a grande qualidade do povo. Tudo mais vem daí (LOBATO, 1964, p. 340).

Para Araci Alves Santos (2016) o uso das novas tecnologias como o rádio e o cinema na educação sanitária foi importante meio de difusão de conhecimento. Para solucionar a questão da doença, pretendia-se educar o território nacional por meio de palestras, cartazes, folhetos, filmes e pela radiodifusão. A esse respeito Henrique Autran, diretor do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1927), segundo a autora utilizou o rádio como forma de disseminar a educação sanitária (2016, p. 92). Neste período, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* (1923), e a Rádio-Telephonicos dos Correios e Telégrafos estação da praia vermelha (1924), foram expressivas na cidade do Rio de Janeiro, divulgando e instruindo o povo de diferentes formas. A primeira, de finalidade

---

objetivo de oferecer diretrizes para uma política educacional no Brasil para o povo e a sociedade e ao governo (CARVALHO, 1986).

educativa, dirigida por Roquette-Pinto e, a segunda de caráter comercial supervisionado por Elba Pinheiro Dias.

Henrique Autran conseguiu uma autorização de Elba Pinheiro em abril de 1924, para a realização de palestras divulgando assuntos de saúde pública todas as quartas feiras, entre 20 e 21 horas, na estação do Serviço de Radio-Telephonico dos Correios e Telégrafos, que ficava localizado no Largo do Machado (Estação Praia Vermelha) e as mesmas seriam transmitidas para a capital e para outros estados do Brasil para quem possuísse um aparelho receptor (SANTOS, 2016, p. 92-93).

É nessas observações que encontramos práticas pedagógicas que se preocupavam em disseminar a educação para além dos espaços escolares, no qual a utilização do rádio por Henrique Autran no Serviço de Propaganda e Educação Sanitária representou a aceitação da radiodifusão como instrumento educativo. Conforme Araci Alves Santos (2016), Henrique Autran organizou mais de 20 conferências de rádio só no ano de 1924, como também irradiou o Boletim Sanitário na Estação da Praia Vermelha, nesse ano. Pela emissora Rádio Club do Brasil nos anos de 1924-1927, propagou conferências cujos temas foram: tuberculose, saúde pública, alimentação, doenças infectocontagiosas, febre tifoide, varíola, educação sanitária, microbiologia, infância, higiene escolar, alimentação infantil, doenças venéreas, impaludismo, reumatismo e demografia da saúde (SANTOS, 2016, p. 98).

A preocupação com a educação nacional ganhou espaço na programação da rádio durante a década de 1920. No entanto, os sistemas de comunicação pelo rádio ainda eram muito precários nesse período. Era preciso maiores investimentos na aquisição de equipamentos para alargar o raio de alcance das estações de rádio. Segundo Bomeny (2001, p.13), “Em uma sociedade basicamente rural – mais de 80% da população --, comandada pelos grupos oligárquicos, com precários sistemas de comunicação, a demanda social de educação era também muito baixa”, o rádio não era ainda um potente veículo de difusão de conhecimentos.

Após a apresentação da realidade brasileira exposta nas pesquisas de Euclides da Cunha, Belizário Penna, Roquette Pinto, e outros, as categorias urbano/rural entraram em um novo curso na década de 1920. Era o tempo de agir, exigindo do Estado políticas públicas para um plano de progresso nacional. Nesse momento de modernização, as preocupações com o homem ganharam maior proporção à medida que tanto os reformadores sociais, quanto o Estado tentavam efetivar melhorias na política, na educação, na cultura, no cotidiano, na economia e na formação intelectual e moral.

Esse projeto via no rural, a possibilidade de integrar o país solucionando o problema das dualidades através da educação. Em um Estado basicamente rural até a década de 1950, equiparar a zona rural com a zona urbana, era uma das finalidades. Ao analisar as informações de Bomeny (2001), notamos que pensar em 80% da população rural nos remete a ideia mais geral sobre a população rural durante a década de 1950, porém interpretamos que, de maneira mais ampla, Bomeny se referia as pessoas que viviam e sobreviviam das atividades agrícolas e do campo. Quanto a isso segue o quadro com os dados relativos a população de 1900 a 1970:

Quadro 1 - População de 1900 a 1970<sup>16</sup>

Ano	População total	População Urbana	População Rural
1900	17 438 434	17, 3%	82,7%
1920	30 635 605	23,2%	76,8%
1940	41 236 315	31,2%	68,8%
1950	51 944 397	36,1%	63,9%
1960	70 992 343	44,6%	55,4%
1970	94 508 583	56%	44%

População nos censos demográficos. Fonte: Quadro adaptado com dados referentes ao período de (1900 a 1970): BOMENY, 2001.

Percebe-se que até a década de 1950, mais de 60% da população se concentrava na zona rural. Entretanto, com a crescente urbanização, a partir de 1970, houve o aumento da população urbana e o declínio da rural. Para Mendonça (2007), esta mudança aconteceu a partir da queda da bolsa de Nova York, em 1929, ocasionando uma crise econômica mundial. Assim, se instalou no Brasil a diminuição da exportação de café, uma vez que o seu consumo ainda estava em expansão. Além disso, sua produção em grande extensão de terras, por todo o país, impedia a diversificação das exportações, fato que acelerou o processo de industrialização tornando o país, cada vez mais urbanizado. Apesar do processo de urbanização, o país não poderia ser considerado uma unidade nacional. Para Freitas, (2001), os educadores envolvidos na formação da unidade nacional não viram avanços significativos com a República, devido a permanência do país cindido entre o urbano e o rural, provocava um sentimento de reconstrução da educação.

<sup>16</sup> Consideramos que a zona rural na década de 1900, não é a mesma das demais décadas mencionadas e que existiam diferenças entre os rurais. A informação apresentada no quadro refere-se ao contexto mais geral da concentração da população na zona rural, com atividade agrícola, até o final da década de 1950 e população urbana.

Perdidos em tempos distintos, os brasileiros precisariam ser conhecidos, a realidade deveria ser enfrentada, e acima de tudo, seria necessário impedir que as configurações regionais continuassem a inviabilizar a nova configuração nacional que se buscava (FREITAS, 2001, p. 16).

A década de 1930 representou um período de transformação no cenário político, educacional e sanitário. As oligarquias de São Paulo e Minas Gerais estavam rompendo suas alianças, devido o lançamento do candidato por São Paulo, Júlio Prestes para presidência da República, em 1930. Em oposição, o estado de Minas Gerais, associou-se aos estados do Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal que, posteriormente, indicou Getúlio Vargas para a Presidência. Com a influência paulista nas eleições, Júlio Prestes foi eleito, porém sua impopularidade frente à classe trabalhadora ocasionou o apoio popular às revoltas contra o regime, que resultaram no declínio de seu governo e a posse de Getúlio Vargas, em novembro de 1930 (SCHWARTZAN, 2000).

Em defesa da escola pública buscou-se novas metodologias de ensino primário, secundário e universitário, a universalização e laicização do ensino, ganhou força e forma nos debates educacionais, nas Conferências Nacionais de Educação de 1927 em Curitiba, de 1928 em Belo Horizonte, de 1929 em São Paulo, de 1931 no Rio de Janeiro, promovidos pela Associação Brasileira de Educação (CARVALHO, 1986). Para Freitas, “um ícone desse movimento foi o manifesto *A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo*, de 1932, quase que uma síntese do pensamento social brasileiro nas primeiras décadas da República” (2001, p.16). Além de reunir os ideais dos pioneiros da Educação Nova, com as assinaturas de: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Edgard Roquette-Pinto, Lourenço Filhos e outros signatários, o Manifesto conclamou o governo à tomada de posição frente à educação do povo e a reconstrução nacional.

Para Freitas (2001) o pensamento educacional das décadas de 1920 e 1930 esteve voltado à defesa da educação pública. Na qual, alguns educadores assumiram cargos importantes na gestão da educação brasileira, como Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), instituindo reformas da instrução pelo país. Por outro lado, o movimento sanitarista no qual esteve envolvido Belisário Penna, o conduziu para a direção do Departamento Nacional da Saúde Pública, em 1930 e, logo depois, em 1931 para o cargo de ministro da educação e saúde pública, no qual ficou apenas por alguns meses, até 1932, quando entrou para o movimento integralista. Conforme Hochman (2001), Belisario Penna ficou decepcionado com a política que se instalou no país após, duas décadas de lutas na

integração ruralista, levando a educação sanitária para a zona rural, viu suas intenções abaladas no Ministério da Educação e Saúde Pública.

Pena criticava o federalismo, as oligarquias corruptas e a ‘Constituição licenciosa’ de 1891, ao ser ver os obstáculos para o que considerava uma prioridade nacional: o combate às endemias rurais por meio de políticas de saúde pública a cargo do governo federal. Em especial, a malária, a ancilostomíase e a doença de Chagas. O alvo dessas ações seriam as populações dos sertões do Brasil, do interior do país, esquecido pelo poder público e vitimadas pela doença (HOCHMAN, 2001, p. 128).

Assim, as ações em prol da educação sanitária na zona rural estavam ameaçadas devido os conflitos durante o Governo Provisório, que o impedia de dar continuidade aos ideais que o moveram profissionalmente. A discussão apontada por Hochman (2001) demonstra que o período pós 1930, instituído como marco referencial para a implementação de ações estatais para a educação e a saúde foi ilusório. Defende que durante a Primeira República já havia ações em curso que possibilitaram a criação de políticas públicas para a educação e saúde. O exemplo do: Departamento Nacional de Saúde em 1920, que centralizava serviços de saúde e práticas de higiene educativas, e do Serviço de Profilaxia Rural (1923) que atuava na proteção aos trabalhadores (1923) e do saneamento da zona rural, em busca da identidade nacional e da consolidação do poder público.

Considerando tais ações para o desenvolvimento da educação sanitária durante a década de 1920, a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública (1930) foi um avanço significativo para a construção de um projeto que possibilitasse a integração entre os Brasis, com investimento no ensino primário, secundário, profissional e universitário, na zona urbana quanto na rural. No entanto, o início desse Ministério foi marcado pela mudança em sua direção, onde estiveram Francisco Campos (1930-1931/ 1931-1932) Belisário Penna (16/09/1931 – 01/12/1931), Washington Pires (1932-1934), dificultando a efetivação de projetos de governo para a educação e para a saúde. Porém, o Departamento Nacional de Saúde se manteve apesar das mudanças do Ministério da Educação e Saúde. Segundo Hochman (2001), a nomeação de Gustavo Capanema (1934-1945) para o cargo de Ministro da Educação e Saúde, possibilitou novos avanços. Para o autor,

O principal responsável pela implementação das reformas na área da saúde, foi o médico João de Barros Barreto empossado como diretor do Departamento Nacional da Saúde (DNS) em fevereiro de 1937, um mês após a reforma de o ministério ter sido aprovada pelo presidente da República Getúlio Vargas, e só deixou o cargo em 1945 (HOCHMAN, 2001, p. 136).

O prolongamento na gestão de Gustavo Capanema como ministro, e de João de Barros Barreto na direção deste Departamento foi fundamental para a incorporação da saúde na campanha de governo, ao alargar o raio de intervenção para os estados e municípios da federação, integrando-os, sob-referência de um único ministério (HOCHMAN, 2001). Com pretensão de conhecer os problemas de saúde da população brasileira, João de Barros Barreto analisou as doenças frequentes na zona rural e na zona urbana. Constatou nas pesquisas realizadas a presença do: mal de chagas, impaludismo, verminoses, leishminose, bócio, desnutrição, caracterizando a zona rural com doenças bacterianas e parasitárias. Diferentemente, na área urbana as doenças respiratórias como: o sarampo, a escarlatina, a tuberculose e a difteria eram mais comuns pela poluição do ar e falta de higiene e salubridade nas casas, fábricas, escolas, indústrias, entre outros. As pesquisas de Barreto (1948) procurou identificar os coeficientes das endemias urbanas, e percebeu que as doenças respiratórias também poderiam proliferar-se nas áreas rurais devido à miséria das habitações e recursos higiênicos, na qual, o sarampo e a difteria nos anos de 1930-1934, tiveram altos índices nessas localidades.

Provavelmente pela razão invocada de carência de recursos durante o período de 1930-1934, mostraram-se altos os coeficientes de mortalidade pelo sarampo (24,7 a 34, 4) nos distritos rurais do Rio enquanto, com exceção de um (coeficiente de 22, 5), ficavam os coeficientes muito mais baixos nos distritos urbanos (7,1 a 16,6). Já na mesma cidade, a letalidade pela difteria foi, no período 1930-1934, de 5.8 a 11.4% nos distritos urbanos, de 14 a 17% nos suburbanos, de 19 a 60% nos puramente rurais. A doença nos campos é realmente mais severa, maior de receptividade das populações, embora menores as possibilidades de infecção (BARRETO, 1948, p. 382).

Neste sentido, Barreto (1948) constatou que algumas doenças tivessem maior ocorrência nas áreas urbanas do que nas rurais, estas encontraram ambiente propício para contrapor os limites geográficos, ao estender sua manifestação nos lugares mais pobres e insalubres. A tuberculose foi uma dessas doenças que apesar de ser tipicamente urbana, alastrou-se para a zona rural, pelos fatores migratórios, incidência de habitações pouco higiênicas. Em contrapartida, o autor salientou que as doenças tipicamente rurais: parasitárias, a febre das montanhas rochosas, febre malária, e doença de Chagas formam o grupo de endemias comuns aos ambientes com deficiência sanitária, aumentando assim, a proliferação e mortalidade. “Thibau mostrou que, no quinquênio 1930-1934, os coeficientes de mortalidade foram de 5.18 e 9.16 por 100.000, respectivamente no conjunto dos distritos urbanos e rurais” (BARRETO, 1948, p. 382). Nota-se que a maior taxa ocorreu na área rural, tal fato nos dá margem para refletir sobre as práticas de higiene que eram naturalizadas. Neste

sentido, podemos problematizar sobre o papel da educação sanitária na intervenção e mudança de comportamentos insalubres.

Para isso, foram criados o Departamento Nacional da Criança, delegacias federais de saúde e conferências nacionais de saúde, durante os anos de 1940 a 1963, privilegiando os debates referentes à organização sanitária, municipalização e descentralização das ações estatais. Desta forma, a educação higiênica não aconteceu somente nas escolas, era preciso propagar a educação nos postos, hospitais, creches, asilos, preventórios, rádio, revistas e jornais, como fio condutor do projeto de nação que pretendia salvar e regenerar a raça tendo como base, a educação higiênica da população.

Entretanto, a quantidade de escolas, postos e hospitais, das décadas de 1940 a 1950 demonstravam a precariedade nos investimentos educacionais e sanitários na zona rural. Durante a direção de João Barros Barreto no Departamento Nacional de Saúde (1937), foi criada o Departamento Nacional da Criança, cuja finalidade era atuar na educação, saúde e assistência da criança. Ao ser nomeado como diretor do Departamento Nacional da Criança, em 1951, Joaquim Martagão Gesteira demonstrou no relatório das atividades executadas em sua gestão o panorama preocupante quanto os casos de mortalidade infantil. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Taxa de mortalidade infantil de 1925 a 1941

Período	Taxa de mortalidade infantil
1925- 1929	166, 6
1930-1933	175, 6
1934-1937	177
1938-1941	182,7

Fonte: Quadro produzido a partir do relatório do Departamento Nacional da Criança, (GESTEIRA, 1951).

A taxa de mortalidade infantil é a razão entre o número de óbitos de crianças até um ano e o número de nascidos vivos. Consoante o quadro do Departamento Nacional da Criança, entre 1925 e 1929, a cada 1000 nascidos, aproximadamente, 167 crianças morriam, isto é, 16, 6% das mortes nesse quadriênio. Comparando com os quatro anos seguintes é possível verificar o aumento no número de mortes infantis. No último quadriênio verificado, de 1938 a 1941, houve aproximadamente 183 falecimentos de crianças para cada mil nascimentos. Assim, pode-se concluir que tanto o valor absoluto da mortalidade infantil

quanto o relativo foram crescentes nos intervalos de quatro anos analisados. Os dados relativos neste quadro, representado entre os anos de 1925 a 1941, revelaram um percentual de crescente calamidade. Segundo Gesteira (1951), ao assumir a pasta encontrou dois problemas: o dos menores abandonados, que segundo ele era da alçada do Ministério da Justiça e o da mortalidade infantil correspondida ao seu departamento.

Para Senra (2006), as estatísticas são fontes de saber e de poder, pois, possibilitam o conhecimento sobre mundos distantes e ausentes. Em construções sobre distintas sociedades, territórios e economias, as estatísticas fornecem informações gerais e específicas essenciais para a elaboração de políticas públicas.

As estatísticas são expressões numéricas de coletividades; as coletividades que elas expressam numericamente são provenientes organizadas, o que quer dizer que as estatísticas são construções. As estatísticas importam, sobretudo, à formulação, ao controle e à gestão das políticas públicas, e também às suas avaliações, e, por consequência, ao acompanhamento da competência dos governantes (2006, p.21).

Como fonte de saber e de poder os documentos viraram registros da realidade e de individualidades para a exibição da coletividade, expressas por meio dos estudos estatísticos e foram construídos de forma técnica e burocrática a pedido do Estado. São fontes de poder pelas informações que nos fornecem sobre os dados.

O poder, sem dúvida nenhuma, supõe um saber, muitos saberes. Exercer poder, no sentido de administrar acontecimentos, e, tanto quanto possível, para além disso, de intentar-se planejá-los, impõe antever, conhecer. Ora, o poder se exerce sobre mundos (sempre) distantes, distantes e desconhecidos, imprevisíveis; pessoas e coisas sempre distantes (mesmo a pequena distância). Assim, tornar esses mundos conhecidos, para então conseguir pensá-los, e, pensando-os, governá-los, conforma exatamente a equação política dos governos dos Estados. Saber, como visto, tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; saber para poder (SENRA, 2006, p. 34-35).

Por outro lado, afirmou Senra (2006), que apesar de pouca participação científica para a problematização dos dados. Foram os cientistas naturalistas, como Charles Darwin (1809-1872), Émile Durkheim (1858-1917), entre outros que iniciaram a utilização dos registros estatísticos para a comprovação das suas teorias. Assim, Joaquim Martagão Gesteira, no Departamento Nacional da Criança interpretou os registros já coletados para quantificar e problematizar o que poderia ser feito para diminuir os altos índices de mortalidade infantil.

O Brasil foi o segundo país com a mais alta mortalidade infantil em comparação aos países do continente americano<sup>17</sup>, causado pela intensa proliferação de doenças e endemias. No Recife e no Rio de Janeiro, e pela baixa concentração de investimentos na saúde e na educação da criança até 1941, havia 56 maternidades, 53 postos de puericultura, 8 hospitais infantis 4 creches, 12 Casas da criança, e 14 instituições assistenciais aproximadamente para todo o território nacional. Estes dados demonstram a insuficiência de políticas públicas quanto à saúde da criança, o que motivou o Departamento Nacional da Criança, em 1951, a apresentar a extensão de medidas profiláticas que consistiam na criação de hospitais, creches, educandários, postos fixos e volantes na tentativa de diminuir as altas taxas de mortalidade infantil (GESTEIRA, 1951, p.9).

Nesta direção, o Departamento propagou o atendimento sanitário às camadas populares das zonas rurais, por meio de postos volantes. Com iniciativas voltadas à difusão da educação sanitária em vários estados do país, organizados pelo Departamento Nacional da Criança, além de criar hospitais, creches, educandários e outras instituições de medidas de cunho médico e educativo, alargou suas atividades pela disposição em levar hospitais nas zonas rurais do Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Bahia e Maranhão. Ao oferecer instrução sanitária e atendimento gratuito, como o Posto Volante do Distrito Federal, localizado na área rural do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Posto de saúde volante no Distrito Federal



Fonte: Posto Volante no Distrito Federal, Relatório Departamento Nacional da Criança (GESTEIRA,1951).

---

<sup>17</sup> A fonte documental utilizada não especificou quais foram os países em comparação ao Brasil sobre as taxas de mortalidade infantil.

As reflexões acerca da educação e da saúde para unificação da zona rural com a urbana consistiam em acionar diferentes práticas. Barreto (1948) ressalta que viver nas zonas rurais aprimorava o metabolismo humano, pois, eram ambientes agradáveis que possibilitavam ao homem melhores formas de sobrevivência, pelo ar puro, convívio com plantas e animais, maior exposição aos raios solares aumentando assim, a boa qualidade de vida. Entretanto, a ausência do Estado nessas localidades, as transformava em lugar de perigo social, devido à facilidade de infestação de bactérias e parasitas e proliferação de doenças que, com a falta de salubridade rural se alastravam com facilidade. O abastecimento de água, habitações, e remoção de dejetos foram os principais problemas encontrados no combate das endemias rurais.

A intensificação de iniciativas do governo frente ao sanitarismo durante a gestão de Gustavo Capanema demonstrou seu interesse em aprimorar a raça pela educação. Assim, as delegacias de saúde dos estados favoreceram as reformas nos departamentos do vasto território brasileiro. Em suas considerações, Hochman (2001) ressaltou a pesquisa de Barros Barreto de 1942, em que contabilizou 12 estados de 19, que aderiram aos objetivos de Capanema, pondo na direção dos seus departamentos, pessoas ligadas ao Departamento Nacional de Saúde e do Ministério de Educação e Saúde (2001, p.140).

O início da década de 1940 viu surgir reformas que implicaram no Departamento Nacional de Saúde. Este buscou unir forças nos estados, a fim de fortalecer os propósitos federais por todo país. Com a pretensão de reafirmar a administração federativa quanto à organização e superintendência do governo, foi criada a reforma Capanema-Barros Barreto<sup>18</sup>:

Essa reforma reafirmava que a saúde pública deveria atuar privilegiando as doenças infecto-contagiosas, que atingiam a totalidade da comunidade nacional, e não grupos específicos. Os serviços nacionais, tendo cada qual um diretor específico, seriam supervisionados pelo DNS, que acompanham o trabalho desenvolvido nas diferentes regiões do país. Eram os seguintes serviços nacionais: da peste, de tuberculose, de Febre amarela; do câncer, da lepra, de Malária, de Doenças Mentais, de Educação Sanitária, de Fiscalização da Medicina, de Saúde dos Portos, Serviço de Bioestatística, e Serviço Federal das Águas e Esgotos (HOCHMAN, 2001, p. 140).

A reforma apresentava-se como novo modelo de organização do Estado para alcançar o vasto território nacional. As especificidades da vida rural, a situação das habitações e abastecimento de água, eram fatores que prejudicavam a saúde. O professor José Barreto

---

<sup>18</sup> Conforme Hochman (2001), em 1941, Gustavo Capanema realizou uma reorganização na estrutura do Ministério da Educação e Saúde, buscando centralizar departamentos federais de saúde por todo o país. José Barreto foi responsável pela implementação da reforma no Departamento Nacional de Saúde, que foi nomeada como: reforma Capanema-Barros Barreto.

(1948), identificou o alastramento de doenças pelas más condições de higiene das casas e da água para o consumo. Segundo ele, a grande quantidade de pessoas que conviviam no mesmo cômodo, incidência de animais e produtos agrícolas em espaços pequenos e sem ventilação, formavam os principais problemas higiênicos.

De acordo com Barreto (1948) a dificuldade de acesso a hospitais, postos, água potável e nas habitações, localizadas na zona rural do país, era demarcada pela pobreza e miséria que afloravam as péssimas construções das casas. Constituídas por paredes de pau a pique, teto de sapê e folhas, piso de terra, as casas tornavam-se ainda mais anti-higiênicas. Os estudos sanitários descreveram outras formas simples de construir uma casa, mantendo precauções que envolviam a utilização de madeiras mais largas, tijolo ou pedra para estruturar a base, telhado de metal, abertura nas paredes, maior número de divisões na casa, como: quartos separados da dispensa e cercas para os animais na parte externa. Nesta perspectiva, aumentaria a circulação do ar, ventilação e iluminação.

As pesquisas de Barreto (1948) nos permitem refletir sobre o papel da educação na formação da unidade nacional, cuja importância no incentivo de hábitos higiênicos nas habitações, nas plantações, no consumo de água e alimentos, limpeza e coleta de lixo, escoamento do esgoto, eram alguns dos fatores a serem naturalizados pela sociedade. No entanto, o saneamento rural ainda era muito precário na década de 1940, no qual o abastecimento de água era o grande problema a ser vencido. Só havia instalação de água canalizada apenas nos espaços coletivos, como: escolas, hospitais, fábricas e comércios, para depois serem oferecidas nas habitações. Enquanto isso se estimulava utilização de poços para abastecer à população.

Outro problema encontrado nos estudos de Barreto (1948) era o da coleta e destino do lixo, cuja necessidade foi enaltecida pelos higienistas, mas, pouco praticada pelos governantes. De fato, a falta de recursos para os setores públicos, era escassa na zona urbana e na zona rural. Porém a eficiência das ações sanitárias na saúde da população era fundamental para a erradicação de doenças no solo, no homem e profilaxias de verminoses parasitárias. Uma solução possível era a instalação de coletores móveis para recolher urina e fezes até ser despejado na rede de esgoto mais próxima ou enterrado com uma técnica diferenciada ao lixo, neste caso cobria-se os dejetos com terra, óleo e palha, como também o recolhimento, por meio de fossas, em terrenos distantes de vegetações, instalação de vasos e tanques sépticos, tanques de gordura, entre outras ações que diminuem o alastramento de bactérias e vermicidas. Diante do vasto território nacional, a instrução do povo ainda era um dos mais expoentes problemas sociais a serem resolvidos, era preciso ensinar além das letras, números

e hábitos higiênicos. Precisava-se construir a identidade do brasileiro, pela educação do povo na escola e para além dela.

### 1.2.1 Por um ensino agrícola

Solucionar os problemas sociais resultantes da abolição da escravidão e cumprir as exigências necessárias para tornar-se uma República brasileira efetivamente uma *res publica* favorecia o surgimento de plataformas políticas e de novos nacionalismos. No mesmo contexto, médicos e antropólogos pronunciavam teorias que tentavam, por intermédio de análise de nossos componentes raciais, sustentar hipóteses que anunciavam a ‘necessidade de branquear a sociedade’ (FREITAS, 2001, p. 20, grifos do autor).

Na zona rural, podemos considerar que, após a abolição da escravatura e no início do período republicano, constituíram-se políticas de ensino rural mais efetiva. O crescimento do capitalismo e a relação de aliança entre os governantes e os grandes fazendeiros colaboraram para a atuação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio na criação de regulamentações para o ensino rural, na qual a formação do trabalhador era o ponto inicial para a difusão do pensamento das elites.

A criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo decreto nº. 1606 de 1906, segundo Mendonça (2013) instituiu a organização da secretaria de Agricultura a organização do: ensino agrícola; mecânica agrícola; campos de experimentação; estações agrônômicas; e instituições de biologia agrícola. Constituindo um projeto de educação rural que enfatizava o ensino profissional. A autora justificou como medida pós-abolicionista, na qual o processo de capitalismo no Brasil determinou práticas de produção no trabalho rural, que por meio de “alianças entre proprietários rurais e sociedade política” intensificou a regulamentação de ensino agrícola (MENDONÇA, 2013, p. 90).

Tal discurso correspondia aos desequilíbrios da sociedade pós-escravocrata. A partir, da compreensão de que a escravidão dificultava o processo de desenvolvimento da sociedade civil, ressaltadas na obra *O abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco revelou que era preciso superar o trabalho escravo e resolver os problemas relativos à abolição: como o trabalho e a educação.

Foi em torno a esta representação que nasceram e organizaram-se inúmeras entidades patronais agrárias voltadas para a formulação de alternativas à “crise” destacando-se, dentre elas, Sociedade Paulista de Agricultura/Sociedade Rural

Brasileira (paulistas) e a Sociedade Nacional de Agricultura (fluminense). Enquanto as primeiras representavam o núcleo dinâmico da acumulação cafeeira do país, a segunda agremiava segmentos agrários distintos, sobretudo do eixo Nordeste/Sul os quais, desde fins do século XIX, enfrentavam obstáculos para a colocação de seus produtos no mercado internacional. Enquanto os fazendeiros paulistas elegiam a imigração maciça de italianos como solução da “crise”, os proprietários articulados pela SNA alocavam-na na diversificação da agricultura e na necessária recriação do Ministério da Agricultura, gerando uma acirrada competição política intra-classe dominante agrária no período, a qual se perpetuaria no tempo (MENDONÇA, 2007, p. 246, grifos do autor).

Desta forma, aconteceram alguns avanços no ensino agrícola que tentaram colocar em prática a organização da educação rural. Em 1910, o decreto número 8319 instituiu o ensino agrônômico no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no qual uma organização inicial da educação agrícola foi pautada no artigo 2º,

Art. 2º O ensino agrícola terá as seguintes divisões:

1º Ensino superior.

2º Ensino médio ou teórico-prático.

3º Ensino prático.

4º Aprendizados agrícolas.

5º Ensino primário agrícola.

6º Escolas especiais de agricultura.

7º Escolas domésticas agrícolas.

8º Cursos ambulantes.

9º Cursos conexos com o ensino agrícola.

10. Consultas agrícolas.

11. Conferências agrícolas (BRASIL. Decreto nº 8319/ 1910).

Este decreto abrangia a educação para jovens nas Escolas Práticas que ofereciam: o Ensino Primário agrícola na faixa etária de 14 a 18 anos. Para os jovens e adultos no que tange o Ensino Médio e teórico prático com idade mínima de 17 anos e máxima de 21, na qual eram ofertados cursos de extensão para aperfeiçoamento do trabalho agrícola. Já na formação universitária, poderiam ser matriculados alunos a partir de 17 anos, bacharéis em letras e ciências, nos cursos de veterinária agrícola ou engenharia agrônoma, em que era disponibilizado a esses alunos, consultas e conferências nas áreas afins. Segundo a lei nº 8319/1910, essas modalidades de ensino agrícola deveriam funcionar nos campos e fazendas de experimentação, estações de máquinas, postos meteorológicos e zootécnicos. A fim de aprimorar de forma teórica e prática o trabalho agrícola já desenvolvido na zona rural (BRASIL. Decreto nº 8319/ 1910).

Formava-se um projeto de educação rural com base no crescimento urbano industrial com a finalidade estritamente profissional. Favorecendo políticas, que investissem na qualificação da mão de obra agrícola, a fim de conservar o homem rural no seu lugar de origem. Com fundamentos na lei 8319/1910, foram criadas e reorganizadas mais instituições

sobre a tutela do Estado com caráter educacional, hospitalar e de recolhimento, gerenciados pela prefeitura; de ordem Federal, as ações de assistência e correção como foi o caso dos patronatos agrícolas.

A essa rede ligada ao Ministério da Justiça foram organizadas patronato agrícolas, sob tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, disseminados a partir de 1918, com a criação do Patronato Agrícola Wenceslau Brás, em Caxambu, Minas Gerais e por vários Estados do país, entre eles, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Pernambuco, e Rio Grande do Sul, objetivando oferecer educação cívica, moral, física, higiênica e profissional às crianças desvalidas (CAMARA, 2010, p. 149).

A atuação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio fortificaram as ações de formação do trabalhador do campo, para isso foram criados os patronatos agrícolas (1918) e os aprendizados agrícolas, instituições destinadas à fabricação do novo homem. Segundo Mendonça (2007), os aprendizados eram internatos localizados em propriedades semelhantes a uma fazenda para jovens entre 14 a 18 anos, na qual os alunos, em geral filhos de trabalhadores, aprendiam conteúdos pragmáticos para o trabalho, exerciam o ofício de aprendizes e como tal aprendiam na prática. Os jovens moravam na propriedade, recebiam aulas técnicas de agricultura moderna e eram chamados para trabalharem nas fazendas próximas.

Os patronatos foram regulamentados a partir de 1918, com a lei n.12.893 e tinham como característica principal o ensino agrícola, em uma relação de ordem e trabalho. Funcionavam como internatos para crianças consideradas abandonadas ou infratoras. Nas instituições, os internos recebiam aulas de horticultura, jardinagem, pecuária, plantio industrial, entre outras que constituíam uma formação profissionalizante para crianças órfãs (MENDONÇA, 2007). A partir da sua criação em 1924, o juizado de menores retirava das ruas os meninos desamparados, as crianças e os jovens entre 10 e 16 anos, que estavam em condição de mendicância, promiscuidade e vadiagem na cidade, atentando de alguma forma a paisagem moderna da cidade industrial que se formava.

Em uma medida protetora os patronatos criados inicialmente no Estado de Minas Gerais, ampliaram-se por todo o país,

Este seria o caso dos Patronatos Agrícolas (PAs), criados em 1918 em resposta à conjuntura gerada pela Primeira Guerra Mundial. Rurais por necessidade e agrícolas mais por conveniência do que por vocação - já que o trabalho no campo era visto como único meio de preservar sua autossubsistência e manutenção - os Patronatos abrigariam a *infância órfã desvalida* da cidade do Rio de Janeiro, atendendo a interesses de segmentos urbano-industriais empenhados em construir uma imagem “profilática” da Capital Federal Associando as noções de ensino prático e de defesa

militar, a lei que criava os Patronatos deixava claro seu escopo, malgrado a retórica filantrópica que os justificava: consistiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, tidas como *degradantes e infames* (MENDONÇA, 2007, p. 248).

Essas instituições estatais visavam proteger as crianças e os jovens dos perigos das ruas. Como forma de educar e cuidar da infância desvalida. De acordo com Camara,

A ampliação da atuação do Estado sobre a sociedade firmou-se a partir de um tripé organizador que se apoiou, em primeiro lugar, no alargamento progressivo do controle centralizador sobre todo o território; em segundo, na manipulação estabilizadora da opinião pública e, em terceiro, no incremento de uma atuação beneficente e tutelar sobre os grupos humanos, capaz de amenizar os conflitos sociais propondo medidas eficazes de atuação sobre os setores populares (2010, p. 146).

O Estado passou a promover ações destinadas à educação e controle dos menores abandonados. O trabalho nos patronatos agrícolas tinha função educativa, não era considerado prejudicial à criança, pelo contrário se constituía como prática de proteção aos males originados pela marginalidade a que eram expostas as crianças desassistidas pela sorte.

Na década de 1930, o Estado promoveu uma nova postura a respeito do ensino rural pela intervenção do Ministério da Agricultura (MA). Integrando o trabalho do campo com o saber científico, por meio dos Aprendizados Agrícolas, Patronatos e, posteriormente, os Clubes Agrícolas. No entanto, a educação rural no Brasil era atravessada por uma dualidade entre os poderes a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), nos anos de 1930, proporcionou ruptura entre a supervisão do ensino agrícola que até 1930 era ofertada pelo Ministério da Agricultura, com a atuação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP).

No entanto, a educação rural no Brasil era atravessada por uma dualidade entre os poderes a partir da instalação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), nos anos de 1930, proporcionou ruptura entre a supervisão do ensino agrícola que até 1930 era ofertada pelo Ministério da Agricultura, com a atuação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Expressava-se pelos diferentes projetos de educação rural entre os Ministérios da Agricultura e o da Educação. O primeiro era fundamentado na concepção economicista de educação voltada para o trabalho, nas qual as escolas práticas funcionavam como instituição de qualificação técnica e profissional. O segundo tentava instituir a formação da mentalidade do homem rural pelo ensino da moral, higiene, cultura e ciência relacionados à prática da agrícola. Apesar das diferenças os ministérios da agricultura e da educação ambos acreditavam na educação voltada ao trabalho.

Esse momento de transformação no ensino agrícola foi influenciado pela disputa da presidência nacional, que se intensificava com o posicionamento das oligarquias. Com apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e das Forças Armadas, Getúlio Vargas tomou posse como Presidente Provisório da República em 1930 permanecendo nessa condição até 1934. Essa mudança na política brasileira demarcou o início do Estado paternalista que se formava, na qual o governo de Getúlio Vargas desenvolveu políticas públicas para a educação e para a saúde, como a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931.

Em 1934, ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte e promover a elaboração da nova Carta Constitucional que previa a eleição presidencial, Vargas foi reeleito, caracterizando-se como Presidente do Governo constitucional (1934-1937). A reeleição de Vargas representou novas medidas de organização da educação a partir da direção de Gustavo Capanema no Ministério de Educação e Saúde Pública (1934). Com isso, a educação rural, antes sob a responsabilidade da pasta da agricultura perdeu seu controle majoritário, e passou a dividir o controle com o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em 1933, o ensino agrícola foi reorganizado pelo decreto nº 23.979:

Com isso, nova legislação - decreto-lei 23.979 de março de 1933 - redefiniria algumas instituições até então encarregadas do Ensino Agrícola. Os antigos Patronatos, por exemplo, passariam para a alçada do Ministério da Justiça, dando origem ao Serviço de Assistência ao Menor (SAM), de caráter semelhante ao vigente na Primeira República. Já os Aprendizados seriam reclassificados segundo nova tipologia institucional que previa, até a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) de 1946, emanada do Ministério da Educação, três tipos de cursos distintos: A) o Ensino Agrícola Básico – com três anos de duração e destinado a formar capatazes a partir de uma clientela composta por jovens a partir de 14 anos e que tivessem cursado o primário completo, preservando seu caráter de ‘escola de trabalho’; B) o Ensino Rural – com duração de dois anos e formador de trabalhadores rurais, a partir de um público integrado por crianças maiores de 12 anos e que já tivessem recebido ‘*alguma instrução primária*’, sendo totalmente baseado em aulas práticas; e finalmente C) Curso de Adaptação – esse sim uma inovação quanto ao período anterior, posto que não mais dirigido crianças e adolescentes, mas sim ao chamado ‘*trabalhador em geral*’, quase sempre adulto e ‘*sem qualquer diploma ou qualificação profissional prévia*’. Justamente pela especificidade de seu público-alvo, os Cursos de Adaptação não contavam com calendários formais, organizando-se em qualquer época do ano e tendo por marca sua rápida duração, sendo a matrícula ‘*ao alcance de todos, sem distinção de sexo ou idade*’ (MENDONÇA, 2007, p. 251-252, grifos da autora).

Com estas medidas o ensino agrícola deixou de ser da alçada do Ministério da Agricultura para ser inteiramente organizado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. A mudança, das instituições destinadas ao recolhimento de menores abandonados, como os Patronatos e os Aprendizados Agrícolas para o Ministério da Justiça representou o

desenvolvimento do Estado frente à educação e a assistência da população, que refletiu na atribuição de competências dos ministérios da agricultura e da educação.

Percebe-se que tanto as concepções do Ministério da Agricultura quanto o do Ministério da Educação e Saúde Pública tinham pontos em comuns, com a crença na possibilidade integração entre o rural e o zona urbano, por meio da educação. Para isso, era preciso ampliar a formação do homem rural da infância à fase adulta, pela escola. Defendiam ser a criança o porvir, como semente que bem regada daria bons frutos. Esta é a ideia fundamental para entendermos os processos de escolarização crescente na década de 1930.

Nesta perspectiva, o homem formado sob a base e proteção do Estado, seria “alimentado” desde a infância com os ideais de moral, higiene a fim de dar bons frutos, no trabalho, na família, sob os moldes do Estado. A ausência de educação, saúde e infraestrutura na zona rural, coincidia também na zona urbana. “Tais estruturas ausentes, contudo, estavam timidamente presentes na vida urbana que o país possuía. As cidades, porém, estavam de costas para o sertão” (FREITAS, 2001, p. 14). A essa distância, a realização do projeto de civilização se agravava. Nesta conjuntura, Camara (2010), salienta que, na primeira metade do século XX, os centros urbanos representavam a modernidade nacional. A cidade do Rio de Janeiro conflitava com a mendicância, a sujeira e promiscuidades, resultantes da carência dos serviços públicos para a sociedade (CAMARA, 2010).

A doença, a mendicância, o analfabetismo, a criminalidade, a vadiagem, o alcoolismo, a prostituição, eram vistos como chagas que assolavam a Capital do país e, como tais, deveriam ser tratadas em nome do bem-estar social. Representadas como tristes, doentes, esqueléticas, sujas, maltrapilhas e esfomeadas, as camadas populares constituíam-se em risco potencial para a sociedade moderna e higiênica que se objetivava instituir (2010, p. 77).

Entre os problemas destacados, os reformadores sociais tentaram instituir projetos de reconstrução do espaço urbano, com reformas na área da educação e da saúde. A cidade transformou-se em “canteiro” de ações assistenciais privadas e estatais (CAMARA, 2010). Na zona rural a situação de abandono se agravava provocada pela fome, pobreza, doenças e analfabetismo. Assim, no que concernia à educação rural, os investimentos de ordem pública aconteciam mais lentamente.

Somavam-se a essas considerações, as mudanças relativas as atividades agrícolas para a indústria mecânica de modo que a busca pelo crescimento econômico proporcionou maiores investimentos nas áreas urbanas. Contrapondo-se a essa medida, o jurista e nacionalista Alberto Torres argumentou que o desequilíbrio da sociedade estava relacionado à imposição

da deslocação da população rural para as indústrias, localizadas na zona urbana, pela busca de melhores condições de trabalho, saúde e educação (FREITAS, 2001, p. 25).

Intelectuais nacionalistas como Alberto Torres, embora identificassem que era preciso conhecer a realidade para intervir no meio social, acreditavam que “o sertanejo precisaria ser salvo, ao mesmo tempo, de si e do homem da cidade. Cumpria educar o homem do campo e, assim, mantê-lo como homem do campo” (FREITAS, 2001, p. 26). Nesse sentido, a educação do país constituía-se de cima para baixo, considerando que era fundamental educar o homem rural para salvá-lo. Logo, pode-se notar que a presença dos intelectuais reformadores sociais e da educação nos congressos, conferências, no rádio e nos periódicos foram fundamentais para os avanços frente à educação rural.

### 1.3 Reflexões em torno da Educação Rural

No entanto, tudo se passa para certos educadores, como se de plano tivesse criado na vida rural um campo fechado, para aí intervirmos eficazmente sobre a coletividade escolhida em condições particularmente favoráveis para essa experimentação, transformando em harmonias as peripécias de uma luta, agravada e complicada por um conjunto de condições geográficas, demográficas e econômicas (AZEVEDO, s.d, p. 34).

Para o educador Fernando de Azevedo (s.d), a educação assumia centralidade nos discursos literários, no qual a frequência de descrições estereotipadas da zona rural dificultava adensar a análise do problema no Brasil. Dessa forma, Azevedo afirmava ser necessário ir além das representações estéticas do cenário rural e pensar em soluções para as questões políticas, tais como: construção de estradas, escolas integradas, meios de comunicação, saneamento básico, eram apenas algumas mudanças a serem solucionadas na zona rural.

A percepção crítica de Fernando de Azevedo (s/d) demonstra que era preciso conhecer as dificuldades enfrentadas quanto à atividade econômica, meios de transporte e comunicação, na zona rural, para a criação de políticas que de fato pudessem transformar essa realidade social. Conforme sua análise, a demarcação do rural constituía-se diante da ausência de civilização, e organização.

Para além da carência de investimentos para a zona rural, Azevedo (s.d, p. 36) ressaltou que a compreensão sobre as causas da dicotomia entre urbano e rural eram mais complexas. Para ele, na zona urbana estava presente uma força que atuava sobre a população

rural, extinguindo qualquer forma de ascensão ao progresso e, ascendendo as diferenças de investimento nessa área. Justificava-se tal causalidade, com o estudo dos grupos e subgrupos que se formavam, na zona urbana com as elites que governavam o grupo inferior: zona rural. Nesta configuração de poder, a zona urbana era fixada geográfica e economicamente atuando para a mobilidade da população rural para a zona urbana, entretanto:

O contato entre os grupos, como os dos povos torna-se o contato de civilizações ou bem de círculos de cultura, quando se faz entre agregados humanos que são de níveis diferentes ou de caracteres diferentes, que não tem a mesma formação e constituição e não estão no mesmo degrau na escala dos tipos sociais (AZEVEDO, s.d, p. 37).

O estudo sociológico entre os grupos sociais mencionados por Fernando de Azevedo (s.d) revela uma das consequências para a falta de unidade nacional. Nesta perspectiva, não bastava transportar a população rural das suas terras para a zona urbana, era preciso investir na sua educação a fim de diminuir a distância entre elas.

A emergência de redescobrir o país e suas origens na virada do século XIX, favoreceu a busca por quantificar os aspectos sociais e econômicos dos brasileiros. Com isso passou-se a investigar nos índices da população rural e urbana e nas taxas de analfabetismo. Para Senra (2006) no regime imperial (1822- 1889) as estatísticas foram desejadas pelo Estado e assim, criadas de forma precária e amadora, pois, não havia técnica desenvolvida no país. Desta forma, a partir de 1870, com a criação da Diretoria Geral de Estatística, tivemos alguns dados relativos ao crescimento populacional e de ensino público (BOMENY, 2001, p.12).

Até o início da República os dados sobre a população e instrução se dispersavam pelas províncias. A partir de 1916 com a publicação da *Estatística da instrução*, constataram-se alguns dados: 74% da população brasileira era analfabeta e 80% da população vivia na zona rural. Bomeny (2001, p. 13). Como a autora salientou, os estudos estatísticos atuavam de forma precária e os dados mencionados não especificavam de forma clara as categorias de análise. Ao interpretarmos esses dados percebemos que o fato de 80% da população ter sido caracterizada como rural não significa que os analfabetos se concentravam na zona rural. Porém, nos fornece indícios para problematizar as marcas de ausência da intervenção do Estado na cultura, saúde e educação.

Observa-se que as estatísticas buscavam ampliar o olhar do pesquisador para compor o cenário no qual o objeto se encontra. Mas como operar com este documento? Le Goff (1990) indica que o documento é uma construção, um produto da sociedade que a fabricou, só tem sentido a partir das questões do historiador. Logo, os números não são apenas dados

quantitativos, mas, fontes de saber que de acordo com interpretação se tornam, fontes de poder. Assim, no país onde mais da metade da população era analfabeta, e mais de 80% rural, como o Estado se organizou para ofertar educação para a zona rural?

Tais pesquisas foram essenciais para a compreensão da densidade demográfica do país. A divulgação de que mais de 70% da população era rural e analfabeta trouxe para o centro das discussões o problema da educação. Para Azevedo (s.d, p. 40), o desenvolvimento da educação estava fortemente associado à densidade da população, uma vez que o maior investimento do Estado estava nas áreas mais povoadas, entretanto, no Brasil essa constatação é inversamente proporcional, pois, os níveis mais elevados de educação não estavam na zona rural e, sim em uma parcela pequena da sociedade que predominava a zona urbana.

O povoamento do território nacional ainda era uma constante, mas não o único problema (AZEVEDO, s.d) com relação à educação rural. A construção de estradas, as condições de acesso para as cidades mais afastadas, a ampliação de meios de transportes e de comunicação eram algumas das questões a serem prontadas. Para Azevedo (s.d, p 42), a construção e ampliação desses meios para a zona rural promoviam a disseminação dos ideais de integração das regiões e favorecia o desenvolvimento econômico, educacional e cultural.

Nos tempos modernos quatro novos meios de transportes, como já observava W. H. Kilpatrick, tanto servem às coisas impressas como às escritas – o vapor, a estrada de ferro, o automóvel e o aeroplano. Concomitantemente, quatro outros chegam quase a eliminar o tempo de transmissão de palavras: o cabo submarino, o telégrafo, o telefone e o telégrafo sem fio (AZEVEDO, s.d, p. 42).

Nesse movimento de povoar e unir na tentativa de formar uma unidade nacional, a construção de estradas era um elemento primordial para civilizar, possibilitando o acesso aos meios de comunicação, educação e cultura. Azevedo (s.d), ao ampliar a compressão do problema da educação rural, demonstrou que as dificuldades encontradas não estavam na configuração da educação por si só, mas pelas suas vias de acesso. A educação rural tornava-se importante para a formação da identidade nacional, no qual o crescimento da população, a chegada do capitalismo demandava novas formas de trabalho, demonstrando a necessidade de investir na qualificação profissional e intelectual.

Com pretensão de tornar-se paternal, o Estado brasileiro procurou direcionar ações efetivas para a educação na cidade e no campo. De cunho tutelar e assistencialista essas ações foram organizadas a partir da compreensão, segundo Camara (2010),

[...] da escola como ‘canteiro necessário à cicatrização’ das chagas sociais ratificou a emergência de se tecer a redefinição das políticas de educação promovidas pelo Estado, através da assistência oferecida, da estrutura material produzida, das cooperativas de auxílio e das atividades peri-escolares. Apoiada na aura republicana que traçou uma visão dicotômica entre o mundo do trabalho, do saudável e do educado e o mundo da vadiagem, da doença, e do analfabetismo, a escola foi perspectivada pelos reformadores escolanovistas, a exemplo de Fernando de Azevedo e Carneiro Leão, como lócus importante na construção do mundo da ordem em oposição ao mundo da desordem (2010, p. 134).

Com objetivo de reparar a desordem, o alargamento da instrução pública construiu um quadro de reformas educacionais que por meio da escola poderia reconstruir a unidade nacional. Para Camara,

Por intermédio das instituições de caráter assistenciais às crianças pobres, ampliou-se o poder de alcance das escolas, promovendo atividades complementares, a exemplo do pelotão de saúde, do prato de sopa, do copo de leite, das ligas de bondade, do escotismo, da assistência dentária e médica, da inspeção escolar, das colônias de férias, das cooperativas escolares, dos clubes de leitura, das exposições de trabalhos manuais, dos círculos de pais e professores, da literatura pedagógica, das bibliotecas escolares, do cinema escolar, do rádio, do intercâmbio interestadual e internacional escolar e das excursões escolares (2010, p. 135).

Em decorrência da instalação dessas ações pedagógicas que complementava a função da escola, a educação rural foi pensada visando alargar sua influência sobre a população, muito embora suas reais atividades fossem voltadas para a manutenção do Estado e do progresso social e econômico. Neste contexto, a reconstrução da identidade nacional deu-se a partir da promoção de projetos reformadores da instrução pública em vários estados da federação, a exemplo do Distrito Federal, com Carneiro Leão (1922-1926), Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira na Bahia (1924-1929) e no Distrito Federal (1931-1935). Embora apresentem diferenciações, as iniciativas reformistas empreendidas nos estados visavam fincar bases para a elaboração de um projeto para a educação nacional. Nesta direção, tais intenções assumiram maior impacto político a partir da década de 1930 (CAMARA, 2010).

Esses intelectuais buscavam o comprometimento do Estado quanto à educação pública. Isto conduziu Fernando de Azevedo, Roquette-Pinto, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Paschoal Lemme, Edgar Sussekind e outros, a participarem dos debates produzidos nas Conferências Nacionais de Educação, promovidos pela Associação Brasileira de Educação nas décadas de 1920 e 1930. Nesse período de reformas educacionais, a busca pela ampliação da escola estava presente nos discursos escolanovistas. Em 1923, com a criação da

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Edgard Roquette-Pinto, a educação ganhava um novo instrumento para ampliar seu raio de alcance.

Na década de 1930, o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1934) concentrou-se na realização de ações sociais cuja intenção foi propagar o ideal de justiça social. “Em nome desse ideal de justiça social, o Estado estaria centralizando, pela primeira vez uma política de amparo ao homem brasileiro, o que significava basicamente o reconhecimento de que a civilização e o progresso do país em um produto do trabalho e da educação” (GOMES, 2003, p. 446). Com base nesse ideal era necessário investir no trabalhador, favorecendo condições dignas de trabalho, assim a educação era vista como forma de ascensão ao progresso.

Pode-se constatar, segundo Gomes (2003, p. 446), que apesar dessa perspectiva mecanicista da educação no início do governo de Getúlio Vargas, assentava-se a perspectiva que: a necessidade de preservar a “pessoa humana”, assim não cabia mais a valorização da máquina e a inferioridade do homem, era preciso voltar-se ao trabalhador. A concepção de que a educação era o meio para a utilização da máquina e do desenvolvimento da produção foi, reformulada gradativamente durante o Estado Novo. Quando a máquina deixava de ser o centro e, o trabalhador tornava-se elemento fundamental para o progresso. Assim, a questão social foi ampliada, oportunizando medidas para promover o bem-estar social, (GOMES 2003):

Esta nova preocupação com a organização ao mesmo tempo humanista e científica do trabalho vinha se desenvolvendo segundo seus defensores, desde o momento inicial do processo revolucionário, ainda em 1930. Ela se traduzia por duas grandes iniciativas: as criações do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde. As medidas administrativas e legislativas levada a efeito por esses dois ministérios revelavam a cooperação necessária para a superação de todos os problemas dos trabalhadores brasileiros. Tratava-se, de fato de uma concepção totalista do trabalho, atenta as mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação e etc (GOMES, 2003, p. 448).

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930) iniciou-se a reforma da educação ministrada por Gustavo Capanema de 1934 a 1945. O ministro pôs em prática políticas educacionais relacionadas ao comprometimento com educação pública; a previsão da elaboração de Plano Nacional de Educação de 1936, a reforma no ensino secundário, o incentivo à cultura, ampliação da escola pelo rádio e cinema educativo, constituíram alguns dos fundamentos essenciais para a reconstrução da educação brasileira. Deste modo,

A educação reformada por Capanema, que permanece até os nossos dias, pode sintetizar-se nos seguintes princípios: o sistema educacional do país deve ser unificado, e ministrado em língua portuguesa; o governo organiza e controla a

educação em todos os níveis; a lei regula as profissões, estabelecendo monopólios educacionais para cada qual; aos diferentes ofícios correspondem tipos diversos de escolas profissionais; o Estado deve financiar a educação pública e subsidiar a privada; os defeitos do sistema são sanáveis por aperfeiçoamentos sucessivos da legislação e da fiscalização (SCHWARTZMAN, 2000, p. 14).

O ministro Gustavo Capanema, atuou frente à ideia de que era preciso criar um ministério para o homem, a fim de instituir ações para o aperfeiçoamento moral, intelectual e cívico social. Nessa perspectiva humanista, a família caracterizou-se como a célula vital para o projeto estado novista, que pretendia alcançar o modo de vida do homem (GOMES, 2003). Assim, emergiram algumas iniciativas que objetivava educar a família, como: a reorganização do ensino adaptado ao meio rural nos debates do Plano Nacional de Educação de 1936, a criação do Serviço Nacional da Radiodifusão Educativa, e outros.

Neste período, houve a intensificação dos projetos de caráter ruralista<sup>19</sup> na qual, os intelectuais da época manifestaram seus interesses para o desenvolvimento da educação rural do país. A Associação Brasileira de Educação (ABE) e, a Sociedade de Amigos de Alberto Torres propagaram muitos dos ideais ruralistas que circularam na sociedade. Os estudos de: Sud Menucci, Isaias Alves, J. Moreira de Souza, Leoni Kaseff, Roquette-Pinto, levantaram a bandeira do ruralismo pedagógico<sup>20</sup>, por meio de uma escola adaptada à metodologia de ensino apropriada à vida agrícola ou pela disseminação de instrumentos para a promoção da educação e cultura, como as transmissões de instrução popular pela radiodifusão educativa.

Os projetos de educação rural circulavam, por meio dos debates produzidos nos periódicos, instituições, congressos e conferências educacionais. Ao problematizar a função civilizadora da educação rural Leoni Kaseff (1936), ressaltou a importância da atuação efetiva do Estado para o desenvolvimento da educação nacional. Para além dessa ideia, os projetos fundamentados nas experiências de países americanos e europeus, se distanciavam da real situação do país. Era preciso propor um plano educativo pautado nas necessidades da nação, como forma emancipatória acreditando que a escola com um projeto bem conduzido teria a chance de emancipar econômico e culturalmente. Para o autor,

Não basta, pois, para ser rico, deixar-se embalar em berço de ouro e pedrarias...É necessário saber levantar-se e caminhar. Para entrar na posse de todos os bens de que a natureza prodigamente aquinhoou o Brasil, mister se faz multiplicar os valores humanos capazes de pôr em circulação o capital oculto nas entranhas da terra generosa nos caudalosos cursos, nas rumorosas quedas e na prodigiosa sucessão das praias oceânicas (KASEFF, 1936, p. 246).

---

<sup>19</sup> Doutrina do movimento em defesa da vida no campo.

<sup>20</sup> Movimento de ideologia política, produzida por diferentes agentes sociais na proteção dos interesses da zona rural (MENDONÇA, 1997).

Afirmando, que era preciso despertar a consciência nacional para a realidade do país, onde a pobreza, o analfabetismo e as endemias urbanas e rurais ainda configuravam o cenário nacional. Emergia-se a ideia de intervenção do Estado na Educação pública, na qual se fomentava um plano nacional de educação para unificar o ensino nacional em um só projeto, pensado para o homem brasileiro.

Na abordagem de Freitas (2001), até a década de 1950 o pensamento intelectual girava em torno da responsabilidade da República Federativa quanto à aquisição de uma organização nacional de educação. Assim, em 1936 foi distribuído para profissionais e instituições de educação um questionário para organizar ações e metas de educação nacional. Alguns intelectuais se colocaram a pensar este projeto, configurando assim, um conjunto de intenções para o ensino que posteriormente foram recolhidos pelo Conselho Nacional de Educação, órgão criado pelo Ministério da Educação pelo decreto nº. 19.850 de 1931, com objetivo de construir o primeiro Plano Nacional de Educação. Conforme Schwartzman (2000, p. 192) em 1936, Capanema distribuiu um questionário convidando as instituições, associações, estudantes, professores, intelectuais e políticos a contribuírem para a elaboração de um plano para a educação. Esse convite intensificou o debate sobre os problemas da educação no país, a serem contemplados no plano, desencadeando a circulação no cenário educacional de novas práticas pensadas para o ensino,

As experiências de construção em processo na época, como o nazismo, o fascismo e o comunismo, tratavam a educação como instrumento por excelência de fabricação de tipos ideais de homens que assegurassem a construção e a continuidade de tipos também ideais de nações. Assim a ação educativa era vista como um recurso de poder e, portanto, ardorosamente disputada; o desacordo quanto às questões educacionais parecia expressar desacordos éticos e filosóficos insuperáveis (SCHWARTZMAN, 2000, p. 192-193).

Neste sentido, Leoni Kaseff (Universidade do Rio de Janeiro), Isaias Alves (Conselho Nacional de Educação), Sud Menucci (Sociedade de Amigos de Alberto Torres), J. M. de Souza (membro da Diretoria Nacional de Educação), entre outros intelectuais propagaram suas opiniões no contexto de circulação de propostas frente à educação nacional, enfatizando novos rumos para o ensino primário, secundário e rural. Utilizando como veículo o periódico: *Infância e Juventude*, criado no Rio de Janeiro no ano de 1936 com o fim de orientar a escola e o lar, fizeram circular as suas ideias em torno da educação. Emergia, assim, o conhecimento atento às peculiaridades sociais, econômicas e culturais para construir um projeto educativo coerente.

A educação ainda a melhor, não é uma receita, nem para todos os tempos, nem para melhor quaisquer situações. A orientação do ensino, para representar um fator construtivo da grandeza de um povo, deve inspirar-se nos progressos da ciência e da democracia, mas só pode ser determinada pelo sentido próprio das aspirações nacionais, dentro das possibilidades reais do tempo e do meio. Cumpre, portanto, consultar aquelas aspirações e essas possibilidades, antes de pôr a seu serviço um sistema apropriado de organização escolar (KASEFF, 1936, p. 247).

Com esta perspectiva Kaseff pensava uma escola integrada à sociedade. A educação da zona urbana e da zona rural tinham finalidades e necessidades distintas. Para ele, a educação rural carecia de maior investimento de cooperação social e de trabalho que possibilitasse a integração entre o sujeito do campo e o meio em que vive. Nesta direção, a escola, assumia um papel central na socialização do indivíduo, ao deixar de ter apenas a função de ensinar a ler, escrever e contar, possibilitando a integração social, pela formação agrícola e cultural.

Pode-se compreender que a escola foi concebida como uma micro-sociedade, lugar de integração entre os saberes escolares como: o ensino de ciências, matemática e língua portuguesa, com os conhecimentos culturais demarcados pela região que a escola estava situada, as formas de trabalho e as necessidades locais. Fazendo da escola um espaço de assimilação e de aprendizado social, a finalidade era propiciar ao aluno da zona rural, centros sociais, métodos de ensino e de trabalho, conforme a realidade da comunidade em que vivia (KASEFF, 1936).

No entanto, ainda que Kaseff (1936) elaborasse propostas avançadas para sua época na valorização do aluno como sujeito inserido em um meio social que deveria ser compreendido e pensado pela escola, seus ideais conflitavam com o discurso da época, ao pensar na escola moralizadora, que institui normas e comportamentos a fim de moldar um tipo de homem por meio de um projeto civilizatório como forma de salvação social. Nesta direção,

A escola não se destina nem a ser uma cópia servil do que de imperfeita existe, nem a converter o cérebro da criança em colmeia de noções mirabolantes. A escola tem que ser uma face da própria vida, mas tanto possível depurada de senões, que lhe cumpre e deve imperiosamente ser aparelhada para corrigir. Ela deve melhorar a família e a sociedade, por meio de normas mais perfeitas, de modelos mais desejáveis de trabalho e de vida. Assim a escola se tornará um agente de transformações uteis, não apenas um aparelho de adaptação a condições necessárias já existentes (KASEFF, 1936, p. 248).

O autor sugeria que pensássemos a escola como lugar disseminador de comportamentos sociais na zona urbana e, principalmente, na zona rural, na qual organizações e formas de trabalho chegavam mais lentamente. A escola, nesta perspectiva assumiria um

duplo papel: formar e adestrar por meio de hábitos saudáveis à população. As ações sugeridas por Kaseff (1936) são muitas, dentre elas, a criação de bibliotecas, filмотecas, rádio educativas, museu, círculo de pais e mestres, clube agrícola, entre outras atividades complementares que a escola rural deveria ter. Além disso, indicava a potencialidade de transformar a escola rural em uma agência de iniciação econômica e profissional, ao criar espaços de estudos, experimentação de técnicas e venda de produtos agrícolas para que o aluno aprendesse a prática do ofício paterno.

Para Kaseff (1936), ao trazer a profissão dos pais para a escola, a criança poderia se sentir incentivada a permanecer nela, diminuindo assim o abandono escolar. Como terceira ação, o autor pensou em transformar a escola na associação que ele denominou como “centro de convergência dos interesses locais” (1936, p.250). Este plano previa a escola como um lugar social transmissor de educação, ética, hábitos e cultura, como forma de expor aos rurais o progresso advindo pela cidade, ao suprir as carências do Estado com a sociedade rural. Eis a escola salvadora, aquela que em meio à escuridão, poderá trazer a luz pelo seu compromisso e zelo pela pátria. E, seus professores missionários do progresso.

Diante desta ótica, projetava-se para a população rural, uma educação pautada nos conhecimentos específicos do trabalho na lavoura, a fim de aprimorar a produção agrícola em cada zona rural. Corroborando com tais aspectos, Souza (1936) ressaltava que, a metodologia aplicada ao ensino rural deveria se pautar na preparação de aulas adaptadas ao meio, com disciplinas específicas ministradas por profissionais capacitados a fim de realizar trabalho diferenciado nas áreas de agronomia, horticultura, higiene e outras que capacitassem amplamente o morador do interior. A escola ganhava forma de utilidade social, ainda que (SOUZA, 1936) abordasse questões centrais para educar a zona rural, percebe-se novamente a intenção da educação voltada para o trabalho. Essa concepção considerava importante à iniciação profissional das crianças, como uma projeção futurista do mercado de trabalho, ao preparar os futuros empregados agricultores.

Nessa perspectiva, Souza (1936) priorizou métodos de ensino em que ensinava apenas o básico para sua sobrevivência. Assim, o fracasso escolar era associado à utilização de métodos e de conteúdos que não faziam parte da vida do educando.

E' que hoje não tivemos, senão excepcionalmente, escolas rurais, no sentido exato do termo, escola útil ao homem do campo, que moureja desajudado de ensinamentos e de assistência capazes de elevar o seu nível de vida, material e espiritual. A escola que o serve forma desadaptados e infelizes, por despertar ideias que não condizem com as suas preocupações comuns, e ainda por deformá-lo, física e intelectualmente (SOUZA, 1936, p. 263).

A escola assumia um papel fundamental na formação do povo, que além de produzir tipos de homens, formava mentalidades. Cada disciplina deveria selecionar modos específicos na abordagem para os alunos, seja por método indutivo, dedutivo, analítico ou sintético (SOUZA, 1936). A educação rural em questão teria como foco centralizar seus interesses em comunidades sociais que atuassem em conjunto com a escola, o clube agrícola foi importante aliado nesta perspectiva, atuando como ponte articuladora entre a educação escolar e a familiar através do trabalho agrícola, além dos outros centros de interesse que a escola pudesse formar.

Para isso, era preciso a formação qualificada dos professores. A Sociedade de Amigos de Alberto Torres<sup>21</sup> defendeu o prolongamento da formação docente em cursos para ministrarem a educação rural, Souza (1936), ressaltou a carência de profissionais especializados para aplicarem boas formas de ensino. Para ele, não bastava ter bons projetos a serem realizados por profissionais de baixa formação, porém em meio de ausência desses caberia aos professores das escolas urbanas o olhar sensível às especificidades do ambiente escolar.

Um 'clube agrícola' junto em cada escola rural, é o que se impõe a todos a vós que tendes responsabilidades pela eficiência do ensino que vós está confiado no meio das populações rurais, a fim de que esta seja o mesmo ponto de partida para a formação integral do cidadão útil á Pátria, como fator valioso de seu progresso e de engrandecimento econômico (SOUZA, 1936, p. 388).

O clube agrícola na escola permitiria que os alunos tivessem uma educação em contato com a natureza, em uma relação recíproca entre a ciência e a experiência. Por meio desta troca, segundo Souza (1936), o professor precisava estar atento às capacidades e aptidões dos alunos, a fim de aprimorá-los ao longo do tempo. Por meio do contato com a natureza o aluno aprenderia a ser um homem forte capaz de defender-se das endemias e doenças.

Esta metodologia aplicada no clube agrícola, formaria a base da educação para as outras disciplinas em sentido interdisciplinar, ao trazer o trabalho agrícola para a realidade escolar. Como forma de metodologia para o ensino de leitura e de escrita, ciências, geografia, história, aritmética e geometria, favorecendo o trabalho pela terra e amor a pátria por uma obra cívica. Tal metodologia foi desenvolvida por J. Moreira de Souza em parceria com a Sociedade de Amigos de Alberto Torres em 1936, na qual ressaltou a importância desse grupo no trato da educação rural no país, como parte do ideal de escola que recorria a práticas declaradas contrárias as políticas educacionais tradicionais. Por meio dos projetos de ensino

---

<sup>21</sup> Grupo de intelectuais fundamentados sob os ideais de Alberto Torres.

rural, refletiram acerca da intenção de fabricar o homem, para cada sociedade, na qual, a educação voltada para a zona rural e a zona urbana formaria diferentes concepções de homens (SOUZA, 1936).

Neste sentido, o clube agrícola constituía-se como projeto de educação rural, que pretendia criar uma ponte entre o saber formal e informal. Ao possibilitar ao aluno o contato direto com as ciências e a prática dos agricultores, por meio das experiências com a natureza, esses aprenderiam valores para o desenvolvimento da inteligência e a observação.

Inquestionavelmente, despende-se tempo no arranjo e no trato do Clube: mas o que se quer é favorecer a atividade da criança, para maior proveito de seus labores intelectuais, que é ideal em sã a boa pedagogia. Em vez dos chamados trabalhos manuais, as vezes enfadonhos e mortificados, o trabalho na horta, no pomar ou no jardim, com a multiplicada vantagem de despender atenção, fortificar a vontade, desenvolver as habilidades manuais e mentais, dar o habito e o gosto pelo esforço produtivo, além do senso de economia, de cooperação, pela atividade e, conjunto com o que haverá ainda ensejo de se estimular, formar e firmar o sentimento de lealdade e justiça (SOUZA, 1936, p. 390).

Nicolau (2015) afirma que a presença dos clubes agrícolas era parte do movimento de educação rural, com os ideais voltados para a sucessão das práticas agrícolas, que legitimavam a política excludente. Essa prática conflitava com algumas que caminhavam em oposição da homogeneização social.

No dizer de Lourenço Filho, já em 1939, o projeto educacional do governo tinha como ‘fito capital homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história da pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, feição dos sentimentos e ideias coletivos em que afinal o senso de unidade e de comunhão nacional repousam. Esse objetivo conflitava com, por uma parte, com a existência de experiências pedagógicas distintas e frequentemente incompatíveis entre si, que deveriam ser controladas mediante a padronização do ensino e a unidade de programas, currículos, compêndios e metodologias de ensino (SCHWARTZMAN, 2001, p. 93).

Por outro lado, podemos analisar a questão da homogeneização da população pela busca constante da unificação social. Porém, segundo Freitas (2001), no período do Estado Novo (1937-1945), conhecer a realidade e especificidade do povo cindido entre o rural e o urbano ainda configuravam o atraso. Nesse sentido, Azevedo (s.d), ressaltou que:

As diferenças decorrentes da variedade dos meios geográficos e de tipos de ocupações profissionais, como do isolamento e da dispersão em que se encontram as populações rurais, criam, evidentemente, dois tipos de mentalidades, com sentimentos, aspirações, e tendências diversas que estabelecem um conflito permanente entre as cidades e os campos. Se existem, porém, essas duas

mentalidades, rural e urbana, tão tipicamente diferenciadas que chegam frequentemente a contrapor-se, a que devem tender, a educação como processo social, senão a apagar essas diferenças pela assimilação ou integração? É um fato social constantemente observado que o progresso dos grupos rurais varia na razão direta da redução das distâncias entre estes e os centros urbanos, a cujo contato os homens experimentam a necessidade de mudar as suas ideias, os seus processos e as suas práticas ou técnicas de trabalho e produção (AZEVEDO, s.d, p. 46-47).

Para Freitas (2001), a educação rural deveria promover a integração não de forma vertical, com a *transplantação de ideias* urbanas para a zona rural, e sim tentar diminuir os obstáculos entre essas zonas distintas, possibilitando medidas educativas efetivas para a realidade rural. Nessa linha de reflexão, a permanência de práticas que legitimavam a dualidade entre o urbano e o rural causou apenas a migração da população rural para o meio urbano e não a sua transformação.

Para Azevedo (1933), além da diferença entre a educação destinada ao urbano e para a zona rural, outros problemas na educação careciam de investimentos relacionados: à criação e desenvolvimento de políticas educacionais, à construção de escolas, reorganização da estrutura escolar, dos seus fundamentos e professores para o meio rural. Conforme sua análise, a escola rural, não cumpriu o papel de urbanizar, alfabetizar a até mesmo industrializar, que se propunha, formavam assim instituições aparentes de educação.

Esta função que é chamada a exercer, a escola rural socializada não poderá desempenhá-la, sem instalações próprias, material adequado, professores, especializados e permanentes ou ao menos duráveis, programa de estudos adaptados às necessidades das crianças rurais, e, ainda mais, sem o interesse e a cooperação da comunidade (AZEVEDO, s.d, p. 50).

A função da escola rural, na concepção de Azevedo, se dava pela construção efetiva de um centro educativo, para a formação do homem rural atuando coletivamente com a família, a comunidade, para o contato com a terra, animais e natureza, palestras, clubes de alunos, classes para adultos. A fim de legitimar a formação da população rural para aplicar no meio rural, aprimorando-o com a comunidade local.

A preocupação com a família, já estava posta na atuação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e no Ministério da Educação e Saúde, que desde o início do governo de Getúlio Vargas (1930) até o final do primeiro mandato (1945), vinha se configurando como Estado humanista e científico (GOMES, 2003, p. 448). Segundo a autora é nesse contexto que as políticas sociais e educativas de âmbito nacional surgiram com cunho social como: Legião Brasileira de Assistência (1942), Institutos de Aposentadoria e Pensões, Serviço de Alimentação da Previdência Social; e de ordem educativa: as leis orgânicas de Ensino de

1942 e 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, a constituição do Serviço de Radiodifusão Educativa (1943), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946.

Conforme Nunes (2001), durante o Estado Novo (1937), Gustavo Capanema (1934-1945) projetou a escolarização em dois polos: o primeiro tratava a educação primária, técnica e, de formação de professores para o ensino básico; o segundo direcionava a formação das elites pelo ensino secundário e universitário. Essa ótica acabou por reafirmar a distinção entre a educação do povo e das elites. Para a autora consolidação da Reforma Capanema foi regulamentada a partir de 1942, com as Leis Orgânicas do Ensino.

Tais decretos ficaram conhecidos como leis orgânicas, e abrangiam o ensino industrial (Decreto-lei nº 4073, de 30-1-1942, e decreto lei nº 4.048, de 22-1-1942), o ensino secundário (Decreto-lei nº 4.244, de 9-4-1942), o ensino comercial (Decreto-lei nº 6.141, de 28-12-1943), o ensino primário (Decreto-lei 8.529, de 2-1-1946), o ensino normal (Decreto-lei nº 8.530 de 2-1- 1946), e o ensino agrícola (Decreto-lei nº 9.613, de 20-08-1946) (2001, p. 104).

O ano de 1942 se constituiu como marco das ações do ministério de Gustavo Capanema, com a regulamentação das leis orgânicas. A organização do ensino firmava o objetivo que se pretendia o de estabelecer a unificação entre os projetos educacionais que valorizavam a formação intelectual e com o modelo profissionalizante de ensino que se instalavam com apoio e subsidio de empresas privadas. No que tange ao ensino técnico e profissional. Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, reorganização do ensino secundário em ginásio (4 anos) e colegial (3 anos), e a reforma do ensino comercial.

Apesar das ações estritamente técnicas e de negociação entre o privado e o público na organização do ensino secundário, Gomes (2003) afirma que não foi apenas sob essa perspectiva que o Estado atuou, as práticas educativas caminhavam para além da educação profissional ao ampliar o acesso à cultura e as artes.

Mas, tal panorama vinha-se modificando pela presença das leis que reconheciam os direitos dos trabalhadores e pela política de proteção à família. Surgiam dessa nova perspectiva personagens que se empregavam em fábricas e outros afazeres. Assim, o primado do trabalho e a importância da família, ambos profundamente associados e reconhecidos pelo Estado, começava a chegar à voz dos compositores populares sob o estímulo e censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O Contato entre o DIP e os compositores era realizado por Heitor Vila-Lobos, e o próprio Getúlio instituiria a prática de convidar cantores e músicos para as recepções que oferecia no Palácio do Catete. O rádio e a música popular eram, dentre outros, alguns dos novos e valiosos instrumentos de estratégia política estadonovista no que diz respeito a uma ampla educação do povo brasileiro (GOMES, 2003, p.451).

Para além do incentivo da música popular nas rádios comerciais, o Estado também promoveu a difusão de conhecimentos científicos pela rádio educativa. Entre tais iniciativas, consolidava-se o projeto de educação via rádio no Serviço de Radiodifusão Educativa, iniciado por Roquette-Pinto na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), regulamentado pelo decreto de Lei: n. 378 de 1937 pelo Ministério da Educação e Saúde. A rádio se tornava um forte aliado na integração social entre o rural e o urbano.

Art. 50. Fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo.  
Parágrafo único. Uma vez organizado o Serviço de Radiodifusão Educativa, ficam as estações rádio difusoras, que funcionem em todo o País, obrigadas a transmitir, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcelados, textos educativos, elaborados pelo Ministério da educação e Saúde, sendo pelo menos metade do tempo de irradiação noturna (BRASIL, 1937).

O Serviço da Radiodifusão Educativa, em 1936, nasceu da vontade de alargar o raio da ação educativa do Estado sobre o homem e à família. Mas, para, além disso, o Serviço de Radiodifusão Educativa fundamentou-se no projeto de educação popular pela rádio, na qual Roquette-Pinto foi o criador da primeira emissora de rádio do Brasil: Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Após a doação desta rádio para o Ministério da Educação e Saúde, criou-se o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936), porém seu efetivo funcionamento aconteceu na década de 1940. No 2º capítulo iremos desdobrar essas questões.

Segundo Espinheira (1934, p. 7), para se comunicar com alguém era necessário deslocamento e tempo. A industrialização trouxe ao mundo os benefícios da eletricidade, das ondas eletromagnéticas e de muitas outros como o vapor. Com isso, a distância percorrida para a comunicação diminuiu e possibilitou outras formas de falar com o outro, como a telefonia, telegrafia. Assim, o rádio foi contemplado como meio de comunicação capaz de transmitir e receber mensagens entre distintos lugares e civilizações. No segundo capítulo desdobraremos a construção da radiodifusão no Brasil como meio educativo. Pelas ondas da pioneira *Radio Sociedade do Rio de Janeiro* até disputas em torno do Serviço de Radiodifusão Educativa.

## 2 A RADIODIFUSÃO NO BRASIL: UM MEIO DE COMUNICAÇÃO E DE EDUCAÇÃO

### 2.1 Pelas ondas do rádio: a Radiodifusão no Brasil

O rádio é agente de propaganda e de educação cívica; é meio de defesa moral, é instrumento de alerta: é veículo da instrução, de informação, de diversão. É, enfim uma voz que penetra sutilmente em todos os lares, dando-lhes notícias, ideias e distrações. Sua missão social é das mais importantes: leva a cultura aos povoados mais remotos, estimula o desenvolvimento econômico, intensifica o comércio interno, promove um espírito de unidade na massa dispersa (CALDEIRA, *apud* SALGADO, 1946, p. 109).

O rádio é um dos mais antigos meios de comunicação, constituindo-se como recurso tecnológico inovador a serviço da comunicação popular. Com capacidade de promover conhecimento para vários receptores possibilitou a integração rápida entre pessoas e etnias diversas. De acordo com Salgado (1946), o rádio surgiu no século XIX, aproximadamente na década de 60, Maxwell (1839-1879) descobriu a existência de ondas eletro-magnéticas. Este fato possibilitou o desenvolvimento de pesquisas que levaram à descoberta de ondulações elétricas. Essas poderiam ser transmitidas a distância, por meio de um aparelho que ficou reconhecido como ressoador Hertz.

A partir disso, a radiotelegrafia passou a ser experimentada como meio de comunicação. Segundo Salgado (1946, p. 12), em 1890, Eduardo Branly ao estudar a condutibilidade elétrica notou a existência do coesor, um aparelho condutor de ondas eletromagnéticas essenciais para o funcionamento da radiotelegrafia. Após esta descoberta, outros pesquisadores investiram em pesquisas para melhorar a qualidade da radiotelegrafia. Assim, em 1892, Tesla inventou transformadores de alta potência. Três anos mais tarde, em 1895, o jovem cientista Guilherme Marcone de apenas vinte e um anos desenvolveu os estudos de Tesla, transmitindo na Inglaterra a primeira mensagem de telégrafo sem fio.

Segundo Salgado (1946), estas invenções foram primordiais para o investimento em estudos de radiotelegrafia, “[...] até que em 1904 Fleming descobriu a lâmpada de dois elétrodos, possibilitando assim, o aparecimento de ‘audion’ idealizado por De Forest, em 1906” (1946, p. 13). Vale ressaltar que os Estados Unidos da América do Norte, a Inglaterra e a Irlanda desenvolveram experiências capazes de promover a comunicação entre pontos

distintos pelo telefone sem fio, porém foi na Pensilvânia em 1920 que aconteceram de forma regular transmissões radiofônicas.

Pela regularidade de suas transmissões e pelo grande sucesso da maioria das irradiações, o pioneirismo da radiodifusão no mundo coube à pequena estação KDKA, da Westinghouse Electric Company de Pittsburgh (Pensilvânia), que em 2 de novembro de 1920 transmitiu o resultado das eleições para Presidência da Pensilvânia, nas quais Warren Gamaliel Harding, foi eleito. A estação KDKA foi fundamental para a extensão da radiodifusão. A partir da regularidade das transmissões o crescimento do rádio foi notável, totalizando na década de 1940, mais de 1050 estações de rádio difundidas mundialmente (VENÂNCIO FILHO, *apud* SALGADO, 1946).

Conforme Horta (1972), a Radiodifusão destinava-se à transmissão de sinais, sons ou imagens, por meio de ondas eletromagnéticas. Já a radiotelegrafia e radiotelefonia, consistem na troca de mensagens sem fio a uma determinada distância. Diferentemente, a Radiodifusão irradiava programas que poderiam abranger o rádio e a televisão<sup>22</sup>. Neste sentido, consideravam o rádio como um meio de comunicação que através da sua programação poderia ensinar gestos, hábitos, comportamentos, gostos, aspectos culturais, contribuindo para a formação do povo, principalmente para aqueles que não chegavam à escola. Pode-se ressaltar que a radiodifusão educativa foi um importante veículo formador. Fundamentado na concepção de Gerbner<sup>23</sup> sobre o modelo verbal de comunicação, Baia Horta (1972, p. 74-75) define que comunicar-se é perceber um acontecimento, reagir através de um meio, de alguma forma, em certo contexto. Os meios podem ser auditivos ou visuais. O primeiro utiliza a expressão verbal falada ou escrita e o segundo consiste na expressão não verbal que usa o som, a música ou o canal pictórico. “O Rádio é um meio de comunicação que utiliza apenas um canal simples de comunicação: o auditivo. O Rádio é considerado como veículo de ensino de terceira geração, juntamente com a fotografia, os dispositivos, as gravações, o cinema, e a televisão” (1972, p.75).

Só nos Estados Unidos o número de emissoras, dois anos depois em fins de 1922, já chegava a 382. Na Inglaterra, a 14 de novembro de 1922, eram inaugurados os serviços da British Broadcasting Corporation (BBC). Na França, em 1922, o rádio foi utilizado pela primeira vez para a transmissão regular e diária de notícias: o *Paris information*, da emissora Radiola (HORTA, 1972, p. 79).

<sup>22</sup> “Esta definição, de Swierstra, nos permite distinguir a radiodifusão dos outros instrumentos de radiocomunicação dos instrumentos de radiocomunicação, como a radiotelefonia e a radiotelegrafia. Não nos permite determinar, porém, se se trata de radiodifusão sonora ou de televisão. Aliás, na legislação vigente, o termo radiodifusão abrange radiodifusão sonora e televisão” (HORTA, 1972, p. 74).

<sup>23</sup> Modelo verbal de comunicação de Gerbner, ver em: (HORTA, 1972, p. 74-75).

No Brasil, a comemoração do Centenário da Independência em 1922 foi o marco da transmissão radiofônica. Nesta ocasião, o Presidente Epitácio Pessoa no dia 7 de setembro de 1922, propagou seu discurso na inauguração da Exposição Internacional do Centenário da Independência. Foi uma grande novidade, revelando à sociedade a nova tecnologia de comunicação. A partir desse evento surgiram outras iniciativas de radiodifusão.

A década de 1920 foi movimentada pela ideia de progresso, na qual médicos, higienistas, educadores, juristas e técnicos congregaram esforços para reconstruir o país. O ano de 1922 significou o movimento rumo ao desenvolvimento que se expressava nas artes, com a Semana da Arte Moderna, na política, com o Centenário da Independência, na educação, com a criação da Associação Brasileira de Educação (1924), e na tecnologia, pela aquisição dos equipamentos necessários para a transmissão via rádio (RANGEL, 2010, p.93). As comemorações do Centenário da Independência envolveram a instalação dos alto falantes na torre do Serviço de Meteorologia no alto do Corcovado, localizada na cidade do Rio de Janeiro e de oitenta aparelhos receptores nas cidades de São Paulo, Niterói e Petrópolis, com extensão de 500wp. Os equipamentos fornecidos pelas empresas Westinghouse Electric da Pensilvânia, (Primeira estação radiofônica da América) e Western Electric Company, que instalados no Corcovado e na Praia Vermelha, permitiam chegar até a América do Norte. Por iniciativa do Presidente Epitácio Pessoa foram irradiadas palestras sobre higiene pelo professor José Paranhos Fontenelle, conferências e música. Após esse evento os equipamentos retornaram aos Estados Unidos da América. No ano seguinte, o presidente Epitácio Pessoa adquiriu o aparelhamento de rádio do *Western* para compor sua própria rede radiotelegráfica, vislumbrando a transmissão do seu discurso em escala nacional: “A mesma foi chamada de *Serviço Rádio-Telephónico da Praia Vermelha* e funcionava com o estúdio na Repartição dos Telégrafos no Largo do Machado e a antena transmissora no morro da Urca (Praia Vermelha)” (SANTOS, 2016, p. 89).

A exibição no festejo do Centenário da Independência, em 1922, trouxe ao Brasil notoriedade frente aos avanços tecnológicos. Ao levar informação, educação e cultura em frequência rápida para muitas pessoas, o rádio tornou-se um importante veículo de comunicação. Álvaro Salgado (1946) considera o evento de 1922 a grande inauguração do rádio brasileiro, embora já existisse a Rádio Clube de Pernambuco em 1919. Ele acreditava que a mesma tinha caráter amador, pois, seu alcance era pequeno, de forma experimental e, por isso, não poderia ser considerado marco oficial da radiodifusão no Brasil. O desenvolvimento do rádio era surpreendente, segundo Calabre (2004, p. 8), no ano de 1921 “foram registradas 12 novas emissoras, em novembro, mais 9, em dezembro, outras 9, em

janeiro de 1922, 26 novas emissoras entraram no ar”. Porém não há muitas informações sobre essas emissoras de 1922. Em 1923, foram adquiridos pelo Brasil os equipamentos para montar uma emissora na Praia Vermelha, nomeada como: Estação da Repartição Geral dos Telégrafos (SPE).

A partir dessa iniciativa, em 1923 foi criada a primeira rádio do país: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, assim, (SALGADO, 1923, p. 20), “Começou então a surgir a pioneira das emissoras brasileiras”, sobre o ideal de levar educação a cada canto do país. Criada nas dependências da Academia de Ciências, a Rádio Sociedade funcionou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro pela experiência radiofônica norte americana e europeia. Roquette-Pinto e Henrique Morize aventuraram-se na construção de uma rádio de cunho educativo, diferentemente das outras emissoras que ofereciam entretenimento e informação como: a Rádio Clube do Brasil (1923), Rádio Clube de Pernambuco (1924) e Rádio Nacional (1925), possibilitava ao ouvinte uma programação que misturava transmissão de cultura e educação, ofertando desde a completa opera *Rigoletto* de Verdi às aulas de ciências e artes.

Tendo o Governo, em dezembro de 1923, cedido à Radio Sociedade e à Academia Brasileira de Ciências, o pavilhão com que a República da Tchecoslováquia se fizera representar na Exposição de 1922 (Avenida das Nações), transferiu-se para ali a Rádio Sociedade, onde foram inauguradas uma possante estação de ‘broadcasting’ (1), Marconi, de 2.000 ‘watts’, em junho de 1924, e a de 2 de agosto de 1925, uma estação-escola de radiotelegrafia SOIX de onde curta (10 ‘watts’) (SALGADO, 1946, p. 21).

A Rádio Sociedade percebia no rádio um potencial que poucos viam. Segundo Dangelo (1994), a transmissão radiofônica em comemoração ao Centenário da Independência de 1922 não teve forte interesse da sociedade. A recente experiência de rádio na Estação do Corcovado e a Estação da Repartição Geral dos Telégrafos (SPE) da Praia Vermelha logo encerraram as suas atividades. Quando, em 1923, Roquete-Pinto, presidente da Academia de Ciências junto com o seu secretário Henrique Morize levaram a ideia do rádio para os professores e cientistas da academia, oficializando a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. O seu sucesso chamou a atenção dos governos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, que até então usavam o rádio como instrumento de informação, disseminação político partidária, inserção de valores éticos, morais, trabalhistas e de cultura. De acordo com Rangel,

Roquette-Pinto captou as dimensões políticas e culturais daquele momento, propondo em 1922, entre os antigos amigos dos bancos escolares da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o cientista Henrique Morize da, Academia Brasileira de Ciências, a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (2010, p. 93).

Em 1923, mais de 500 autorizações foram concedidas para o uso de aparelhos receptores (SANTOS, 2016). O rádio tornava-se um grande difusor da educação, cultura, informação e divertimento nacional. Neste período estações de Rádio funcionavam como sociedades, sobrevivendo basicamente com recursos financiados pelos associados. Por esse motivo eram chamadas de Rádio Sociedade e Rádio Clube. A primeira destacou-se pelo caráter educacional, como pioneira da Rádio educativa do Brasil. As demais emissoras inauguradas tinham formato mais informativo e musical, como a Rádio Clube de São Paulo e de Pernambuco.

Neste período, a funcionária dos Correios e Telégrafos, Elba Pinheiro Dias adquiriu os equipamentos da estação da Praia Vermelha e fundou a Rádio Club do Brasil – PRA 3. Vinculada à Estação dos Correios e Telégrafos, foi mantida pelo fundo Broadcasting. Conforme seus estudos sobre a obra de Vampré (1979), Araci Alves Santos afirmou que,

Elba Dias divergia em parte de Roquette-Pinto, pois acreditava mais em uma rádio comercial e com isso a Rádio Club foi a primeira a requerer e a ser autorizada pelo Ministério da Viação, através dos Correios e Telégrafos, a inserir publicidade comercial em sua programação (SANTOS; ALVES. 2016, p. 90).

A programação da Rádio Club diferenciava-se da essência da Radio Sociedade. Enquanto essa tinha como base servir a educação popular, a Rádio Club recorria aos fins comerciais e enaltecia os grandes nomes da música como: Francisco Alves, Patrício Teixeira, Oscar Gonçalves, entre outros. Entretanto, a programação da Rádio Sociedade também irradiava música leve e erudita pela Orquestra da própria rádio, suplemento musical de tango, quarto de hora com discos, concertos sinfônicos e concursos musicais (O Jornal, 01/ 06/1928).

Segundo José Carlos Santos (2016, p. 191), a partir de 1922, multiplicaram-se as rádios no Brasil. Após o evento do Centenário da Independência, foram inauguradas estações consideradas expressivas na historiografia do rádio brasileiro. Aproximadamente mais de 10 estações, a seleção abaixo foi realizada de acordo com as pesquisas de José Carlos Santos que aferiu as emissoras de rádio mais expoentes no período de 1922 a 1937.

Quadro 3 - O desenvolvimento da radiodifusão no Brasil de 1922 a 1937

Estação de Rádio	Ano
SPC- Rádio Corcovado	1922
Serviço de Radiotelegráfico no Rio de Janeiro	1923
Rádio Sociedade do Rio de Janeiro	1923
Rádio Clube do Brasil	1923
Rádio Clube de Pernambuco	1924
Rádio Nacional	1925
Rádio Tamoio PRB-7	1927
Rádio Record de São Paulo	1931
Rádio Mayrink Veiga, Rádio Philipis, Rádio Guanabara, Rádio-Escola Municipal, Rádio Mineira de Belo Horizonte, Rádio Club de Porto Alegre, Rádio Club do Pará.	1931- 1935
Rádio Jornal do Brasil, Rádio Tupi, Rádio Kosmos.	1935
Roquette-Pinto doou a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Cultura; Rádio Nacional do Rio de Janeiro.	1936
Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa; Rádio Ministério da Educação PRA-2.	1937

Fonte: Adaptada a partir do trabalho de José Carlos Santos (2016).

Conforme Baia Horta (1972), entre 1925 a 1936, aproximadamente 79 emissoras foram inauguradas. No entanto a manutenção era alta, devido aos altos custos dos equipamentos importados, ocasionando a falência de algumas emissoras. Além disso, não havia uma legislação específica para determinar os regulamentos ou financiamento do Estado para o seu funcionamento.

As ondas de rádio podiam ser ouvidas por todos no país. Não sabendo ainda, como controlar o que se dizia pelo rádio, sua legalização só veio mais tarde. Como nos conta Ortriwano (1985), a radiodifusão começou a ser regulamentada em 1931, através do decreto 20.047, que concede autorização para as rádios, que até aquele momento funcionavam amparadas na regulamentação da radiotelegrafia (SANTOS, 2016, p. 36).

Além da Rádio Sociedade, outros movimentos de educação pelo rádio foram criados, como a Rádio-Escola Municipal, em 1928, e a rádio Ministério da Educação, em 1937. O Decreto-lei nº 20.047 de 1931 passou a regulamentar os serviços de radiocomunicação que

abrangia: radiotelegrafia, radiotelefonia, radiofotografia, radiotelevisão e outras formas de radioeletricidade. Com a Reforma de ensino elaborada pelo educador Fernando de Azevedo para o Distrito Federal, Decreto nº 2940/1928 previa-se a criação de uma Rádio-Escola Municipal. Baia Horta (1972, p. 88) ressaltou que os artigos 633 e 636 desta legislação destinavam-se à instalação de aparelhos de radiotelefonia e alto falantes, para fins educativos nas escolas, encarregando o prefeito do Distrito Federal a criar uma estação de Rádio-Escola Municipal com programação diária de hinos, canções escolares, instrução de moral, além de palestras, lições e artes.

Art. 633: As escolas de ensino primário normal, doméstico e profissional, quando funcionarem em edifícios próprios, terão salas destinadas à instalação de aparelhos de projeção fixa e animada para fins meramente educativos, bem como a instalação de aparelhos de radiotelefonia e alto-falantes.

Art. 634: Fica criada no Distrito Federal, onde e quando entender o prefeito, sob a dependência imediata do Diretor Geral de Instrução Pública, uma Rádio-Escola com a respectiva estação transmissora, destinada a irradiação diária para as escolas e para o público, de hinos e canções escolares, da hora oficial, do boletim de ato de instruções, da Diretoria Geral, de todos os assuntos de interesse de ensino, de conferências, lições, e sessões artísticas de caráter educativo (Decreto Municipal, *apud* HORTA, 1972).

Porém, por falta de profissionais para gerir a Rádio Municipal, essa só passou a funcionar em 1934, quando Anísio Teixeira ocupou o cargo de diretor Geral da Instrução Pública (1931-1935).

Montada sob a direção de Roquette-Pinto, com a colaboração de Vitorino Borges e Labre Junior, a PRA-5, Rádio-Escola Municipal, ‘primeiro passo dado pelo poder público em prol do Rádio como fator educativo popular’, funcionou pela primeira vez, em caráter experimental, a 31 de Dezembro de 1933 e foi oficialmente inaugurado a 6 de Janeiro de 1934 (HORTA, 1972, p. 88).

A Rádio-Escola Municipal representou a extensão da escola via rádio, possibilitando integração entre aluno-professor, por meio dos programas que os incentivava a interagirem com a estação. Atuava junto às escolas, ao propor aulas com assuntos relativos aos escolares, mantinha contato com os alunos, enviava previamente para as escolas os temas que seriam abordados, e após as aulas ofereciam questionários para os alunos cadastrados. Foi a primeira rádio a estabelecer uma relação tão próxima com os ouvintes. Horta (1972) constatou que já no primeiro ano de inauguração, a rádio recebeu 10.800 trabalhos, chegando no ano de 1941, ao número expressivo de 20.437 trabalhos recebidos (1972, p. 89).

As pesquisas nos revelaram que a década de 1930 foi significativa para o desenvolvimento da radiodifusão. Segundo Álvaro Salgado (1946, p. 53), no ano de 1939 a

Divisão de Educação Extraescolar enviou às escolas um questionário, a fim de recolher informações sobre a quantidade de receptores de rádio, alto-falantes, a estação de rádio mais próxima, se a escola possuía vitrola e discoteca. Ao analisar, em 1942, as respostas das 52 escolas que participaram da enquete, descobriu-se que 31 escolas possuíam aparelhos de rádio, 20 instituições tinham alto falantes, 29 com salas de audição, 19 com reprodução elétrica de gravações, e usufruíram de 18 discotecas.

Segundo afirma Salgado (1946), a enquete teve bastante repercussão, pois muitas escolas demonstraram pequenos investimentos em aparelhos de rádio, apresentação e visita dos alunos às estações de rádio. As dificuldades também foram salientadas nos estudos de Álvaro Salgado (1946). O Ginásio Nossa Senhora da Bahia reconheceu a dificuldade de utilizar a estação comercial do estado para fins educativos. Como reflexão desses apontamentos, a Divisão de Educação Extraescolar ressaltou a necessidade de disponibilizar aparelhos nas escolas, programas de rádio educativo, planejamento quanto à hora e a atividade exercida.

Outra iniciativa importante para a radiodifusão no Brasil foi a de Alceu M. de Sá Freire, presidente da Rádio Educadora do Brasil PRB-7 (Rádio Tamoio), que em 1942 tentou criar uma Rádio Escola como parte das atividades da emissora. A Rádio Escola tinha como finalidade administrar ensinamentos subordinados aos cursos previamente estabelecidos, que seriam destinados à infância e aos adultos para direta alfabetização popular (SALGADO, 1946, p. 55).

Nota-se que a quantidade de receptores de rádio crescia gradativamente. Álvaro Salgado (1946) constatou em sua coletânea os estudos do padre Helder Camara sobre a influência da rádio na vida dos cariocas. Analisou que em 1937, a frequência dos cariocas nas Bibliotecas estaduais e municipais era de aproximadamente 6%, em um total de 7 bibliotecas públicas e 13 emissoras no Distrito Federal. Por meio desses dados podemos afirmar que de fato o rádio se constituía como um importante instrumento social presente nas instituições e nos lares. Camara (1946) afirmou que:

1º) O movimento de consulentes das demais bibliotecas foi insignificante:

2º) Que uma grande parte dos receptores, no Distrito Federal, ainda não está registrada.

Até 31 de outubro de 1942 havia no D. F., 162.216 aparelhos registrados. Se verificarmos a porcentagem de ouvintes sobre a população da nossa Capital, encontraremos 9% inatos, 3% mais de consulentes nas duas maiores bibliotecas do Rio de Janeiro.

Sabemos além disso, que o número médio de ouvintes por aparelho é 5, que vem a ser:  $162.216 \times 5 = 811.080$  ouvintes ou seja 45% da população, o que ultrapassa o

movimento de leitura em todas as bibliotecas públicas e particulares do Rio (CAMARA *apud* SALGADO, 1946, p. 57).

Salgado (1946) aponta alguns indícios para pensarmos no alcance da radiodifusão no país. No que se refere ao Rio de Janeiro, é possível afirmar que quase metade da população tinha acesso aos receptores de rádio. Quanto ao registro nacional, os números também demonstram que o desenvolvimento da radiodifusão chegou, em 1942, a cerca de 94 estações difusoras e 357. 821 aparelhos receptores, destacando-se o Distrito Federal e os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente.

Acompanhando o avanço dos programas de rádio, Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1942 passou a participar do programa semanal da *Hora do Brasil*. Em seu estudo, Calabre (2003, p.176) afirma que após o sucesso de Marcondes Filho no programa, ele criou junto ao Ministério a *Rádio Maúia*, em 1944. A nova emissora pretendia moldar a identidade da classe trabalhadora, contava com uma programação que iniciava às 5 horas da manhã, com o *Jornal do Trabalhador* e seguia com programas referentes ao ensino de normas, bons hábitos do trabalho e de música popular. Para o autor, o maior movimento da rádio ocorria no horário matutino e noturno, acompanhando sempre a ida e o retorno do trabalhador. Por sua vez, essa emissora se destacava pela programação diária de noticiários específicos para o trabalho, no entanto, este propósito não conseguiu alcançar altos índices de audiência, e conseqüentemente demarcou o seu fim (CALABRE, 2003 p. 176).

Em busca da formação dos professores secundários, Gilberto de Andrade foi diretor da Rádio Nacional do Rio de Janeiro desde 1936, fundando em 1941 a Universidade do Ar<sup>24</sup> do Rio de Janeiro em parceria com a Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (MEC), dirigida pela professora Lúcia Magalhães. A Universidade do Ar pretendia oferecer orientação teórica e Xmetodológica aos docentes. O curso destinava-se a melhorar o desempenho dos professores quanto à metodologia aplicada, formas de aumentar o interesse dos alunos, disponibilizando bibliografias. O curso era oferecido gratuitamente para os professores do país. Por meio de matrícula os cursistas recebiam parte do material para as aulas de Português, História da Civilização, Ciências, Matemática, Geografia, História do Brasil, Francês, História Natural, Inglês, Latim e Estatística Educacional, totalizando 4.829 matrículas no ano de 1942 (HORTA, 1972, p. 96).

---

<sup>24</sup> No bojo dos trabalhos, sob orientação da Professora Sônia Camara, que vem discutindo o rádio e seu papel educativo, no grupo de pesquisa Niphei, a mestranda Niely Freitas (Mestrado em Educação e Processos Formativos na Faculdade de Educação de Professores) vem desenvolvendo análise sobre em sua dissertação a formação dos professores secundaristas na Universidade do Ar no período de 1941 a 1945.

Horta (1972) ressaltou a eficiência das atividades radiofônicas em organizações receptivas como primordial para o resultado dos alunos. Dessa forma, os alunos se matriculavam nas aulas ou cursos disponibilizados pela rádio e mantinham uma relação a distância com os professores, caracterizando esse meio de educação via rádio como uma recepção organizada. De maneira que o único meio de garantir a excelência dos alunos era através de um núcleo formador, tal como a rádio escola. Neste sentido, o Serviço da Radiodifusão Educativa constituiu-se como difusor de programas educativos via rádio, no qual a construção de uma emissora de extensão de 25kws, a *PRA-2* do Ministério da Educação e Saúde, possibilitou produzir irradiações voltada ao ensino e à cultura nacional.

Por outro lado, Salgado (1946) apontava o fato da Radiodifusão Educativa, ter sido implantada de maneira mais sistemática em São Paulo. Afirmou que: “Dentre os estados que mais têm se preocupado com o rádio educativo está São Paulo, seguido muito de longe por Pernambuco e pelo Estado do Rio de Janeiro” (1946, p. 93). Atribuiu este fato ao desenvolvimento contínuo de São Paulo quanto à radiodifusão, especialmente a partir de 1933, com a regulação da radiodifusão educativa pelo Decreto nº. 5.884.

Em seu capítulo XI, o decreto determinou a instalação de aparelhos cinematográficos, do rádio e a criação de uma Rádio Escola no Departamento de Educação. A rádio escola tinha como finalidade programas de informação, hora, Hino Nacional, programas escolares, comunicados oficiais, conferências e palestras do Departamento de Educação, meteorologia. O Serviço de rádio e cinema educativo de São Paulo foi regulamentado no ano de 1937. Contava com o apoio do Ministério de Viação e Obras Públicas para ampliar a rede de 16 estações transmissoras do Serviço de Rádio e da Superintendência de Ensino de São Paulo, cuja função era propagar as deliberações da central com as escolas associadas, comunicados, cursos e palestras,

A rede do Serviço de Rádio destina-se à transmissão diária de ordens de serviço entre a repartição central e as escolas subordinada. Presta igualmente concurso eficiente para a transmissão de comunicados de interesse geral, em matéria administrativa. Serve como excelente prática para os alunos dos cursos de electrotécnica dos estabelecimentos de ensino profissional e por meio da mesma rede são ainda transmitidas preleções e palestras cívicas, nas datas nacionais e por ocasião de festividades patrióticas (SALGADO, 1946, p. 95).

Esta rede se consolidava como uma formação extraescolar para os alunos de escolas profissionais e para outros regularmente matriculados. As aulas eram oferecidas de segunda a sábado. Cada estação estava localizada em escola ou instituto de ordem profissional,

amparada por um auxiliar técnico, telegrafista e locutor, supervisionada pela estação central PST-2 da Superintendência do Ensino Profissional.

Na opinião de Álvaro Salgado (1946), a Radiodifusão Educativa no Estado de São Paulo foi um importante veículo de educação. Com base nessa pesquisa, pode-se perceber que o Serviço funcionava de fato como uma rede de rádio educativa, atuando na orientação e gestão das emissoras subordinadas. Essas funcionavam no interior das escolas que se associavam ao serviço. No ano de 1946, contou com 1.639 alunos matriculados distribuídos nas rádios (SALGADO, 1946). Essas enviavam o material de estudo ao serviço que datilografava e mandava por correspondência aos alunos, no entanto só era permitido os conteúdos relacionados ao programa de ensino secundário e profissional passando pelo crivo da Estação central do Serviço de Rádio e Cinema Educativo de São Paulo.

A iniciativa desenvolvida por Benjamim Lago<sup>25</sup> que propunha um plano para a Universidade do Ar no ano de 1947, cuja intenção era de promover aulas de 30 a 45 minutos, e disponibilizar em cada núcleo um professor assistente para debater sobre o assunto com os alunos. Da mesma forma, Baia Horta (1972), ressaltou em seus estudos a intervenção do professor Geraldo Januzzi na década de 1950, com o *Curso de Alfabetização pelo Rádio*, emitido pela Rádio Clube de Valença, no ZYM-7 no Estado do Rio de Janeiro. Nesta direção, afirma Calabre que:

A rádio criou modas, inovou estilos, inventou práticas cotidianas, estimulou novos tipos de sociabilidade. Ícone de modernidade até a década de 1950, ele cumpriu um destacado papel social tanto na vida privada, quanto na vida pública, promovendo um processo de integração que suplantava os limites físicos e os altos índices de analfabetismo do país (2004, p. 7).

Além das inovações referentes à comunicação, modas e hábitos, o rádio se revelou como meio significativo para a Educação popular. Ao possibilitar, através das estações de Radiodifusão educativa o ensino dos mais variados conhecimentos em artes, literatura, ciências físicas e sociais, educação sanitária, formações para professores, estudos da radiofonia, radiotelegrafia cursos de alfabetização e outros que serviram como veículo fundamental no processo de desenvolvimento intelectual da sociedade. Porém, as ações apresentadas não duraram muito tempo devido os problemas financeiros para a criação de estações de rádios educativas e rádio escolas e sua manutenção com recursos próprios.

---

<sup>25</sup> Esta pesquisa não encontrou muitas referências sobre Benjamin Lago, maiores informações sobre o seu projeto para a Universidade do Ar podem ser encontradas em Horta (1972).

Com o propósito de diminuir as diferenças entre as regionalidades, sobretudo entre o urbano e o rural, onde o acesso à escola era dificultado pela distância entre as habitações e a escassez de escolas e hospitais nos lugares afastados da cidade, a radiodifusão educativa foi fundamental para a irradiação do ensino, de princípios cívicos e valores morais, comportamentos saudáveis, e cultura popular. A zona rural era demarcada pelo atraso social, configurada por uma gama de fatores que caracterizava o povo rural como classe inferior. A transmissão de programas educativos pelo Serviço de Radiodifusão Educativo alargava o horizonte da escola, ao levar informação por ondas sonoras que alcançavam grandes extensões.

Com base nas pesquisas já mencionadas, o rádio foi importante veículo de informação, educação e cultura na primeira metade do século XX. Tornou-se presente nas residências, espaços públicos e privados, com crescimento expressivo até a década de 1950, nas estações radiofônicas educativas e comerciais difundidas nacionalmente. Nesta conjuntura, o Serviço de Radiodifusão Educativa ao resgatar o plano de educação via rádio de Roquette-Pinto, constituiu-se como meio de divulgação de um projeto de transformação do homem, em que a educação do rural e do urbano era necessária para a reconstrução da nação.

## 2.2 O jornal de quem não sabe ler: A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro

Saber ler não é o fim. O analfabeto é muitas vezes homens de recursos técnicos. Mas não pode desenvolvê-los porque lhe falta aquele uso sábio companheiro impresso. [...] Todos os lares espalhados pelo imenso território do Brasil, receberão, livremente, o conforto moral da ciência e da arte; a paz será realidade definitiva entre as nações. Tudo isso há de ser o milagre das ondas misteriosas que transportam no espaço, silenciosamente, as harmonias (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 236-237).

Conforme Rangel (2010, p. 95), a Rádio Sociedade foi criada sem fins lucrativos ou governamentais, tendo nascido a partir da Sociedade Brasileira de Ciências (1916), composta por Roquette-Pinto, Henrique Morize, Tobias Moscoso, Amoroso Costa, Alberto Torres, Francisco Lafayette, Euzébio de Oliveira, Th. Lee, Arthur Moze, Francisco Venâncio Filho, Dulcídio Pereira, Mario Paulo de Brito, Carlos Lacombe, Edgar Susseking de Mendonça e outros intelectuais que assinaram a ata de Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Esses membros autorizaram tanto a criação quanto a instalação do seu conselho diretor, aprovando Roquette-Pinto como diretor secretário vitalício. De diferentes formações, entre

elas medicina, radioeletricidade, astronomia e física, esses intelectuais colaboraram para o sucesso da instalação. Intencionados na promoção da educação, a Rádio Sociedade buscou esforços para ser um veículo de difusão de conhecimento como forma de incentivar à construção da identidade nacional.

Na sala física e experimental da escola Politécnica, aos dezenove de maio de mil novecentos e vinte e três, as dezesseis e meia hora, instalou-se definitivamente a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sendo presidente da reunião o Dr. Henrique Morize e o secretário o Dr. Roquette-Pinto, achando-se presentes todos os sócios fundadores cujos nomes se acham das páginas três versos à página seis desse livro. Por proposta do sócio Dr. Dulcídio Pereira unanimemente aprovada foi escolhido por aclamação o primeiro Conselho diretor da Rádio Sociedade, nos termos dos Estatutos, o qual ficou assim constituído: Presidente, Dr. Henrique Morize; Secretário Dr. Edgard Roquette-Pinto; Tesoureiro, Senhor Democrito Lartigau Seabra; Diretores: Drs. Francisco Lafayette, Carlos Guinle, Luís Betim Paes Leme, Álvaro Osório de Almeida, Angelo M. da Costa Lima e Mario Souza (ROQUETTE-PINTO *apud* SALGADO, 1946, p. 29).

Constituída por sócios efetivos e membros associados, a Rádio Sociedade era presidida por um Conselho diretor. Formado por nove membros eleitos por quatro anos o conselho elegeu Henrique Morize para presidente e Roquette-Pinto como diretor secretário vitalício. Segundo o art. 22 do Estatuto, o diretor secretário era responsável por: gerenciar a sede social e suas dependências, bem como dirigir o serviço de publicidade, correspondência e atas do conselho. Roquette-Pinto tinha esta função, porém suas atividades não ficavam restritas a apenas essas demandas. Como um dos fundadores, Roquette-Pinto organizou a emissora, capacitou e formou professores e técnicos, congregou educadores emergentes do movimento educacional para a sua missão radiofônica.

Em reunião do Conselho, Roquette-Pinto respondeu sobre o questionamento da sua vitaliciedade:

Quando a Rádio Sociedade nada mais era do que uma criação teórica e vivia apenas na esperança e no desejo de cada um dos seus primeiros fundadores, eu fiz questão de ser Diretor- secretário, e do meu próprio punho escrevi que o secretário seria vitalício. Era preciso que alguém fosse todo o tempo responsável pelo futuro de uma empresa grandiosa, mas que no seu início só apresentava dificuldades e tropeços. Hoje a Rádio Sociedade é uma força moral, intelectual, e até mesmo econômica, pelo patrimônio que possui, pelo movimento financeiro que tem e mais ainda pelo movimento financeiro que promove pelo Brasil afora. Penso que é chegado o momento de abrir mãos da vitaliciedade de um cargo que já agora não é só de sacrifícios, mas possui prerrogativas inegáveis. Se algum pedido tenho direito de fazer aos sócios da Rádio Sociedade, rogo a cada qual não discuta essa minha resolução. Serei de ora avante Diretor- Secretário da Rádio Sociedade, mas, pelo prestígio que conseguir manter na opinião de companheiros (ROQUETTE-PINTO *apud* SALGADO, 1946, p. 34.35).

Pode-se perceber que o cargo de diretor secretário era tão notório como o de presidente. Roquette-Pinto à frente da Rádio Sociedade, possibilitou à radiodifusão educativa avanços significativos como veículo de informação e cultura. Para Roquette-Pinto (1927), a mudança da mentalidade da sociedade precisava ser repensada, como foi na Idade Média com o advento do livro, porém ainda que possuíssemos a cultura da leitura e da escrita faltava-nos a apropriação da língua no seu sentido mais amplo, a compreensão, interpretação de valores morais e culturais. “Nós, que assistimos a outrora do rádio, sentimos o que deveriam possuir e ler os primeiros livros. Que abalo no mundo moral! Que meio para transformar um homem em poucos minutos, si o empregar com boa vontade, alma e coração” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 231). Em suas concepções fica claro que Roquette-Pinto acredita no poder do rádio, como instrumento interventor que poderia fortalecer e aprimorar a mentalidade do povo.

Convicto que a leitura e a escrita sozinhas não podiam alcançar as singularidades do território brasileiro, Roquette-Pinto afirmava que:

A alma coletiva já se deu conta de que todos os males do país não podem ser curados nem com o voto secreto, nem com a organização dos partidos, nem com a reforma da Constituição, nem com o protecionismo às indústrias, nem com a reforma do ensino, nem com quinina do Estado, nem com imigração europeia (1927, p. 234).

Ao analisar a situação do país, Roquette-Pinto argumentava que para muitos os problemas sociais seriam resolvidos se o brasileiro soubesse votar, trabalhar, respeitar o poder público e autoridades, não ser explorado, combater as doenças, agir a favor da saúde, aprender com os mais sábios, e agir de forma cívica. No entanto, para ele, esses problemas somente seriam solucionados quando o povo aprendesse a ler a linguagem que lhe é transmitida e o seu mundo. Segundo sua perspectiva, a escola estava longe de cumprir seu papel educativo e social porque não chegava a todos e, quando chegava a linguagem, não era adequada às diversidades locais e regionais (ROQUETTE-PINTO, 1927).

Em sua visão otimista sobre o uso do rádio, o Brasil estava ganhando forma com o desbravamento intelectual, cultural e moral que essa comunicação sem fio contribuía. Apesar das críticas relacionadas a sua grande paixão, Roquette-Pinto ressaltou que, por meio dos documentos em sua responsabilidade, o país tinha ferramentas para executar um plano educativo pelo rádio. Em sua análise, existiam trinta mil lares com aparelhos radiofônicos e, no interior, as fazendas e as vilas espalhavam alto-falantes para as suas populações, contando provavelmente com cento e cinquenta mil ouvintes assíduos (ROQUETTE-PINTO, 1927).

Há, portanto, umas cento e cinquenta mil pessoas ouvem diariamente as nossas lições, conferências, música, História do Brasil, Higiene, conselhos úteis à agricultura, notícias, cambias e comerciais, notas de ciências, etc. Se muitos dos ouvintes são pessoas cultas para as quais aquilo é passa tempo, alguns milheiros são homens e mulheres do povo que, sem saber ler e escrever, vão aprendendo, um pouco. Temos tudo feito? -Que esperança. Estamos apenas no início do começo. (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 236-237).

Para Massarani (1998, p. 54), a década de 1920, destacou-se pela divulgação científica acerca das questões do país. Médicos, engenheiros e autodidatas movimentaram-se para o desenvolvimento de pesquisa científica, tal como a criação da Rádio Sociedade. Sensibilizados pela inserção do país em uma conjuntura moderna de comunicação, a tecnologia radiofônica na América e na Europa, fundamentou a estrutura da Rádio Sociedade, unificando educação, cultura nacional e internacional. Como nos indica Rangel:

O projeto de educação popular pelo rádio via Rádio Sociedade do Rio de Janeiro trazia como proposta um leque diário de programas com atividades educativas que se estendiam desde os cursos de literaturas brasileira, francesa e inglesa, às aulas de esperanto, complementadas com as aulas de rádio-telegrafia e de telefonia. Eram proferidas aulas de silvicultura prática, lições de história natural, física, química, italiano, francês, inglês, português, geografia e até palestras seriadas. Teatro e música (2010, p. 94).

Sob o lema de “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria” (SALGADO, 1946, p. 22), Roquette-Pinto conseguiu desenvolver suas concepções ao propor a criação de uma emissora voltada para fins educacionais, por meio de uma programação diversificada. Unificou cursos de literatura francesa, literatura inglesa, Esperanto, Rádio telefonia e telegrafia, Silvicultura prática. Instaurou aulas de Português, Francês, Inglês, Italiano, Geografia, História natural, Física e Química, além de palestras seriadas: Escola das Mães e atributos da gente brasileira, Síntese das marés e História da evolução dos relógios, Quarto de hora infantil e literário, conferências, musicais nacionais e internacionais. Assim, ofereceu ao ouvinte uma gama de saberes intelectuais, práticos e culturais que colaboraram para a instrução completa dos indivíduos. As iniciativas dos educadores Roquette-Pinto, Henrique Morize, Francisco Lafayette, Euzébio de Oliveira e outros signatários transformaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro na primeira Rádio Escola da América do Sul. Com ideal de recuperar a alma brasileira, Roquette-Pinto e seus companheiros acreditavam na potência da rádio na transformação do homem, não apenas como instrumento de comunicação, mas também como possibilidade de ofertar educação para além da escola, incluindo todos que pudessem ouvir. Neste sentido, tentou estabelecer uma conexão entre a

população rural e urbana, na medida em que os saberes específicos da intelectualidade e da vida no rural, doméstica e de higiene intercruzavam.

Art. 2º. -- A Rádio Sociedade tem por fim:

- a) Grupar e promover mútuas relações entre os estudiosos e amadores e interessados na T. S. F. (radiotelegrafia e radiotelegrafia e assuntos correlatos);
- b) Facilitar aos membros a prática dos métodos, processos e estudos dos progressos da T.S.F., vulgarizando-a mediante conferências, publicações, concursos, públicos, demonstrações práticas, e quaisquer outros meios lícitos;
- c) Apoiar as iniciativas oficiais ou particulares que favoreçam o desenvolvimento da T.S.F. no Brasil, trabalhando por obter dos Poderes Públicos medidas convenientes;
- d) Manter em sua sede, logo que seja possível, uma biblioteca, sala de cursos e conferências, um laboratório de ensaios científicos, para seus membros e uma estação emissora (Broadcasting) devidamente autorizada pelo Governo para irradiar conferências, concertos, divulgando, igualmente assuntos de interesse científico, literário ou artístico, hora legal, o boletim do tempo, etc (Rádio Sociedade, *apud* SALGADO, 1946, p. 27).

Apesar de pretender a promover a integração entre os povos a partir da cultura, o rádio era de difícil acesso à população, devido ao alto custo. Compreende-se que obter um aparelho de rádio era uma aquisição cara, poucas pessoas a princípio, tinham possibilidade de adquirir, além da precária instalação de energia elétrica nos espaços urbanos e rurais. Porém não podemos ignorar que, apesar dos problemas elétricos e financeiros, o rádio conseguiu chegar até aonde a escola não chegava, por meio da grande proporção que tomaram as programações de rádio. A difusão ficava a cargo de reuniões em volta dos alto-falantes espalhados nos espaços públicos e privados.

Nesta perspectiva, afirma Rangel (2010, p. 96), que: “A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro procurou associar “dons artísticos” com “labor científico”, cuja finalidade era a de promover a educação da alma nacional, fazendo o rádio educativo chegar onde a escola inexistia”. Pode-se afirmar que esse foi o grande ideal fundador da Rádio Sociedade, ao propor levar o rádio aos que não tinham escola. Roquette-Pinto contribuiu para a marcha pedagógica da década de 1920, impulsionada pelos pioneiros da Educação Nova que levantaram a bandeira do desenvolvimento da nação pela educação.

Embora a programação da Rádio Sociedade estivesse envolvida na fundamentação das aulas e palestras irradiadas por sua transmissão, ela também oportunizou aulas práticas de rádio eletricidade, radiotelegrafia e radiotelegrafia para os escoteiros, que aprendiam noções básicas de trabalho a fim de, posteriormente, serem encaminhados pelo Departamento dos Escoteiros à Rádio Sociedade, onde poderiam trabalhar em seu laboratório. Defende Rangel que:

Assim, as primeiras linhas do programa educacional da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro constituíram o plano diretor de suas ações visando moldar o rádio como instrumento ‘fecundador de almas’ com capacidade de propagar o ensino prático elementar e o civismo. A sociedade fora pensada como um organismo vivo (RANGEL, 2010, p. 97).

Neste sentido, a Rádio Sociedade constitui-se como instrumento a serviço do conhecimento e formação do povo. Conforme Rangel (2010), Roquette-Pinto defendia a criação de 20 rádios escolas distribuídas pelos estados brasileiros com função de integrar a zona urbana e a rural, a fim de nortear as cidades interioranas com saberes científicos, práticos e culturais. Roquette-Pinto acreditava no poder formador da rádio. Para ele, a criação de estações no interior das escolas era uma forma de aprimorar as práticas escolares, transformando-as em uma microssociedade. Pretendia também tornar a escola ativa, ao fazer da rádio escola um centro de mestres capacitados na difusão do conhecimento dos alunos e da comunidade escolar. Trazendo para o cotidiano a experiência radiofônica, com intuito de ampliar os conhecimentos práticos e técnicos dos alunos.

As rádios escolas faziam parte do plano de educação pelo rádio de Roquette-Pinto. Para ele, se cada estado dispusesse de uma emissora padrão, seria possível estimular suas cidades a desenvolverem modelos de rádio escolares, como a Rádio Escola Municipal. Uma proposta de integração entre o Poder Federal, Estados e Municípios, a fim de criar as escolas polos de radiodifusão educativa, compostas por profissionais locais que pudessem ministrar cursos e palestras de Higiene, Práticas Profissionais, Literatura, Português, entre outros. Constituindo, assim, grupos escolares em torno dessas unidades (Roquette-Pinto, 1927, p. 238).

Conforme José Carlos Santos (2016), a Rádio Sociedade funcionou amparada na legislação da radiotelegrafia e radiotelefonia, regulamentada pelo Decreto nº 16.657 de 1924, pois até aquele momento era escasso o apoio à nova tecnologia. A carência de investimento e patrocínio dificultou sua subsistência. Porém, Roquette-Pinto investiu em estudos sobre a rádio eletricidade e conseguiu construir sua sede com mão de obra barata e de essência educativa. Na busca pelo custeio da rádio, muitas emissoras procuravam anunciantes comerciais para aumentar a renda, entretanto a divulgação via rádio não era bem vista. Muitos empresários resistiram, pois descreditavam na capacidade do seu alcance.

Conforme o art. 22 do Estatuto dessa rádio: “Em caso de dissolução da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro seus bens serão entregues ao Governo para auxiliar a fundação de um curso livre, popular, prático, da T.S.F.” (RÁDIO SOCIEDADE, *apud* SALGADO, 1946, p. 28). A Rádio Sociedade conseguiu sobreviver por alguns anos com ajuda dos sócios

que colaboravam para sua subsistência, sem precisar recorrer aos anúncios comerciais, mas, ao perceber que o ideal da Rádio Sociedade estava ameaçado, Roquette-Pinto a ofereceu para o Ministério da Educação de Gustavo Capanema, sob gestão do Presidente da República Getúlio Vargas.

Tratava-se de um período de dificuldades para a Rádio Sociedade. O licenciamento para novas estações utilizarem anúncios e propagandas comerciais, causou o declínio gradativo na emissora. Na ata de 1935, Roquette-Pinto já mencionava a possibilidade de encerrar as suas atividades, mas no ano de 1936 a situação ficou insustentável. O que parecia estar sob controle, mesmo com baixa potência e poucos recursos, não resistiu aos anúncios e propagandas. Este fato foi discutido na Assembleia pelos membros efetivos da Rádio Sociedade, que colocaram em questão a remodelação da rádio educativa para comercial. Visto isso, Roquette-Pinto antecipadamente entrou em contato com o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para pôr em prática o artigo 20 do Estatuto da Rádio Sociedade, que indica a doação para o ministério caso a rádio se desmontasse (SALGADO, 1934).

Quando a competição comercial ameaçou um desvio dessa norma inicial, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ofereceu todo o seu patrimônio ao Ministério da Educação para que aquela emissora que nasceu para servir à cultura nacional, nunca tivesse que ceder as injunções dos seus anunciantes. E o Ministério da Educação ao receber aquele precioso patrimônio, cuidou do seu desenvolvimento, criando o Serviço de Radiodifusão Educativa, dando-lhe âmbito nacional e substituindo um transmissor de 1kwt por 25 kwts (1946, p. 5).

Isto interferiu diretamente no objetivo fundador da Rádio Sociedade, que dizia no artigo 3º do seu Estatuto, transcrito por Álvaro Salgado o seguinte: “A Rádio Sociedade, fundada com fins exclusivamente científico, literário, ou artístico, e de pura educação popular não se envolverá jamais em nenhum assunto de natureza profissional, industrial, comercial ou político” (RÁDIO SOCIEDADE, *apud* SALGADO, 1946, p. 28).

A penetração que o rádio proporcionava certamente inquietou o meio jornalístico. Num país de analfabetos e com as dificuldades de acesso a regiões interioranas, a radiodifusão tornou-se atrativa para empresários do ramo. Houve casos de concursos e distribuição de prêmios pelo rádio em que votos eram comprados em bancas para a divulgação de jornais de época. Afora as trocas de críticas entre periódicos e programas de algumas estações, com passagens curiosas narradas por Renato Murce em bastidores do Rádio, várias estações foram fundadas por empresários da imprensa escrita, entre os quais citamos: Rádio Nacional (A Noite), Rádio Jornal do Comércio (Recife), Rádio Jornal do Brasil e Rádio Tupi (Diários Associados) (DANGELO, 1994, p. 68).

A Rádio Sociedade por outro lado, assumia uma postura educativa que se diferenciava de imediato pela sua vinculação com a Academia de Ciências. Para Dangelo (1994), a programação desta passava pelo crivo dos seus membros por acreditar na capacidade intelectual deles e para ampliar as suas experiências radiofônicas. Conforme o autor, Roquette-Pinto esteve voltado no desenvolvimento da radiodifusão na Rádio Sociedade e em outras frentes. Participou da Confederação Brasileira de Radiodifusão (1933), tornando a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro sua filiada. Fundada em 1933, a Confederação Brasileira de Radiodifusão (CBR) atuou na cidade do Rio de Janeiro, capital Federal, ampliando seu ofício aos demais estados e o território do Acre, a fim de manter e direcionar os serviços de radiodifusão. O artigo 1º do Estatuto da Confederação Brasileira de Rádio de 1933 teve por finalidade: criar relações e estreitar os laços entre as instituições radiofônicas nacionais e internacionais, incentivar a instalação de entidades de radiodifusão, ajudar as organizações de rádio, quando preciso. Estudar e pesquisar assuntos sobre o rádio, defender os direitos no poder público dos seus associados, e salvaguardar os interesses nacionais.

A Confederação foi dirigida por um conselho diretor, integrado pelos delegados das instituições associadas. As associações filiadas tinham o direito de requerer os serviços da secretaria da Confederação Brasileira de Radiodifusão (CBR) e o dever de contribuir em questões materiais e pessoais, atender ao pedido de irradiação nacional, comunicar a Confederação de qualquer mudança na diretoria das emissoras. Caso as filiadas não cumprissem as determinações desse estatuto, poderiam ser afastadas, suspensas ou eliminadas. No balanço de receitas e despesas da Confederação Brasileira de Radiodifusão (CBR) constam as mensalidades dos associados, renda dos concertos, subvenções dos poderes públicos e renda eventual. As despesas com os programas eram divididas entre os associados. Os valores cobrados por mensalidade ficavam acerca de duzentos cruzeiros para São Paulo e Rio; cento e cinquenta cruzeiros para Recife, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte; cem cruzeiros para Belém, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis; em outras capitais, custava setenta e cinco; e nas cidades do interior o valor era de cinquenta cruzeiros. Valores baseados na lei 24.665 de 1934 que determina o mínimo de consumo de energia para as rádios difusoras (CBR, 1935, p. 15).

Roquette-Pinto foi presidente da Confederação Brasileira de Radiodifusão, investiu no desenvolvimento do rádio como meio de ensino. Os estudos de Espinheira (1934) demonstram a oposição entre os técnicos da educação sobre o papel do rádio, como metodologia. A discussão estava em torno da sua disseminação para as escolas, sendo incorporado no programa escolar. Na sua argumentação defendeu que havia dois pensamentos

em contradição: a radiodifusão na escola primária e no ensino secundário. A primeira afirmava que o rádio era mais eficaz na educação primária pela simplicidade das crianças na aceitação de programas infantis, porém a falta de maturidade do pensamento para compreender assuntos lógicos dificultava a relação entre o locutor e o ouvinte. A segunda ressaltou que a radiodifusão no ensino secundário tinha mais notoriedade devido à autonomia dos alunos. Para Espinheira (1934), o ensino pelo rádio era complementar, logo a contraposição da melhor aplicabilidade do rádio no ensino primário ou no secundário não era o maior desafio. Era essencial buscar formas para o rádio ter métodos e práticas próprias, diferente das oferecidas pela escola.

Frente a alguns problemas técnicos do rádio, foi criada em 1929 a União Internacional de Cultores da Radiodifusão. Com objetivo de estabelecer vínculo entre as demais associações de rádio, defender seus direitos e organizar estudos da área na Europa e fora dela. Como órgão de centralização de pesquisas em torno da técnica, do jurídico, e aproximação artística e social da radiodifusão, essa União se ocupou com a questão da Educação de Jovens e Adultos enviando questionários para as estações associadas. No primeiro ano de funcionamento, a União versou que a radiodifusão é uma forma de educação direta para a formação técnica e profissional e agrícola. Disseminava uma cultura de saúde e higiene contra as doenças e endemias, ensinando a música e linguagem verbal, nacional e estrangeira (ESPINHEIRA, 1934, p.78).

Na opinião de Espinheira (1934) o que se estabelecia era uma luta contra a ignorância. A metodologia aplicada ganhava expressão nas respostas emitidas ao Estado. Captar o desejo dos ouvintes para se atentar ao ensino difundido nas estações de rádio não era tarefa fácil. A interlocução dinâmica e versátil trazia mais adeptos. Das estações internacionais o autor destacou o trabalho com adultos na Inglaterra com a *British Broadcasting Corporation* que agrupou estudos em livros, formação de professores e grupos de pesquisas, com intenção de acompanhar o desenvolvimento dos alunos do curso de língua inglesa. Por meio das gravações dos ouvintes durante o processo, os professores adequavam à metodologia aplicada, indo diretamente no erro. O objetivo principal destas aulas era erradicar os dialetos locais e ensinar a pronúncia da língua padrão.

A radiodifusão no Brasil estava em crescimento, ainda não participava desses eventos internacionais da Europa e da América do Norte. Mas, estava atendo ao seu desenvolvimento mundial. Roquette-Pinto, em 1924, fundou a *Revista Rádio* e, em 1926, a *Elétron*, pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Ambas divulgavam a programação da emissora, como também lançaram cursos seriados para a população.

Informou o Sr. Secretário, que um grupo de amigos da Rádio Sociedade, entre os quais o próprio Sr. Secretário, vai publicar brevemente uma revista quinzenal chamada *Elétron*, a qual põe em disposição da Rádio Sociedade, sem o menor ônus para esta. A referida revista publicará antecipadamente os programas da quinzena da Rádio Sociedade e o seu expediente, comprometendo-se mais os proprietários de *Eletron* a distribuírem, gratuitamente, essa publicação aos sócios e associados da Rádio Sociedade até o máximo de três mil exemplares (ROQUETTE-PINTO *apud* SALGADO, 1934, p. 34).

Como afirma Espinheira (1934), passaram pela Rádio Sociedade intelectuais e professores: Roquette-Pinto, Moraes Costa, Maria Veloso, Alberto Sampaio, Venâncio Filho, Mello Leitão, Sebastião Barroso, Martins Fontes, João Ribeiro, Giovanni Giannetti, Henrique Morize, Ferdinando Laboriau, entre outros. Houve programações especiais, como a visita internacional do físico Einsten.

Além desses cursos, as estações têm promovido palestras, conferências, aulas de educação física, como fazem o Rádio Club (PRA3) e a Mayrinck Veiga (PRA9), ambas do Rio; transmissões de concertos, espetáculos, teatrais, temporadas líricas, notícias de interesse geral; programas infantis, como o 'Quarto de hora da tia Beatriz', da Rádio Sociedade (PRA2) e a 'Hora Infantil', da Rádio Guanabara (PRC8); conselhos de higiene; notícias esportivas; jornal falado, etc (ESPINHEIRA, 1934, p. 103).

Mais do que presidente da Rádio Sociedade e da Confederação de Radiodifusão, Roquette-Pinto em parceria com Elba Dias fizeram a primeira congregação das emissoras de rádio do país. Conseguiram agregar uma rede de estações cariocas entre elas: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), Rádio Educadora do Brasil (1927), Rádio Club do Brasil (1923), Rádio Philips (1931), Rádio Myrink Veiga (1926) e Rádio Guanabara (1932). A aproximação destas demonstrava que apesar de diferentes ideais, se relacionavam em torno da integração dos brasis, seja pelo trabalho, educação, política ou informação. Outras rádios também se filiaram: Rádio Sociedade Mineira (1927), de Belo Horizonte, Rádio Record, Rádio Club, de Porto Alegre (1927), Rio Grande do Sul, Rádio Comercial da Bahia (1933), Rádio Club do Pará (1928), e de Pernambuco (1923).

À frente da Confederação Brasileira de Rádio, Roquette-Pinto criou a Comissão de Rádio Educativo cujo dever era ofertar ensino sobre práticas de higiene e saúde, noticiários, orientação profissional, interação entre os povos e paz. A partir desse movimento as emissoras filiadas do Rio de Janeiro (Rádio Sociedade, Rádio Educadora do Brasil, Rádio Club do Brasil, Rádio Philips, Rádio Mayrink Veiga e a Rádio Guanabara) propagaram esses ideais através das programações diárias do quarto de hora da Comissão da Rádio Educativa que interrompiam as atividades diárias destas para sua transmissão, no horário de 18: 45 às 19

horas (ESPINHEIRA, 1934). A congregação das estações em torno de um bem em comum. Era mais do que uma simples união. Significou uma rede de relações que utilizou o rádio como meio fundamental para a educação.

É importante sublinhar que a Congregação foi criada, um ano após o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que teve entre seus signatários alguns dos membros da Congregação Brasileira de Rádio, como Roquette-Pinto, Lourenço Filho, Frota Pessoa, Venâncio Filho, entre outros. Roquette-Pinto ao agrupá-los fortificou a Congregação com os ideais traçados no Manifesto. Nesta compreensão de rádio, a preocupação com a difusão de pensamentos contrários a campanha era tão grande, que a comissão intensificou o controle das rádios e oficializou uma censura para todas as emissoras que não cumprissem as regras básicas: não falar em linguagem imprópria, ofensa à moral, aos costumes, desrespeito religioso, tentativa de denegrir a ordem social e política ou que incitassem informações falsas seriam punidas com a proibição das suas transmissões.

Por outro lado, a Confederação buscou estabelecer relação com instituições internacionais, a fim de conhecer novas práticas, divulgar a experiência brasileira e os materiais que possuía. Esse acompanhamento dos programas dos membros e observação de outras estações ajudaram Anísio Teixeira e Roquette-Pinto na Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Criada com a designação de reorganizar o aparelho escolar em busca da transformação da escola em uma experiência ativa na sociedade, a PRA-5 e, logo depois, o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais seguiram os passos da Rádio Sociedade. A PRA-5 nos seus primeiros meses, transmitia diariamente dois programas fixos: *Hora infantil*, com trinta minutos de duração pela professora Ilka Labarthe e o *Jornal dos professores* no horário de 19 às 20 horas ministrado por Roquette-Pinto. Além de cursos de literatura, rádio educativo e agricultura pelo Instituto de Pesquisas de Ministério da Agricultura.

A PRA-5 diferentemente das demais emissoras do Rio de Janeiro teve como foco propiciar atividades com as escolas. Assumiu o caráter de rádio escolar pioneira do município, oferecendo materiais aos inscritos e transmissões às escolas. Para Espinheira (1934), a Comissão desempenhou o papel de pesquisar, examinar e interferir na educação geral pela radiodifusão escolar.

Quadro 4 - Rede de radiodifusão

Nome	Pertença
Dulcídio Espirito Santo Cardoso	Ex. diretor geral de Educação
Lourenço Filho	Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal.
Edgar Ribas Carneiro	Diretor de publicidade de policia
Frota Pessoa	Redator do Jornal do Brasil
Teixeira de Freitas	Diretor de estatística e divulgação do Ministério da Educação.
Venâncio Filho	Departamento de educação municipal
Armando Campos	Departamento de Educação Municipal
Ariosto Espinheira	Departamento de Educação

Quadro adaptado a partir de Espinheira (1934, p. 104).

Pode-se perceber que nas diferentes pertencas dos intelectuais envolvidos nesse processo, a presença de educadores, publicitários, jornalistas e outros que comungavam suas ações em prol da radiodifusão educativa. A composição da geração de intelectuais se organizou em torno de uma ideologia comum: a educação pelo rádio. Além desses sujeitos também participaram desta rede os professores Jonathas Serrano, Nelson Romero, Maria Junqueira Smith, Branca Fialho, Gustavo Lessa, Olynto de Oliveira, Carlos Ramos, Ceição de Barros Barreto, Clovis Paulo Rocha, Maria Veloso, Guiomar Saraiva, Antenor Nascimento, Anibal Espinheira, que ministraram as aulas da Confederação Brasileira de Radiodifusão junto com os membros da comissão de Ariosto Espinheira, Lourenço Filho e de seu diretor Roquette-Pinto.

O engajamento político de Roquette-Pinto proporcionou a construção de uma rede de sociabilidade em torno da radiodifusão educativa. Iniciada por Roquette-Pinto, a Rádio Sociedade constituiu-se a partir de espaços de fermentação cultural e posições em concordância ou não, num movimento de ideias que dialogavam.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2016, p. 249).

A pertença de Gustavo Lessa, Branca Filho, Lourenço Filho, Anisio Teixeira, Venâncio Filho, Edgard Susseking, entre outros da Associação Brasileira de Educação, bem como representantes da radiofonia como Ariosto Espinheira e Jonathas Serrano marcam as trajetórias cruzadas de uma geração que buscava a renovação educacional. Ao mesmo tempo esses grupos se uniram em torno da utilização do rádio como elemento de ensino e cultura.

Segundo Carvalho (2007), o início da República marcou um grupo de intelectuais que herdou do antigo regime imperial as estruturas culturais e científicas das escolas de ensino superior e do quadro de profissões, como: de bacharéis e de engenheiros militares. A República se voltou para as questões da sociedade. Para a autora, essas profissões de prestígio buscaram legitimar os seus ideais pela habilitação técnica e científica (Carvalho, 2007, p. 21). Por outro lado, a necessidade de envolver-se com os problemas nacionais, tendo em vista a responsabilização do Estado como centro da reconstrução do país, configurou uma nova rede de interventores sociais.

Instaurou-se, pois, uma clivagem no interior dos núcleos profissionais quanto à destinação social do conhecimento, reacendendo, por outros personagens e caminhos, a concepção que tivera curso no Império, vinculada à vocação pública da atividade intelectual (CARVALHO, 2007, p. 21).

Fruto desse pensamento, o antropólogo e educador Roquette-Pinto (1884-1954), nascido anos antes do fim do Império (1889), vivenciou com a República a problemática de reconstrução do país. Acompanhou os intelectuais considerados interpretes do Brasil: Euclides Cunha, Oliveira Viana, entre outros. Em sua trajetória pôde desde muito cedo formular uma visão antropológica por meio de estudos do povo brasileiro em suas viagens à Rondônia, durante a *Missão Rondon* (1907-1915). Identificou que a mestiçagem era um aspecto positivo, ao contrário do pensamento de época que considerava a diversidade de modo pejorativo. Roquette-Pinto colaborou para o pensamento da antropologia brasileira ao constatar que o problema do Brasil não era de caráter racial, mas social e político. Segundo Rangel (2010), para ele a falta de educação e saúde prejudicava intensamente o desenvolvimento da civilização.

Os lugares de atuação que Roquette-Pinto atuou trazem marcas das redes de sociabilidade que movimentou, entre eles: médico-legista interino da polícia do Distrito Federal, missionário em Rondônia em 1912, Sócio e secretário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1914), fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), antropólogo filiou-se ao Museu Nacional a partir de 1906 e foi diretor em 1926. Em 1929

presidiu o Primeiro Congresso de Eugênia, foi presidente da Confederação brasileira de Radiodifusão (1933) e criou a Rádio Municipal PRA5.

Para Sirinelle (2016) as estruturas de sociabilidade variam de acordo com o objeto pesquisado. Assim, as associações, congregações, instituições, academias e repartições públicas compuseram as teias que Roquette-Pinto construiu. Consideramos o entrelaçamento dos itinerários de Roquette-Pinto e Fernando Tude de Souza, fundamental para o desenvolvimento da radiodifusão educativa, suas ações transformaram o projeto de nação via rádio em uma ponte de saberes entre a zona rural e o pensamento de uma elite urbana, disseminado pelo conjunto de cursos e palestras e, focados em não promover a campanha política dominante. Puderam projetar na prática das suas atividades um projeto de nação em harmonia. Perceber o itinerário percorrido por Roquette-Pinto na Rádio Sociedade nos permite dar visibilidade a essência do Serviço de Radiodifusão Educativa, recuperado por Fernando Tude de Souza na Rádio do Ministério da Educação a partir de 1943.

No ano 1936, quando Roquette-Pinto doou a Rádio Sociedade para o Ministério da Educação, o ministro Gustavo Capanema o convidou para dirigir o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE)<sup>26</sup>, porém ele não deixou de acompanhar e incentivar a radiodifusão brasileira. Ao assumir o INCE, convidou o cineasta Humberto Mauro para participar da equipe da instituição, produzindo entre os anos de 1936 a 1945 duzentos e trinta e três filmes educativos aproximadamente. De acordo com Velloso (2012, p. 337) o Instituto teve em suas produções filmes mudos e instrutivos, de pesquisas científicas e históricas, comemorações, projeções como o filme: O descobrimento do Brasil, de Humberto Mauro que reunia a parceria de historiadores e o músico Heitor Villa-Lobos, que compôs a trilha sonora do filme com os cantos dos índios.

A produção do instituto inclui filmes de caráter instrutivo – filmes mudos acompanhados de um roteiro escrito que o professor deveria ler durante a projeção; filmes sobre avanços da medicina, pesquisas científicas e saúde pública sob a orientação de Carlos Chagas Filho. Reportagens comemorativas sobre o dia da Pátria, o Dia da Marinha, a visita de Roosevelt ao Brasil, entre outros. Documentários sobre o Jardim Botânico, abastecimento de água e esgoto do Rio; filmes sobre escritores e compositores como Machado de Assis e Carlos Gomes. Os anos heroicos do INCE, tendo Roquette-Pinto na direção, reuniram uma equipe de profissionais dispostos a tornar realidade o projeto de seu diretor: fazer um cinema que fizesse o Brasil conhecido dos próprios brasileiros (VELLOSO, 2012, p. 337-338).

---

<sup>26</sup> Neste tocante, o trabalho de Jorge Antonio Rangel (2010) intitulado: Humberto Mauro nos leva a perceber o empenho de Roquette-Pinto na organização do Instituto Nacional de Cinema educativo e as produções significativas de cinema educativo no período de 1936 a 1967.

O trabalho de Roquette-Pinto na Rádio Sociedade e no Instituto Nacional do Cinema Educativo fundamentou os argumentos por ele exemplificados na sua defesa pelo rádio e cinema educativo em 1942. Sua paixão pelo poder de instrução do rádio o tornou principal membro de apoio para a execução do Serviço de Radiodifusão Educativa e dos princípios da antiga Rádio Sociedade, na atual Rádio Ministério da Educação. Mesmo na direção do INCE, Roquette-Pinto acompanhou o desenrolar da PRA-2 no ministério, priorizando o seu exercício e finalidade educativa sem propaganda política.

Quando Fernando Tude de Souza tomou posse no cargo de técnico de educação do Ministério da Educação em 1939, voltou-se para os estudos do rádio e, encontrou em Roquette-Pinto sua inspiração de referência teórico-metodológica.

No movimento de teorização de sua experiência de geração. Fernando Tude buscou reinterpretar e diagnosticar as mazelas sociais do seu país, suas nuances políticas, suas diferenças culturais, seu legado histórico, procurando enxergar na fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1923, a marca de um projeto, de uma utopia pelo qual dedicaria grande parte de sua vida intelectual (RANGEL, 1997, p. 243).

No trabalho de Rangel (1997, p. 105), notamos que Fernando Tude seguiu os passos de Roquette-Pinto na sua vontade de valorizar o homem brasileiro através da educação. Esse sentimento de admiração do criador com a sua obra fez dele seu seguidor e praticante na obra de salvação nacional. No entanto, o rádio se tornou objeto de disputa no campo político. Este fato dificultou, segundo o autor, a continuidade da Rádio Sociedade e, posteriormente a ação do Serviço de Radiodifusão Educativa, após a sua doação.

### **2.3 As disputas em torno de um projeto: O Serviço da Radiodifusão Educativa**

Tudo o que existe no Brasil resultou desse nobre esforço inicial, que teve como objetivo o desenvolvimento da nossa cultura [...]. Roquette-Pinto dando à sua vida um sentido de sabedoria e beleza, trouxe à educação dos brasileiros dois poderosos e inéditos instrumentos: o rádio e o cinema. Cabe-lhe a iniciativa da doação; justo é que lhe caibam também os maiores agradecimentos [...] Como a autoridade a quem coube receber tão valioso legado, eu quero dizer aqui que o Ministério da Educação assume com satisfação esta responsabilidade e que procurará utilizar-se da melhor maneira possível deste instrumento que ora lhe é proporcionado para, no cumprimento da elevada missão que, com grande clarividência lhe traçou o Sr. Presidente Getúlio Vargas, falar diariamente aos brasileiros, animá-los nos seus trabalhos no campo, da cidade e do mar, estar com eles, nas suas alegrias e pesares. Este é o novo trabalho que, com coragem e fé, vamos começar. (CAPANEMA, 1936, *apud* SALGADO, 1946, p. 24).

Conforme Salgado (1946), a partir de 1936, o Ministério da Educação e Saúde aceitou a doação da Rádio Sociedade realizada por Roquette-Pinto, instituindo no ano seguinte o Serviço de Radiodifusão Educativa. No entanto, de acordo com Schwartzman (2000), em 1932, já havia iniciativas do Estado quanto à educação via rádio. O Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Francisco Campos, regulamentou no decreto nº 21.111 a aprovação da radiocomunicação no Brasil, definindo no regulamento o que são serviços de rádio comunicação: radiotelefonia, radiotelegrafia, radiotelefotografia, radiotelevisão e outras transmissões por ondas hertzianas (BRASIL, 1932).

De acordo com o artigo 1º do Decreto Lei nº 21.111, a radiocomunicação classifica-se em: natureza e finalidade das comunicações. Poderia ser transmitida no interior, e no exterior do país, entre quaisquer estações brasileiras. Destinada ao serviço público geral e restrito no caso de pessoas a bordo nos meios de transporte, limitado a pessoas específicas, serviço especial para emissão de sinais, meteorologia, horário, hino e outros afins. Nesse caso, o artigo terceiro deste regulamento define a radiodifusão por meio de sons e, imagens recebidas pelo público, com finalidade educativa, como ressalta o artigo 11 desta lei 21. 111/ 32:

Art. 11. O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional.

§ 1º O Governo Federal promoverá a unificação dos serviços de radiodifusão, tendo em vista estabelecer uma rede nacional que atenda aos objetivos desses serviços.

§ 2º Poderão as estações de a rede ser instaladas pela União ou, mediante concessão do Governo Federal, por sociedades civís, companhias ou empresas nacionais idôneas, observadas todas as exigências educacionais e técnicas que forem por ele estabelecidas.

§ 3º A orientação educacional do serviço das estações da rede cabe ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que baixará as instruções necessárias a esse fim.

§ 4º O plano e a fiscalização dos serviços de radiodifusão competem ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

§ 5º Continuarão a ser executados, a título precário, os serviços das atuais sociedades civís da radiodifusão, desde que estas se submetam às exigências educacionais de que trata o § 2º, ficando a instalação de novas estações dessas sociedades subordinada a todas as exigências contidas no mesmo parágrafo. As mesmas sociedades ficam também sujeitas às disposições deste regulamento, a não ser nos casos nele expressamente ressalvados (BRASIL, 1932).

Iniciava uma intervenção do Estado nas ações culturais pelo rádio e cinema de ordem educativa. No mesmo ano foi decretada a lei 21.240 e, com ela, a nacionalização do serviço de censura e dos filmes cinematográficos. O Ministério de Educação deveria ter como função orientar os serviços de radiodifusão existentes e organizar o cinema educativo pela criação de um órgão para este fim. De acordo com Schwartzman,

Parece ser também desta época um documento que existe na pasta do arquivo de Gustavo Capanema, sobre o Instituto Nacional do Cinema Educativo e que dá as grandes linhas do que seria um grande e ambicioso departamento de Propaganda do Ministério da Educação ‘Cumpra o Ministério’, dizia o documento, ‘transpor os limites apertados das instituições existentes, buscando atingir, com a sua influência cultural, a todas as camadas populares (2000, p. 104).

O cinema era visto como forte meio de preparo da “cultura das massas” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 104). Ao perceber isso, o Estado passou a interferir no cinema com o objetivo de formar a mentalidade do povo, através de filmes considerados educativos. Para isso, foi realizada a avaliação e censura cinematográfica, incentivo ao cinema privado e ao cinema pedagógico que seria ofertado nas escolas. Em 1934, o presidente Getúlio Vargas instituiu o Departamento de Difusão Cultural em parceria com o Ministério da Justiça. Consequentemente, tanto o rádio quanto o cinema ficaram sobre essa jurisdição.

Esta decisão fez parte, sem dúvida, de um esforço de colocar os meios de comunicação de massas a serviço direto do Poder executivo, uma iniciativa à qual não faltava a influência do Ministério da Propaganda alemão, recém-criado com a instalação do governo nacional-socialista em 1933. O texto sobre a ‘racionalização do governo’, elaborado como parte da retrospectiva do Estado Novo nos anos 40, assinalava que, já em 1934, o novo departamento tinha como objetivo a ‘propaganda em si mesma, destinada a discutir de público os imperativos do Estado moderno, mostrando o sentido de suas realizações a fim de conseguir o máximo de colaboração dos cidadãos (SCHWARTZMAN, 2000, p. 104).

Apesar da política de propaganda que se instaurava, a atuação de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945) representou a defesa do rádio e do cinema educativo. Para ele, havia uma diferença entre as atividades educativas e de propaganda. Sua proposta considerava que a primeira seria organizada pelo Ministério da Educação e Saúde, cujo tratado seria estritamente educativo e de ensino. O segundo teria caráter de informação e publicidade e ficaria a cargo do Ministério da Justiça (SCHWARTZMAN 2000, p.106).

A proposta de Gustavo Capanema foi aceita em 1937, com a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa e com a determinação do caráter educativo do cinema no Instituto Nacional de Cinema (1936). No entanto, com a nomeação de Francisco Campos para ministro da justiça em 1937, a regulamentação dessas atividades educativas passava por divergências quanto à sua compreensão. Segundo Oliveira (2001, p. 37), o governo Vargas operou fortemente na divulgação política por meio da propaganda, “[...] ao criar, em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda; em 1934, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural; e, por fim, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)”.

Tratava-se de mudanças no cenário econômico e político que afetaram diretamente o governo ditador. Segundo Jambeiro (2004), entre 1930 e 1934 o aparelho do Estado se dividia em três frentes: redefinição da política oligárquica; aliança com o movimento tenentista; e modernização do Estado. Com isso Getúlio Vargas nomeou interventores federais militares para exercerem poderes executivos, em substituição à política oligárquica. Essa remodelação do Estado também levou mudanças como a criação de comissões militares para solucionar as questões referentes à industrialização e o investimento na estrutura das forças armadas, integrando-as no Ministério do Trabalho.

Além dos militares, novos grupos tentaram ingressar na política, entre eles, os liberais. A situação do café e da industrialização também não estavam estáveis. Esses setores demandavam do Estado centralização e maior intervenção para ampliarem as suas produções. Essa conjuntura colaborou para o fortalecimento de Getúlio frente ao poder executivo, que soube manipular a situação ao seu favor, em um posicionamento duplo, pois ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas apoiava o tenentismo, dando poder aos interventores, não interviu na sua fragmentação, que teve como obra a limitação do exercício dos tenentes pelos próprios militares: Juarez Távora e Góes Monteiro.

A este par, a política mundial se dividia entre fascistas e antifascistas, especialmente na eclosão da Segunda Guerra mundial. No Brasil, o agrupamento, representado pelo fascismo, a partir de 1932, ficou conhecido como: Ação Integralista Brasileira (AIB), contrário aos antifascistas identificados como Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Representados por Luiz Carlos Prestes, que estava vinculado à União Soviética na Europa, ao voltar para o Brasil com apoio da ANL, deflagrou a revolta Intentona Comunista, em 1935. Instalando um período de muitas repressões.

Após a Intentona Comunista de 1935, a preocupação e controle de Vargas sobre os comunistas tornaram-se cada vez maior. A consolidação do stalinismo na União Soviética, aliada à disseminação dos ideais comunistas, em oposição ao nazi-fascismo, na Europa, contribuía para a formação de ambiente de tensão em escala mundial. No Brasil, o medo da suposta “ameaça vermelha” favoreceu a conspiração do governo e passou a integrar o rol de justificativas de Vargas para, em 10 de novembro de 1937, anunciar o Golpe de Estado e impor à nação o Estado de Sítio (JAMBEIRO, 2006, p. 88).

O golpe do Estado só ocorreu de fato em 1937, mas se desenhava desde o período constitucional democrático, a partir de 1934. O contexto induzia o poder executivo a elevar sua rigidez na forma de governar. Em um período repleto de manifestações, a campanha eleitoral de 1937 se desenrolava com os candidatos: José Américo apoiado pelo governo,

Plínio Salgado da Ação Integralista Brasileira, Armando Sales de Oliveira por São Paulo e Góias Monteiro pelo exército. Porém, a eleição não chegou ao fim. Getúlio, juntamente do seu redator Francisco Campos, elaborou de uma nova Constituição, concretizando o golpe do Estado Novo.

Na concepção de Oliveira (2001), essas medidas foram fundamentadas nos governos fascistas e nazistas de Mussolini e Hitler, respectivamente, na qual o Ministério da Educação e Saúde dirigido por Francisco Campos e do Departamento de Difusão Cultural (1934), por Lourival Fontes, apontavam a influência do modelo nazi-facista. Oliveira (2001) afirma sobre a conflituosa relação de Lourival Fontes com a censura e a imprensa, entretanto, é necessário problematizar suas influências.

Nesse contexto, a biografia de Lourival Fontes funciona como caso exemplar. Dirigiu a revista Hierarquia, visitou Mussolini e era adepto ao fascismo. Passou mesmo a ser chamado de 'o Goebbels tupiniquim'. Dirigiu o DIP com mão de ferro e, quando o Brasil fez opção pelos aliados teve de abandonar sua direção, já que era muito identificado com o lado fascista do governo (OLIVEIRA, 2001, p. 37).

A esse respeito, pode-se constatar que Lourival Fontes seria o homem por trás do Presidente Getúlio Vargas, pois, a partir da sua inserção no Departamento de Propaganda (1934), criou uma imagem positiva da política varguista, por meio da comunicação popular. Ao utilizar os meios de comunicação como veículos de propaganda, Lourival Fontes fez uso do rádio, do cinema, e dos impressos. No tocante ao rádio,

É certo que o Estado Novo se organiza perseguindo os comunistas e imobilizando os integralistas. É certo que o Novo Estado procura também agir sobre as mentes, procurando conquistar todos aqueles que eram adeptos dos movimentos de direita e de esquerda. A criação da Agência Nacional e da Hora do Brasil, em 1931 faz parte da ação governamental visando principalmente à massa operária e sindical, como atestam os pronunciamentos do ministro do Trabalho. Coroa-se esse processo a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939. Outros órgãos, também criados nos anos 1940, visando difundir os feitos do governo, como os jornais A manhã, no Rio de Janeiro, A Noite, em São Paulo, e a Rádio Nacional, todos pertencentes às Empresas Incorporadas da União (OLIVEIRA, 2001, p. 47).

Entre esse jogo de poder, a remodelação do aparelho do Estado contava também com as manobras de Getúlio Vargas no desenvolvimento da economia nacional. A articulação para a negociação da dívida externa do Brasil desde a crise 1929, com a queda do café, favoreceu uma política de colaboração com os Estados Unidos da América. Fato este, que levou o Brasil a assinar o tratado de comércio com os EUA, regularizando a compra norte americano dos produtos brasileiros, a entrada desses empresários no comércio e na industrialização nacional.

Segundo Jambeiro (2006), a posição tomada por Getúlio Vargas colocou o Brasil em posição de dependência e apoio aos Estados Unidos, logo chegaram aqui não apenas produtos americanos, inclusive os instrumentos do rádio, mas perpetuaram os modelos de vida americana, autopromoção disseminados pelo presidente nos programas de rádio.

O Estado Novo constituiu-se, também, em um período histórico de grande importância para a consolidação da radiodifusão. Regulamentada entre 1931-1934, para atuar nos padrões comerciais estabelecidos nos Estados Unidos, recebeu enorme impulso das agências de publicidade americanas e tornou-se um aliado dependente do sistema industrial e comercial da economia (JAMBEIRO, 2006, p. 106)

A política Estado-novista foi marcada pelo desenvolvimento dos setores econômicos e sociais. Com o crescimento da industrialização e do prestígio do presidente da República, por meio de propaganda comercial e do regime. Disseminaram-se mais estações de rádio e fecharam outras, como: a Rádio Sociedade que não conseguiu se desenvolver frente à esta nova cultura da radiodifusão. Emissoras como: a Rádio Nacional (1936) e Rádio Mauá foram oficializadas pelo governo, que organizou as suas programações de entretenimento à disposição do Estado e do patrocínio de produtos industriais (JAMBEIRO, 2006, p. 106).

A Rádio Nacional (PRE-8) foi criada pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande. A Companhia recebeu do *Jornal a Noite* os imóveis, máquinas e instalações como pagamento de uma dívida. Essa empresa também era responsável pela revista *A Noite ilustrada, Carioca e Vamos ler* após o pagamento o grupo investiu na radiodifusão, com a criação da Rádio Nacional em 1929, que só iniciou suas atividades em 1936, quando conseguiu um transmissor potente.

*A Nacional: uma fábrica de astros e estrelas.* Em 12 de setembro de 1936, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro fez a sua primeira transmissão oficial. A Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional pertencia ao mesmo grupo jornalístico que editava o jornal *A Noite* e as revistas *Carioca, A Noite ilustrada* e *Vamos Ler*, dono também da *S.A. Rio editora*, que desde 1931 integravam os empreendimentos, no Brasil, do capitalista norte-americano Percival Farguhar. O empresário também atuava na área de transporte ferroviário (Madeira-Mamoré), minério e fornecimento de energia elétrica (CALABRE, 2004, p. 30-31, grifos do autor).

Destinada a oferecer informação, cultura e civismo a Rádio Nacional se manteve como parte dessa empresa até 1940, após Getúlio Vargas regulamentar o decreto de lei nº 2.073, como empresas do patrimônio do Estado. Assim, a Rádio Nacional e as outras ações do antigo grupo ficaram sobre a guarda do governo da República, que instituiu Gilberto de Andrade para seu diretor. A emissora voltou sua programação para a disseminação dos atos do governo

federal. Transformando Getúlio Vargas no pai da nação. Com a mesma pretensão, em 1938 o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), criou a *Hora do Brasil* transmitida diariamente por uma hora em todas as emissoras, substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que foi encarregado de organizar a programação da Hora do Brasil. O regime totalitário<sup>27</sup> tornava o Estado cada vez mais popular.

O Estado Novo foi o primeiro governo do Brasil a se preocupar de maneira sistemática com a autopromoção. Enquanto nos governos anteriores a propaganda política era feita através das adesões e das pressões exercidas sobre líderes políticos, jornais e associações da sociedade civil, o Estado Novo fez da publicidade dos seus feitos uma atividade institucional, além de legal, econômica e policial. O controle dos meios de comunicação aliado a um esquema de disseminação da ideologia estado-novista, realizada através da propaganda institucional e do sistema de educação, implantado nas escolas públicas do país, se constituíram em elementos fundamentais para a manutenção do regime, por oito anos. Para fabricar e consolidar a imagem de Getúlio Vargas, o governo utilizou-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Ministério da Educação (JAMBEIRO, 2006, p. 107-108).

Como Departamento de divulgação das estratégias do governo, essas ações visavam o controle e a produção de uma imagem do Estado, que valorizava as medidas trabalhistas implementadas, forjando a imagem da política popular. Desta forma, toda e qualquer forma de reflexão crítica sobre os acontecimentos do país, que eram expressos pelas programações do rádio, pela música, filmes e periódicos foram excluídas pela censura que fora instituída. O regime totalitário ganhava mais uma rádio com atuação muito próxima a Rádio Nacional. Em 1944, a Rádio Mauá antiga Rádio Ipanema passando a divulgar a campanha getulista (JAMBEIRO, 2006).

Segundo Oliveira (2001, p. 47), vários intelectuais estavam relacionados aos órgãos de cultura durante o Estado Novo (1937-1945), a exemplo de Carlos Drummond de Andrade, Oliveira Viana, Roquette-Pinto, Cândido Mota Filho. Esses e outros estavam associados ao Ministério da Educação, Departamento de Imprensa e Propaganda, Instituto Nacional de Cinema Educativo e Serviço Patrimônio e Histórico Artístico. Nessa época, a intelectualidade estava voltada para as questões de unificação do país, na qual a busca pela construção de uma identidade nacional a brasileira, ou seja, pela imersão na cultura do país, favoreceu a criação dessas e de outras instituições de cunho educativo e cultural (FREITAS, 2001).

---

<sup>27</sup> O regime totalitário no Brasil foi imposto com golpe de 1937 do Estado Novo (1937-1945). Cujo sistema político ficou a cargo da autoridade absoluta de Getúlio Vargas no controle social e político do país (JAMBEIRO, 2006).

O novo regime instaurado em 1937, como já mencionamos, procura se apresentar na pena de seus intelectuais como ‘novo’ e ‘nacional’. É novo, na medida em que procura modernizar o país. É novo, porque, pela primeira vez, se apresenta voltado para as verdadeiras raízes da nacionalidade. Ao se implantar um novo regime autoritário, recusamos os modelos liberais importados e deixamos de imitar outras sociedades e culturas (OLIVEIRA, 2001, p.47).

Para Le Goff, o novo assume a conotação de começo, partida, nascimento. “Mais do que uma ruptura com o passado, ‘novo’ significa esquecimento, uma ausência de passado” (1990, p. 173). Nessa ruptura com os acontecimentos a priori, o Estado Novo se instalou e com ele a manipulação de uma memória, de um modo de viver e pensar, promovidos pelos departamentos de propaganda. Como a atuação controladora do Departamento de Difusão e Propaganda (1939) nos meios de comunicação. A rádio sofreu com a censura, controle, e censor de programação. Contudo, a Rádio Nacional foi considerada a grande porta voz do Estado Novo, se transformou em uma das emissoras mais importantes do mundo. Com apoio e verba federal, a Rádio Nacional contava com os grandes artistas da época, entre eles: Emilinha Borba, Francisco Alves, Orlando Silva, Zezé Fonseca, Iara Sales, entre outros que fizeram parte das programações musicais e das radionovelas. A primeira, *Em busca da felicidade*, foi transmitida por essa emissora no ano de 1941, no mesmo ano o noticiário *Repórter Esso* ganhou o público.

A Nacional permaneceu, reconhecidamente, como a emissora de maior penetração e audiência por todo o país na era de ouro do rádio; pelos índices de popularidade e eficiência financeira atingidos, tornou-se em especial no período compreendido entre 1945 e 1955, uma espécie de modelo que foi seguido pelas demais rádios em todo o país. Seu estilo de programação servia de base para a organização das concorrentes, até mesmo quando tentavam atrair a faixa de público que não se interessava pelos programas da Rádio Nacional (CALABRE, 2004, p. 32).

A Rádio Nacional se tornou um modelo de programação ideal. Com musicais, dramaturgia, jornalismo e variedades reuniu um grupo de profissionais das diversas áreas. A linguagem simples era propagada nas radionovelas e nas demais atividades conseguindo levar aos mais distantes lugares valores morais e éticos. O *Repórter Esso*, por exemplo, foi considerado um dos pioneiros jornalísticos de rádio e televisivos. Com início em 1941 e término em 1968, o *Repórter Esso* teve destaque no período ditatorial do Estado Novo, momento de intensa censura do DIP sobre as divulgações da imprensa. Segundo Calabre (2004), esse programa era uma forma de desviar o ouvinte dos pensamentos democráticos para os ideais da política nacional.

Durante o Estado Novo o governo se propôs a ampliar a sua rede midiática. Ao angariar alguns meios de comunicação como patrimônio da União, a exemplo, da Rádio Nacional PRE-8, jornais *A Manhã*, *A Noite* e a revista *A Cultura Política* (OLIVEIRA, 2001), colocou em exercício esse objetivo e transformou esse grupo no porta voz do Estado.

Em 1940 a Rádio Nacional foi estatizada, mas manteve o direito de continuar veiculando anúncios (Decreto de lei nº. 21. 111 de 1932). O Brasil nessa época, adotou o modelo de radiodifusão norte-americano e passou a distribuir concessões de canais a particulares. As emissoras, que até então funcionavam mais como associações ou clubes de ouvintes, passaram a veicular propaganda, o que as transformava em negócio. E assim a Rádio Nacional se tornou líder de audiência, somando investimento de verbas governamentais à receita publicitária (OLIVEIRA, 2001, p. 51).

A radiodifusão tornava-se um grande agente da publicidade nacional e internacional. Com distribuição de cotas e concessões aos canais privados, chegou ao Brasil em 1941 empresas publicitárias americanas: J. W. Thompson e McCann-Erickson que ampliaram a divulgação de produtos por meio da rádio. Essas mudanças transformaram a radiofonia em empresas de vendas, tornando a propaganda dos produtos diversos ao final de cada programação uma constante.

No entanto, as considerações de Oliveira (2001) e Jambeiro (2004), relativizaram os embates políticos ideológicos da atuação do DIP. Em contrapartida Rangel (1997), nos chama atenção para a seguinte questão:

Se o DIP abarcou todo edifício histórico social através de sua doutrina, como explicar no mesmo momento histórico estadonovista, a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde em 1936, e regulamentado em 1943, tendo como diretor um intelectual educador afinado com os princípios liberais cunhados na sociedade e cultura norte-americanas? (RANGEL, 1997, p. 262).

Podemos perceber em Rangel (1997), que existiu certo controle do Estado quanto a censura e manipulação da sociedade, porém, os embates políticos ideológicos entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação e Saúde pela jurisdição do Serviço de Radiodifusão Educativa, demonstraram que o domínio do Estado não era absoluto. Em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa e, o Instituto Nacional de Cinema foi institucionalizado no âmbito do ministério. Isso significou certa autonomia quanto a ambos os serviços, que puderam dar início as suas atividades. Porém, as atividades do Serviço de Radiodifusão Educativa não ocorreram de forma linear, pelo monopólio de poder que a política getulista

queria fortalecer, Francisco Campos tanto na sua passagem pelo Ministério da Educação quanto na Justiça intencionava transformar o Serviço de Radiodifusão Educativa em uma agência nacional reguladora da radiodifusão em benefício do Estado.

Em 1938, Gustavo Capanema argumentou ao presidente Getúlio Vargas uma série de motivos a fim de demonstrar a causa educativa deste, Capanema (2000) afirmou que:

A radiodifusão escolar [...] é matéria diferente e separada da radiodifusão, meio de publicidade e propaganda [...]. É preciso introduzir o rádio em todas as escolas --- primárias, secundárias, profissionais, superiores, noturnas e diurnas --- e estabelecer através deste poderoso instrumento de difusão uma certa comunhão espiritual entre os estabelecimentos de ensino. O rádio será o único meio de se fazer esta comunhão de espírito, pois, [...] tudo concorre a separar e isolar as nossas escolas, que são aqui e ali colmeias autônomas, cada qual com uma mentalidade e todas distantes do sentido que nós cá do centro desejamos imprimir-lhes. [...] A hipótese de se transferir esta estação para o Ministério da Justiça não me parece conveniente. Antes do mais porque este ministério não precisa dele. O Ministério da Justiça precisa, sim, de todas as estações radiodifusoras existentes no país, durante o dia e durante a noite. Deve ser fixado em lei o tempo que as estações deverão dar à difusão do departamento de Propaganda, tempo este a ser utilizado parceladamente nos intervalos das irradiações musicais, de tal modo que todos sejam forçados a ouvir os textos mandados pelo governo, do mesmo modo que ouvem os anúncios comerciais [...]. Se, porém, o Ministério da Justiça passar a usar uma determinada estação dia e noite para sua obra de propaganda, o resultado será fatalmente o seguinte: tal estação não terá nenhum público, pois, todo mundo, mesmo os amigos do governo, ligará o aparelho para as outras estações (CAPANEMA, *apud* SCHWARTZMAN, 2000, p. 106-107).

Tratava-se de dois projetos em disputa: um na ordem do Ministério da Justiça defendia o controle dos meios de comunicação sem distinção entre os fins de publicidade comercial e educativo, defendido por Francisco Campos. Por outro lado, ganhava força o Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema com a resistência desse ministério em ceder o rádio e o cinema educativo para o Departamento de Imprensa e Propaganda do Ministério da Justiça.

Após a extensa defesa de Gustavo Capanema, com o presidente da República Getúlio Vargas, a respeito do caráter educativo do Serviço da Radiodifusão educativa, ficou a cargo do Ministério da Educação e Saúde, mas, ainda passava por problemas, quanto sua regulamentação que se prolongou após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda DIP (1939), que continha em suas atribuições o papel de gerir a radiodifusão, o cinema e o teatro.

Nesse sentido, a construção de um ideal de nacionalidade brasileira se constituiu por diferentes frentes, de ordem católica, moderna e regionalista como, ressaltou Oliveira (2001). Essa diversidade de ideais presentes nos órgãos do Estado Novo causava a divergência entre as atribuições do Serviço de Radiodifusão Educativo. Segundo Schwartzman (2000), a criação

do Departamento da Imprensa e Propaganda DIP, sob o decreto de lei nº 5.077 de 1939 delegou a Divisão da Radiodifusão novas divergências entre a jurisdição do Serviço de Radiodifusão Educativa. Para Oliveira (2001),

O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939, estava diretamente ligado à Presidência da República – ao contrário de seus antecessores, subordinados ao Ministério da Justiça --, o que revela o lado centralizador do governo. Cabia ao DIP coordenar, orientar, e centralizar a propaganda interna e externa; fazer censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, e conferências; dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo (OLIVEIRA 2001, p.49).

Com o desenvolvimento do governo centralizador, o ideal do Serviço de Radiodifusão estava ameaçado, pela função publicitária que o Departamento de Imprensa e Propaganda objetivava instituir. Pois, quando o ministro Gustavo Capanema aceitou a doação da Rádio Sociedade, afirmou as condições de Roquette-Pinto ao determinar os fins exclusivamente educativos dessa rádio.

Os embates travados pela jurisdição do Serviço de Radiodifusão Educativa foram constantes, impossibilitando o início das suas atividades. De acordo com Oliveira (2001, p. 51), “Os meios de comunicação de massa, rádio e imprensa, abriam possibilidades de contato com o povo até então inimagináveis, sendo por isso mesmo considerados arenas de necessário controle e constante fiscalização”. Assim, a rádio configurou-se como importante meio de aproximação do Estado com o povo, por isso o Departamento de Imprensa e Propaganda ambicionava controlar todas as formas de rádio.

Por outro lado, Schwartzman (2001) ressalta que na defesa do rádio e do cinema educativos, Roquette-Pinto, em 1942, apresentou argumentação descritiva das diferenças entre os meios de comunicação educativos e comerciais e conseguiu uma interrupção na disputa com o Departamento de Imprensa e Propaganda, pela radiodifusão e cinema educativo. Roquette-Pinto enviou ao Ministro Gustavo Capanema, a seguinte constatação:

No Brasil o INCE, exclusivamente consagrado ao cinema educativo, em nada pode perturbar quaisquer planos ministeriais de propaganda. Ao contrário, tem cooperado com o DIP. O material, oficinas e laboratórios necessários ao DIP não se acham representados no INCE senão em proporção mínima. O DIP precisa de aparelhagem cinematográfica *standard* – 35mm, e o INCE trabalha especialmente com o filme *substandard* – 16mm (ROQUETTE-PINTO *apud* SCHWARTZMAN, 2001, p. 107).

O diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo Roquette-Pinto junto ao ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, recorreram ao presidente da República Getúlio Vargas por meio de cartas, a organização dos serviços de rádio e cinema educativos pelo Ministério da Educação e Saúde. Enquanto as estações comerciais ficariam a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda. As pesquisas de Schwartzman (2000) demonstram que a partir dessa arguição do Ministério da Educação e Saúde, foi concedido ao Serviço de Radiodifusão Educativa, o início das duas atividades pela jurisdição desse ministério.

A partir de 1943, o Serviço de Radiodifusão Educativa teve o seu primeiro diretor, Fernando Tude de Souza, por indicação de Roquette-Pinto. No capítulo a seguir discorreremos sobre os embates travados entre os Ministérios da Justiça e da Educação e Saúde em torno do Serviço e da sua emissora Rádio Ministério da Educação, o funcionamento e obra de Fernando Tude de Souza na gestão do SRE. Com base nesses aspectos tecemos os fios desta trama.

### 3 PARA ALÉM DA ESCOLA: A EDUCAÇÃO VIA RÁDIO

#### 3.1 Pela unidade nacional: O Serviço de Radiodifusão Educativa e a Educação Rural na PRA-2

O projeto de educação pelo rádio a que Edgard Roquette-Pinto tinha como intenção procurar reconhecer no valor da ciência, da literatura e da arte as chaves interpretativas das adversidades culturais, políticas e sociais do país. Nesse sentido, o projeto roquettiano de educação pelo rádio repousava na missão de recuperar as vozes perdidas do homem do sertão e do agreste, promovendo não só um trabalho de conversão de almas e espíritos em favor da idéia do progresso civilizatório, como também e, sobretudo, a defesa do território nacional (RANGEL, 2002, p. 6).

O projeto idealizado por Roquette-Pinto concebia o rádio como um instrumento educativo, a fim de irradiar as ciências, as artes, a higiene e a moral, integrando os diferentes povos pela educação. Com base nacionalista, ele compreendia que o rádio era o caminho para educar a todos. Assim, o Serviço de Radiodifusão Educativa criado pelo decreto de lei nº 378/1937 no artigo 50 definia: “Fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo”. Com esta legislação todas as emissoras de rádio ficariam obrigadas a transmitir textos educativos por dez minutos diários:

Parágrafo único. Uma vez organizado o Serviço de Radiodifusão Educativa, ficam as estações rádio difusoras, que funcionem em todo o País, obrigadas a transmitir, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcelados, textos educativos, elaborados pelo Ministério da educação e Saúde, sendo pelo menos metade do tempo de irradiação noturna (BRASIL, Decreto de lei n. 378, 1937).

Por outro lado, enquanto o Serviço não recebia o seu primeiro diretor, Fernando Tude de Souza, suas atribuições ficaram restritas à irradiação de atos oficiais. O Serviço viveu precariamente até 1943, com apoio de Roquette-Pinto no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), porém, sofreu alterações durante esse período de incorporação, com início em 1937 e final em 1943.

O Serviço até 1941 teve baixa concentração de atividades, contava apenas com um número de seis funcionários, 1400 discos e não tinha verbas para e manter o modelo de rádio educativa praticada pela antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A precariedade do Serviço de Radiodifusão Educativo perdurou até meados do ano de 1942, quando a emissora PRA-2

recebeu novo transmissor de 25kws. Entretanto, isso não impediu que o Serviço transmitisse suas programações, como afirmou Salgado: “A emissora era forçada a transmitir solenidades oficiais, muitas vezes impróprias a uma irradiação, o que contribuiu sobre maneira para que os ouvintes se desabituassem a sintonizá-la (Figuram nos livros das emissoras transmissões de conferências que duravam duas, três, e por vezes quase quatro horas!)” (SALGADO, 1946, p. 72)<sup>28</sup>.

Afirma Costa (2012), que as pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) constataram que a Rádio Ministério da Educação e a Rádio Difusora da Prefeitura (antiga Rádio Municipal) tiveram menor audiência até 1944. O do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) media a audiência das estações e programas de rádio através de dados coletados inicialmente por perguntas aos ouvintes sobre o que ouviam no momento da visita, tendo em vista que só esse método não era capaz de saber realmente a opinião pública, o IBOPE passou a questionar os ouvintes perguntando qual estação tinham ouvido no dia anterior à visita do IBOPE.

Conforme Capelato, (2012, p. 112-113) o governo de Vargas nos anos de 1930 a 1940 foi dividido em duas fases. A primeira de 1930 a 1937 foi marcada pelo processo de instalação, no qual o governo se mantinha instável tentando formar inúmeros projetos e lei. Como a lei n. 378 de 1937, com a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa. O segundo de 1937 a 1945 compreende-se a intensa atividade do Estado Novo, com a consolidação desse regime embasado por políticas e leis. A autora propõe também a divisão do segundo período do Estado Novo, para ela de 1937 a 1942 aconteceram as reformas mais importantes: do Ministério da Educação e Saúde em 1937 e, a do ensino secundário em 1942. Entre 1942 e 1945, a entrada do Brasil na Segunda Guerra foi determinante para a mudança de perspectiva do governo, que direcionou sua atenção para os trabalhadores, tencionado a desenvolver o país nos setores de comércio e indústria. Interessante perceber que os diferentes tempos do Estado Novo implicaram na criação e funcionamento do Serviço de Radiodifusão Educativa (CAPELATO, 2012, p. 113).

Pode-se dizer que em 1937, quando o Ministério da Educação e Saúde determinou em lei a criação de um Serviço estritamente educativo nos leva a perceber um Estado mais sólido que já instituía um novo formato de regime. Entretanto, a dificuldade do Serviço de Radiodifusão Educativa para transformar-se em estação de educação e cultura demonstrou a contradição do cenário político na incorporação do projeto de rádio levantado por Roquete-

---

<sup>28</sup> Isso porque como abordamos no capítulo anterior o período de 1937 a 1942 ocorreu intenso movimento de divergências entre a concepção de rádio educativa a ser utilizada no Serviço de Radiodifusão Educativa.

Pinto. Assim, como uma emissora que foi doada com a condição de ter finalidade especificamente educativa passou cinco anos brigando para ser organizada pelo Ministério da Educação e Saúde?

Apesar do aceite de Gustavo Capanema para a criação deste Serviço estritamente educativo no Ministério da Educação e Saúde, essa justificativa não foi compreendida de forma fácil pelos demais ministérios. Como aborda Capelato (2012) durante o Estado Novo, principalmente entre os anos de 1937 a 1945 houve um intenso controle político que gerou autoritarismo, perseguição de intelectuais e, contenção das atividades sociais e culturais.

O período se caracterizou também pelas significativas mudanças promovidas pelo governo. Elas ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas públicas e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas. Além disso, a conjuntura internacional, marcada por acontecimentos extremamente importantes, que culminaram com a eclosão da Segunda Guerra, obrigaram o país a redimensionar suas relações internacionais e assumir posições que se definiam a partir do complexo jogo militar e diplomático. Portanto a conjuntura externa também ajuda a explicar as mudanças ocorridas no Estado Novo, desde sua ascensão até a queda (CAPELATO, 2012, p.113).

Tais mudanças interferiram na execução do Serviço de Radiodifusão Educativa, ocasionado pelo posicionamento contraditório do governo nos anos de 1937 a 1942. Após anos de disputas o Serviço de Radiodifusão Educativa iniciou-se efetivamente em 1943, período destacado por Capelato (2012) como o segundo momento do Estado Novo. Entre os anos de 1942 a 1945 que se refere ao momento de tomada de decisão do governo na manutenção do Estado centralizador, por meio das mídias e tecnologias da época propagava as intenções e os feitos do governo ditador e, controlava informações e movimentos contrários ao seu poder.

O Ministério de Gustavo Capanema favoreceu um ambiente propício à inserção de projetos de cultura e de educação ofertado pelo Estado. Segundo Capelato (2012, p. 118) a inserção de atividades artísticas e culturais foi incorporada no Ministério da Educação atendendo as expectativas do governo Vargas. Este acreditava em uma política de intervenção estatal na cultura do país, para manter a ordem. Como forma de controle, houve intensa produção e valorização das obras que estavam ao seu favor e, desvalorização e censura aos órgãos em oposição a divulgação do seu regime. O Serviço de Radiodifusão Educativa após 1942 caminhou adversamente à divulgação política do governo Vargas, transmitindo um leque de programações educativas sem qualquer menção política. O principal

objetivo do Estado Novo era o progresso, para isso o governo utilizou os meios de comunicação para a divulgação de auto-propaganda política.

Os meios de comunicação, cercados na liberdade de expressão, ficaram impedidos pela censura de externar suas opiniões, bem como de expressar as opiniões alheias contrárias ao regime. Os órgãos opositores foram silenciados e os adeptos do regime tiveram como missão enaltecer os atos do governo e divulgar a ideologia que o norteava. Neste período muitos veículos de comunicação acabaram aderindo ao poder para continuar usufruindo de suas benesses; aos que não dobraram ficaram à mercê do controle da censura. Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso (CAPELATO, 2012, p. 118).

Diferentemente de outras rádios do governo como: a Rádio Nacional e Rádio Mauá. O Serviço de Radiodifusão Educativa por não divulgar os feitos de Getúlio Vargas e qualquer outra propagação política ou comercial enfrentou problemas econômicos para se manter. Apesar disso, os técnicos da rádio que continuaram o projeto de educação iniciado por Roquette-Pinto na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, na emissora do Serviço de Radiodifusão Educativa: a PRA-2, conseguiram ainda que de forma mínima manter alguma clientela. Conforme Salgado (1946, p. 73), para saber a quantidade de ouvintes sincronizados com a rádio bastava quantificar o número de cartas recebidas. Segundo ele, em 1940 a emissora recebeu cerca de 209 cartas no ano, enquanto outras emissoras mais populares recebiam milhares por mês. Entretanto, Salgado constatou que o sucesso de uma rádio não estava somente no número expressivo de correspondências, pois, a maioria delas fazia pedidos de autógrafos, fotografias e lembrancinhas de fãs.

Outro aspecto a ser considerado consiste nos resultados das pesquisas do IBOPE, que afirmou a baixa audiência da Rádio Ministério da Educação e Saúde. Porém, havia ressalvas para a metodologia aplicada pelo IBOPE. Segundo Costa (2012, p. 247), apesar deste tipo de fonte ter sido um grande avanço para a época era insuficiente para definir com certeza qual era a estação mais ouvida, visto que o horário que o rádio estava ligado nas casas variava de acordo com as atividades exercidas pelos ouvintes. A autora notou que durante o dia, as mulheres ouviam mais as programações o que justificava existência de programas domésticos destinados ao público feminino nas manhãs, tarde. A maior frequência era do gênero masculino que provavelmente após sair do trabalho ouviam o rádio à noite, entretanto, a audiência entre as crianças era baixa o dia inteiro. Logo, as medidas do IBOPE ainda estavam em período experimental, uma vez iniciadas em São Paulo no ano de 1942 chegando ao Rio de Janeiro em 1943, carecia de maior investimento na formação de técnicos e metodologia do trabalho estatístico.

Gustavo Capanema (1934-1945) demonstrava-se solícito quanto a ampliação do Serviço de Radiodifusão Educativa. Em relato ao presidente da República ressaltou a necessidade de construir uma sede própria para o Serviço, já que estava adaptada em casa alugada, localizada na Penha. Após o aceite do presidente transferiu-se para o prédio próprio no centro do Rio de Janeiro, com estúdio de referência no Brasil. Em relatório de 1938, ao presidente Getúlio Vargas o ministro Gustavo Capanema pediu a extensão do rádio para 25kws, a fim de edificar o plano de educação via rádio que possibilitasse integração entre as escolas, povos e o Estado.

Com objetivo de disseminar educação e cultura o ministro Gustavo Capanema presumiu no projeto de 1938 a expansão de estações rádio difusoras em todo território nacional. Segundo Salgado (1946), se o Serviço de Radiodifusão Educativa seguisse o projeto do Serviço Nacional de Radiodifusão Escolar, os resultados seriam positivos. Assim, no artigo segundo desse serviço foi ressaltado que:

Art 2º Compete ao Serviço Nacional de Radiodifusão Escolar:

- a) Organizar pesquisas metódicas no domínio da pedagogia de radiodifusão escolar;
- b) Recolher os resultados das experiências pedagógicas de radiodifusão;
- c) Divulgar esclarecimentos e orientações relativas à radiodifusão escolar;
- d) Funcionar como centro nacional de radiodifusão escolar pela sistemática vinculação das escolas em horários pré estabelecidos, com suas estações radiodifusoras;
- e) Organizar e irradiar os programas das emissões educativas escolares por todo o país;
- f) Preparar e editar um boletim quinzenal que divulgue os programas das emissões educativas escolares a serem executados (CAPANEMA *apud* SALGADO, 1946, p. 74).

Esse artigo demonstrava a intenção do ministro Gustavo Capanema na utilização do rádio como instrumento educativo nas escolas e na cultura popular. Diante das pesquisas de Salgado (1946), pode-se constatar que até o ano de 1943, foram criados outros serviços nesta ordem. O exemplo da notificação da professora Lúcia Magalhães no diário oficial de 1939, que comunicou a inauguração do Serviço de Radiodifusão Cultural divulgado na emissora PRA-2 do Ministério da Educação e Saúde. Estação subordinada ao Serviço de Radiodifusão Educativa dirigida por Fernando Tude de Souza, em 1943. Compreende-se, dessa forma, que houve várias tentativas similares incorporadas ao Serviço de Radiodifusão Educativa a partir de 1943.

O Serviço Nacional de Radiodifusão Escolar e o Serviço de Radiodifusão Cultural atuavam em conjunto com o Serviço de Radiodifusão Educativa. Ambos tratavam de programas educativos para o ensino secundário vinculado às escolas, com transmissões

destinadas a assuntos escolares e da cultura popular. O Serviço de Radiodifusão Cultural tinha em seus propósitos a propagação de peças teatrais para os jovens, exibição dos atos governamentais, divulgação dos trabalhos escolares e torneios intercolegiais, porém, devido à falta de verba para instalação e manutenção de aparelhagem adequada, os mesmos não foram desenvolvidos.

Em 1941, o relatório de Serviço de Radiodifusão Educativa indicava que tais programações como outras destinadas à educação e cultura faziam parte das intenções do S.R.E. Por acreditar na potência de uma rádio que investia na formação do seu povo, estimulou a criação de projetos artísticos e conceituais para aprimorar o conhecimento da população, por meio de palestras, 'boa música', teatro, aulas, palestras de literatura e das ciências (SALGADO, 1946).

Em 1942, o S.R.E sofreu grandes alterações. Instalado num prédio magnífico (Praça da República, 141A \_\_Rio de Janeiro) continuou a transmitir com a velha emissora Maconi de 1924, ansioso por inaugurar a instalação de 25 kws. Mas, a Rádio Nacional (PRE8), tendo que reformar sua emissora, pediu e obteve emprestado o novo transmissor da PRA2 e com ele funcionou durante seis meses, num total de 2.260, 42 horas. A PRA2 ficaram reservadas somente 2, 30 por dia (SALGADO, 1946, p. 76).

A PRA-2 do Serviço de Radiodifusão Educativa teve sua transmissão reduzida, com duas horas diárias. Esse fator foi decisivo para justificar a baixa frequência da emissora que no ano de 1942 caiu 70% do seu prestígio com o público. No final de 1942, o equipamento foi devolvido, mas, a estação por carência de funcionários não conseguiu se restabelecer. Foi em 1943 que o Serviço de Radiodifusão Educativa conseguiu utilizar os potentes equipamentos, pelo decreto de lei nº. 11.491/43 que aprovou o regimento do Serviço, logo depois, o baiano Fernando Tude de Souza foi nomeado como primeiro diretor. De acordo com Salgado, no regimento do Serviço estavam as seguintes finalidades:

O Serviço de Radiodifusão Educativa (S.R.E.) órgão subordinado diretamente ao Ministro de Educação e Saúde, tem por finalidade orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino, promover, permanentemente, a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo e informar e esclarecer quanto à política de educação do país (SALGADO, 1946, p. 77).

O primeiro ano da direção de Fernando Tude de Souza foi de intenso trabalho. Buscou a ampliação do Serviço de Radiodifusão Educativa, promovendo mais programações científicas e culturais que tinham como função não apenas transmitir o conhecimento, mas, em sua base constituinte constava a ambição de nacionalização e

integração do povo via rádio. De acordo com Souza (1946), o desenvolvimento do Serviço de Radiodifusão Educativa no ano de 1943-1944 foi de grande notoriedade. Obtendo aumento do orçamento com acréscimo de novecentos e onze mil cruzeiros, dispôs de maior número de servidores, investimento em obras para aprimorar técnica radiofônica, estúdios e espaço de rádio teatro adaptado às tecnologias mais modernas da época, técnicos para a gravação de discos, grupo de professores e discoteca educativa com 1.325 discos (SOUZA *apud* SALGADO, 1946, p. 79).

Além disso, a PRA-2 desenvolveu suas finalidades quer por meio de noticiários educativos, quer irradiando quase todas as solenidades oficiais de cunho nemiamente educativo, ou, ainda facilitando a iniciativa educacional de quantos se lhe dirigem, como se deu com a Divisão de Educação Extra Escolar (Concertos para a juventude) ou com a Caixa Econômica Federal (Programa dos Novos) (SOUZA *apud* SALGADO, 1946, p. 80).

Nesse sentido, a PRA-2 não foi apenas uma emissora a serviço do Estado, pois, esteve voltada à causa educacional na formação do Brasil e dos muitos brasis que conviviam e convergiam. Embora o Serviço de Radiodifusão Educativa tivesse propósito para a educação de forma geral, também atendeu de forma específica aos conhecimentos destinados às zonas rurais, bem como assuntos femininos e infanto-juvenis. O Serviço contou com uma programação diversa que combinava ensino, cultura e ciência, que buscou integrar não apenas assuntos escolares, mas, ofereceu dramatizações, trabalho doméstico e agrícola e saúde, destinado às crianças, jovens e adultos. Com objetivo de assumir um papel importante na formação da mentalidade do povo. As transmissões davam oportunidade de integrar as distantes regiões do país, oportunizando o acesso à educação as populações marcadas pelo abandono.

Quadro 5 - Programação do Serviço de Radiodifusão Educativa

Programação Geral	Aulas Português, Francês Espanhol Ciências História Geografia	Cursos Matemática, Italiano Latim Palestras	Cultura Novelas seriadas Dramatizações Artes Concertos Musicais	Aos professores Cursos Palestras
Específica Rural	Conselho doméstico Trabalho agrícola	Puericultura	Literatura	

Fonte: Quadro construído a partir da Programação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SOUZA, s/d).

A programação da Rádio Ministério da Educação PRA-2 foi dividida em três blocos. O primeiro com as disciplinas escolares Português, Matemática, Ciências, Literatura e Geografia e História. O segundo, para a zona rural, com aulas sobre trabalho agrícola, conselho doméstico, puericultura e literatura. E o terceiro para debates, conferências e musicais. Pode-se constatar o conceito de currículo na própria rádio voltado para as ciências em geral e a ciência aplicada, sobretudo a prática. Com transmissão diária dos cursos, atividades culturais e artísticas atendiam ao público de forma geral.

Os cursos ministrados no Serviço de Radiodifusão Educativa foram planejados estrategicamente para maior alcance do projeto integrador. A música, literatura nacional brasileira, palestras, trabalho agrícola, história, entre outros cursos tinham sentidos específicos para o público que almejaram chegar. Para Espinheira (1934), existia uma metodologia para aplicação da radiodifusão escolar; o ensino da música, por exemplo, tinha a função de ensinar a apreciação de obras dos grandes mestres da música clássica, do canto lírico, gosto e prática de concertos, composição de letras, canto em coro; Literatura nacional e estrangeira: gosto pela leitura, evolução do gênero literário, influência estrangeira na formação da literatura brasileira, interpretação, dramatização, debates, enriquecimento do vocabulário; História: ilustração em linhas gerais dos fatos históricos, conhecer a civilização; Geografia: narrativas de viagens, despertar o interesse pela cultura de outros povos; Ciências: invenções e descobertas; Ciências naturais: estudo da natureza, biologia e higiene. Matemática: ensino da

aritmética e geometria. Agricultura e Horticultura: iniciar ou despertar o gosto pela vida no campo.

Agricultura e horticultura: Estas palestras, destinadas principalmente aos alunos das escolas rurais, terão por fim inicia-los ou interessa-los na vida do campo, e de prendê-los a ele. Elas versarão especialmente sobre a cultura das flores, das arvores frutíferas, a vida dos pássaros e das plantas, etc., sobre as aplicações práticas que se podem fazer de certos dados científicos na exploração das fazendas. Estas transmissões deverão ser principalmente locais e muito cuidadosamente adaptadas ao clima, á terra, as culturas especiais de cada região (ESPINHEIRA, 1934, p. 55).

As aulas de Língua Portuguesa, Francês, Espanhol, Literatura, Ciências, História e Matemática, Geografia, e Agricultura eram consideradas básicas para a formação do ouvinte pelo rádio escolar e educativo. Essas disciplinas tinham um objetivo em comum: integrar os distintos brasis formando um único país. Ao modernizar e urbanizar, a mentalidade do homem rural, como forma de homogeneizar da população.

A partir da década de 1930 o pensamento de modernidade toma outra proporção. Na medida em que o conceito de novo entra no cenário político com o Estado Novo (1937-1945), e intelectual no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932). Essas mudanças no contexto político e no pensamento educacional da época trouxeram a ideia do novo, um novo Estado e uma educação nova para uma sociedade que se remodelava. Nesse tocante, o crescimento do rádio se transformou como grande avanço tecnológico nacional durante as décadas de 1930 e 1940. O rádio educativo se corporificou no Serviço de Radiodifusão Educativa (1943-1951), e o primeiro canal de televisão do país surgia em 1950 com a *TV Tupi*.

Embora o rádio educativo não tivesse o objetivo de ocupar o lugar da escola na formação do homem, teve como interesse ofertar informação e conhecimento possibilitando acesso à educação para aqueles que chegavam ou não na escola. A criação e execução do projeto de nação por meio do Serviço da Radiodifusão Educativa revelou uma nova forma de pensar a educação brasileira, admitindo que a integração entre a diversidade territorial e cultural do Brasil deveria ser feita com a escola e seus instrumentos educativos.

O rádio assumiu papel fundamental na disseminação do saber. Logo, a implantação Serviço de Radiodifusão Educativa em 1943 contribuiu significativamente para os avanços deste meio de comunicação. Conforme Fernando Tude de Souza este serviço,

A organização do Serviço data 7 de Setembro de 1936 nasceu de uma doação feita pelos fundadores da Radio Sociedade do Rio de Janeiro primeira estação de broadcasting existente no Brasil ao Ministério da Educação para que a estação que nasceu ao seio da Academia de Ciências do Brasil jamais de encarregasse de outra tarefa que não fosse a divulgação da ciência e da cultura. O Ministério aceitou a

doação e transformou uma modesta estação de 1 kw em uma moderna estação de 25 kwts munida da última palavra em técnica radiofônica, com estúdios perfeitos, com material de gravação, e demais aparelhagem acessaria a fazer tudo quanto pode fazer a radiodifusão. O Serviço da Radiodifusão Educativa do Brasil visa levar a educação e a cultura ao povo e contribuir, pelo fornecimento de bom rádio, elevar os padrões da radiodifusão em geral” (SOUZA, 1949, p. 9).

Durante seu período de instalação (1943-1951), o Serviço da Radiodifusão Educativo foi estruturado com uma seção de administração, uma sala técnica, uma sala de programação ou irradiação, uma biblioteca mais aproximadamente três mil livros, uma discoteca com cerca de doze mil discos, um estúdio de música de câmara, um de palestras e um sinfônico. Neste trabalhavam cerca de cinquenta e cinco funcionários entre eles: redatores, datilográficos, locutores entre outros que auxiliavam no desenvolvimento deste serviço do Ministério da Educação e Saúde (SOUZA, 1949). Tratava-se de um empreendimento que começou de forma simples, mas, que cresceu e tornou-se uma potência tecnológica da época. O rádio era capaz de alcançar milhões de pessoas ao mesmo tempo, o serviço contou com a mais moderna aparelhagem da América do Sul.

Compromisso travado com a educação e cultura, o Serviço da Radiodifusão Educativa manteve como ideal a formação intelectual e cultural. Fernando Tude de Souza dividiu a sua programação em: instrução e educação. No primeiro, eram transmitidas aulas, cursos; no segundo, irradiavam atividades de educação geral envolvendo música, palestras, entre outros. Porém, podemos perceber que já havia uma concepção curricular no Serviço para além de duas partes, como já mencionamos anteriormente.

Pode ser dividido num setor propriamente instrutivo que ministra cursos e outro de educação geral que, lançando mão de todos os adiantamentos de técnicos radiofônicos leva os programas construtivos até o povo. Nenhum programa é transmitido pelo Serviço que não tenha finalidade educativa e cultural bem definida. Todos os programas mesmo de carácter musical trazem explicações a divulgação bem equilibrados visando descobrir novos campos para os ouvintes e estimular-lhes o desafio de conhecer quem trás (SOUZA, 1949, p. 9).

Com forte investimento na divulgação de conhecimentos escolares e culturais, o Serviço contava com cursos de Português, História, Geografia, Matemática, italiano, Espanhol, Inglês, Francês de forma organizada, com distribuição de material para os alunos matriculados.

O Serviço mantém cursos das seguintes matérias, no momento: de português, inglês, francês, espanhol, história, geografia, literatura, tendo em planejamento cursos de italiano, latim, matemática. Os cursos são ministrados em conjunção com a distribuição de sumulas com exercícios para os alunos realizarem e

desenvolverem ao Serviço. Estão matriculados perto de três mil alunos (SOUZA, 1949, p. 9-10).

Diferentemente da posição de Baía Horta (1972), sobre o real funcionamento deste serviço ou sobre o questionamento da sua importância, já que não encontrou registros sobre uma recepção organizada. Através das cartas e palestras de Fernando Tude analisados nesta pesquisa notamos que houve uma tentativa de sistematizar o ensino dos cursos e aulas ofertadas na programação da Rádio Ministério da Educação. Assim, a recepção é a forma que a transmissão chegava ao ouvinte, poderia ser isolada ou organizada.

a) A recepção individual – o aluno, isoladamente, recebe as aulas emitidas. Neste caso a mensagem deve ser capaz de ser interpretada a medida que é recebida, para que o aluno seja estimulado a reagir diante da emissão. Neste caso o manual complementar do aluno se torna indispensável.

b) Recepção organizada – os alunos, reunidos com um monitor, instrutor ou professor, recebem a mensagem educativa. Neste caso, o monitor é a figura chave de todo o processo. Sua intervenção permite comprovar a compreensão, retificar erros de interpretação e insistir sobre as ideias fundamentais transmitidas. Para isto se faz necessário um treinamento especial do monitor para o trabalho (HORTA, 1972, p. 76).

Pode-se perceber nos relatos de Fernando Tude de Souza que este serviço operou com palestras e cursos organizados com envio de material para os alunos matriculados e exercícios após as programações. No entanto, a recepção era individual. Uma vez que os alunos matriculados e os que se interessavam nas aulas enviavam cartas à rádio requerendo respostas as suas dúvidas (HORTA, 1972, p. 93). O Serviço de Radiodifusão Educativa mantinha outras transmissões específicas aos professores que já eram contemplados com cursos de férias oferecidos pela ABE, que foram lembrados em programas informativos, de perguntas e respostas técnicas e cultura. Para as mulheres, programas nomeados como femininos entre os cursos de puericultura, literatura e conselho doméstico. Aos universitários, programas com participação de graduandos com temas diversos próprios do universo estudantil, como também programas literários e transmissão de obras. Já para a zona rural, o serviço organizou-se da seguinte forma:

As zonas rurais são atendidas por programas especializados que se destinam às crianças, às donas de casa e aos agricultores. Cada dia da semana se destina a um tipo de programa conjugação com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, perguntas dos agricultores e mesmo de crianças da zona rural elevam a centenas todos os anos (SOUZA, 1949, p. 10).

Além de programas femininos com direcionamento doméstico, aula de puericultura, também estava na programação, aulas de literatura, horas universitárias, com maior ênfase na literatura com o programa: convite à poesia e literatura, dramatizações e música popular duas vezes por semana. Segundo Fernando Tude de Souza, pela experiência do Serviço da Radiodifusão Educativa o Ministério da Educação criou junto à Universidade do Brasil<sup>29</sup> uma cadeira de radiodifusão no curso de jornalismo na qual foi professor.

Na Universidade do Brasil Fernando Tude de Souza defendeu o rádio como um dos instrumentos essenciais para a formação da cultura e da educação do brasileiro. “O rádio, o mais poderoso veículo de informação do mundo, é considerado pela Universidade do Brasil como uma coisa que não precisa ser ensinada, mas que apenas pode ser ensinada se alguém assim o desejar” (SOUZA, 1950). Na ocasião, Fernando Tude de Souza contou ao seu amigo e diretor da Associação Brasileira de Rádio, Victor Costa sobre a iniciativa da Universidade do Brasil em transformar a sua disciplina de radiodifusão em categoria facultativa, não obrigatória (SOUZA, 1950).

Na carta expressou sua indignação com o descaso da disciplina, já que até o ministro Clemente Mariano teria aprovado uma indicação para o rádio em nível universitário. Fernando Tude de Souza atuou com o ministro nesta proposta de formação do rádio no curso de Jornalismo, que não deveria ser transformado em optativa. Fernando Tude de Souza considerava a profissão de radialista grande responsabilidade. Afirmava que o trabalho com rádio era particular, onde o estudante de radiodifusão precisava realmente estar ligado com o seu íntimo para aprender as potencialidades desse veículo de informação. Tratava-se de um jornalista que operava apenas com a transmissão da sua voz, a partir da sua emissão os ouvintes estarão conectados ou não conectados com o contexto emitido.

“Este país onde mais da metade dos seus filhos são incapazes de ler ou de escrever, mas são capazes de ouvir, desconhece por um dos mais altos institutos de cultura o valor do nosso rádio” (SOUZA, 1950). A situação exposta por Fernando Tude faz uma crítica a formação dos estudantes de radiodifusão. Acreditava na força do rádio nas futuras gerações, já que na década de 1950 o país ainda era considerado de maioria analfabeta. Em defesa do rádio e dos radialistas, Fernando Tude de Souza convocou a Associação Brasileira de Rádio onde foi o fundador e diretor da sede, para um movimento para fortalecer o prestígio do rádio, mostrando para a população e para o poder público o seu poder na formação dos brasileiros. Confiante do seu propósito de união, Fernando Tude de Souza terminou a sua carta para

---

<sup>29</sup> De acordo com Schwartzman (2000) A Universidade do Brasil foi criada pelo decreto de lei nº452 de 1937, como parte do projeto de unificar o sistema nacional de ensino superior.

Victor Costa com esperança das providências tomadas pelo Conselho Deliberativo sobre este caso.

A convicção no projeto em curso transbordava no ensino de rádio aos universitários e na formação da sociedade pelo Serviço de Radiodifusão Educativa. Para isso almejou a construção de um centro educativo em torno do rádio. Assim,

Por determinação legal as emissoras do Ministério da Educação que ocupam o canal exclusivo tem que aumentar agora a potência dos seus transmissores. Assim o Serviço vai ficar com o mais potente equipamento do mundo para radio-educativo: 1 transmissor de 50 kwts, em onda média, 3 transmissores de 7,5 kwts, em ondas curta, e 1 transmissor de frequência modulada. Como se foram necessária a construção de um novo prédio, num subúrbio do Rio de Janeiro, para as nossas instalações, o Serviço propôs e o Ministério da Educação acaba de aprovar a organização de um grande centro de comunidade em torno do rádio, no subúrbio próprio da Penha [...]. O centro de comunidade contará de um grande prédio, num terreno de 400 metros de frente e 800 no fundo com dois andares. No primeiro serão localizadas as seguintes coisas: centro de puericultura, centro de prevenção contra a tuberculose, biblioteca popular e infantil, grande hall para reuniões, cinema, rádio, e teatro, piscina para crianças, solário, uma escola para crianças e uma escola para adultos. Tal iniciativa, uma vez realizada, será realmente uma inovação nas funções sociais da radiodifusão e será um proveito espetacular para a educação do povo (SOUZA, 1949, p. 11).

A aprovação do centro de comunidade em torno do rádio no Serviço de Radiodifusão Educativa Fernando Tude de Souza tentou efetivar a proposta de integração entre a população com o ensino da higiene e medidas de proteção contra doenças, incentivo a literatura, para crianças e adultos. Cujas propostas foram herdadas por Roquette-Pinto durante a execução do seu projeto de educação via rádio, na Rádio Sociedade (1923), que tinha como objetivo envolver as outras áreas, como a cultura, a medicina, e a educação em um único projeto.

### **3.2 Linhas e entrelinhas: a gestão de Fernando Tude de Souza**

Sou hoje um crente na força extraordinária da radiodifusão e possui experiência para aponta-la como talvez o meio mais eficiente para comunicação com as massas, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, onde metade da população não sabe ler ou escrever, mais é capaz de ouvir. E não tenho dúvidas em apontar a radiodifusão como o meio de comunicação capaz de atingir maior número, pois os fatos demonstram isso de maneira cabal (SOUZA, 1949, p. 1).

A nomeação de Fernando Tude de Souza em 1943, para a direção do Serviço de Radiodifusão Educativa foi o momento propício para o desenvolvimento da PRA-2. Como

técnico e estudioso nos assuntos referentes à radiodifusão, Fernando Tude de Souza viu no trabalho desenvolvido por Roquette-Pinto e, os pioneiros da primeira rádio educativa do Brasil grande motivação e respeito.

Fernando Tude de Souza acreditava na transformação social da população brasileira pelo conhecimento, pela possibilidade do rádio ser um veículo de integração no processo educativo das crianças, dos jovens e adultos. Mais do que um técnico do Ministério da Educação, foi um intelectual conhecido nacional e internacionalmente. Médico, jornalista, educador, nasceu em 1910, na Bahia, na cidade de Salvador, teve quatro filhos. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1933, fez doutorado nesta faculdade em 1934, atuou como Oficial de Gabinete e da Interventoria da Bahia no governo de Juracy Magalhães (1931-1937), quando foi convidado pelo mesmo e por Anísio Teixeira para estudar na pós-graduação de Administração Escolar e Educação Comparada no Teachers College, Columbia University, nos anos de 1936 e 1937 (RANGEL, 1997, p. 57).

Pode-se dizer que Fernando Tude de Souza foi um homem voltado ao serviço público. Após concluir o curso foi morar no Rio de Janeiro, trabalhou como jornalista até 1939, quando passou no concurso de técnico da educação do Ministério da Educação e Saúde. Em 1943, foi chamado por Gustavo Capanema para dirigir o Serviço de Radiodifusão Educativa de 1943 a 1951 e de 1953 a 1956. Esteve presente em mais de uma atividade do Estado concomitantemente. Em 1948, foi chefe do Setor de Relações Públicas do MES, na Campanha de Educação de Jovens e Adultos, no mesmo ano representou o Brasil como embaixador da UNESCO (1948-1951), em 1951 dirigiu o Serviço de Divulgação do departamento de Educação de adultos (1951-1952) na prefeitura de João Carlos Vidal e foi membro da presidência da Companhia Vale do Rio Doce (1951-1953) (RANGEL, 1997, p.57). Além integrar diversas associações e companhias, Fernando Tude de Souza foi consultor de assuntos de rádio, de educação sanitária, de educação de jovens e adultos, representando o Brasil nacionalmente e em eventos internacionais. Conforme afirmam Camara e Rangel (2017):

Planejadores e criadores de instituições, os intelectuais não se limitaram ao exercício de suas funções acadêmicas, foram militantes de círculos de difusão de saberes, de associações científicas, tendo por vocação política a tarefa de arrancar o país do atraso cultural e social em que se encontrava. Essa atitude empreendida pelos intelectuais vislumbrava reconhecer a necessidade de se redescobrir e valorizar tudo o que era brasileiro, mas, também refundar novos princípios de organização de sociedade pelas reformas do ensino, pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela urbanização acelerada, por tudo aquilo que pudesse representar um movimento de criação de instituições modernas destinadas à intervir sobre o social (2017, p. 156).

Características marcadas pela militância de uma geração de intelectuais na década de 1920, na qual o propósito de construir a nação brasileira era tão forte quanto a nossa bandeira. Fernando Tude de Souza foi um intelectual engajado pelas suas escolhas profissionais e políticas. A partir do seu trabalho com o governador da Bahia, Juracy Magalhães, teve a indicação de Anísio Teixeira para que cursasse a especialização no Teachers College, na Universidade da Colômbia, nos Estados Unidos. Em 1936, atendeu ao pedido do governador Juracy Magalhães e estudou nessa universidade até 1937, tendo contato com os intelectuais do movimento de Escola Nova como: Kilpatrick, John Dewey, Lester Wilson, entre outros que nortearam seus ideais frente a educação brasileira. Ao ingressar no concurso de técnico da educação e representante da UNESCO, Fernando Tude de Souza demarcou politicamente os ideais que lhe norteavam.

Pode-se dizer que o tempo de influência de Fernando Tude de Souza iniciou-se na Bahia, quando trabalhava com o governador Juracy Magalhães, e desde então só alargou a rede de intelectuais a sua volta. O seu ingresso no Teachers College foi fundamental para a sua formação como educador. Apoiado por Anísio Teixeira para estudar nesta universidade, construiu uma relação com os estudantes que o ajudaram tanto na adaptação ao ensino americano, quando no aprendizado da Escola Nova com o mestre John Dewey. Interessante perceber que a sua passagem pela universidade foi um divisor de águas em sua vida (RANGEL, 1997, p. 214).

Ao regressar da especialização na universidade norte-americana encontrou uma situação de mudança no cenário político baiano, pois, Juracy Magalhães não estava mais a frente do governo da Bahia. Diante dessa situação desconfortável, Fernando Tude de Souza, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, atuando como jornalista inicialmente até 1939, quando passou no concurso de Técnico da Educação e Saúde. Após seu ingresso no quadro técnico do Ministério da Educação e Saúde foi estudar questões relacionadas aos problemas da educação,

A interpretação educacional a que Fernando Tude fez referência diz respeito a obra da educação nacional. Era preciso fazer chegar ao povo não somente o resultado das ações pedagógicas pensadas pelos educadores, mas também o seu sentido. O povo devia compreender pormenorizadamente o sentido da educação que se estava buscando imprimir para poder facilitar a adesão das camadas interessadas (RANGEL, 1997, p. 231).

Fernando Tude de Souza estudou os princípios da Escola Nova, Sociologia e Psicologia educacional até conhecer a obra de Roquette-Pinto na qual, dedicou-se aos estudos

antropológicos e de educação popular, vindo na obra dele e no rádio um importante meio de integração social do país. Assim, pode-se afirmar que os intelectuais a frente dos órgãos do governo não foram meros reprodutores da ideologia da política dominante, havia exceções como a continuidade do projeto roquettiano de educação popular via rádio na qual, Fernando Tude de Souza foi defensor e seguidor, assim “Fernando Tude bebeu em Roquette-Pinto o sentimento de transformar moral e socialmente o país a partir da valorização do homem nacional” (RANGEL, 1997, p. 266).

Ao entrar no Ministério da Educação e Saúde, Fernando Tude de Souza aproximou-se de Gustavo Capanema que percebendo seu interesse pelos estudos referentes à radiodifusão, o convidou para o cargo de diretor do Serviço da Radiodifusão Educativa. Essa oportunidade também esteve relacionada a relação de respeito e admiração com o projeto criador de Roquette-Pinto na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. As relações que Fernando Tude fez ao longo da sua carreira constituiu um campo intelectual ao seu redor. O trabalho no gabinete do governador da Bahia Juracy Magalhães, os espaços que frequentou no Teachers College, seu trabalho como jornalista, e de técnico do Ministério da Educação e Saúde formaram uma rede de sociabilidades que o levou gradativamente para a direção do Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1943. Vale ressaltar que o intelectual em questão também enfrentou dificuldades que o colocaram em situação desconfortável ao longo da sua carreira, como: o desafio de estudar no Teachers College, o seu reestabelecimento profissional após o terminar a sua pós-graduação em educação. Em 1937, quando Fernando Tude de Souza regressou ao Brasil encontrou uma situação desfavorável, pois, Juracy Magalhães não estava mais a frente do estado da Bahia, logo ele ficou desempregado por algum tempo, foi para o Rio de Janeiro ainda em 1937 e lá trabalhou como jornalista, mas, ainda não tinha uma renda fixa.

Para Sirinelli (2016, p. 248) “o meio intelectual constitui ao menos para seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial”. Nesse tocante, quando Fernando Tude defendeu a tese intitulada: *Educação e opinião pública: A interpretação da educação pública – um aspecto de administração escolar* para ser admitido no cargo de técnico do Ministério da Educação e Saúde (1939) expressou em seu trabalho o pensamento do campo intelectual que participava. Acreditava que uma educação bem interpretada pelo povo, não poderia ser feita por propaganda ou noticiário, mas, pelo sentimento através dos seus atos. Para ele a educação era o caminho para a transformação social.

A tese defendia que a educação sendo um serviço público por excelência, só poderá colher os frutos desejados quando o povo compreender toda a sua extensão, todas as suas vantagens. Não pode um povo interessar-se por uma obra cuja finalidade real não conheça. Não se trata de propaganda, pois, não se trata de vender mercadoria, nem mesmo de publicidade, mas dessa coisa que deve caber em nenhum serviço público: interpretação. Em se tratando de um serviço público apenas temos que ensinar ao público como deve valer desse serviço para tirar dele o melhor resultado possível. Através desse serviço de interpretação chegaríamos ao que chamei de ‘consciência da educação’, estado a ser despertado em cada cidadão se tivermos que contar com a sua colaboração para maior obra que se pode realizar em benefícios dos brasileiros e do Brasil (SOUZA, 1946, p. 5).

O médico e educador baiano chamava atenção para a Campanha de Educação de Jovens e adultos, convocando os delegados dos Estados à adesão desse trabalho que em sua opinião tinha função libertadora, como uma “segunda abolição”. Preocupado com os trilhões de analfabetos que existiam no país na década de 1940, pensava a educação para adultos como forma de libertação social.

A relação de Fernando Tude de Souza com o pioneiro da rádio Roquette-Pinto constituiu-se pela admiração do seguidor com a obra do criador. Conforme Rangel (1997, p. 238), “a adesão de Fernando Tude de Souza ao projeto roquettiano de educação popular pelo rádio determinou a sua iniciação no campo educacional através da radiodifusão educativa”, logo foi convidado pelo ministro Gustavo Capanema a dirigir o Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1943. Assim, fundamentado em Roquette-Pinto, Fernando Tude de Souza se comprometeu a dar continuidade ao trabalho educativo da antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

O engajamento político e os problemas sociais fizeram de Fernando Tude de Souza um intelectual respeitado no jornalismo e na educação. Conduziu o projeto de educação via rádio, concebido por Roquette-Pinto e desenvolvido, por ele, no Serviço de Radiodifusão, representando o Brasil nas discursões internacionais da UNESCO pelos seus propósitos de educação para jovens e adultos e radiodifusão. Para ele, a educação era um instrumento da paz, e a rádio era o veículo. Mas, vale ressaltar que ao se debruçar na obra de Roquette-Pinto tornou-se apto para conduzir o projeto que estava por vir.

Para Carvalho (2007), o movimento intelectual do Brasil intensificou-se no século XIX em conjunto com intervenção do Estado. Para ela havia uma prática intelectual relacionada à soberania do rei, uma espécie de reprodução do poder monárquico. Entretanto, os anos oitocentos representaram uma mudança do panorama da atividade intelectual. Desta forma, as agências dos grupos de poder não estavam apenas nas classes com maior poder aquisitivo, os grupos médios da sociedade brasileira passaram a ocupar espaço na articulação política e cultural do Brasil.

Em 1889, o Império se fecha, deixando como legado a estruturação de três ramos da vida intelectual, tal como era praticada: (1) uma rede cultural, científica e artística centrada nas Academias e Institutos, com projeção em círculos especializados internacionais e alguma capilaridade no conjunto das províncias; (2) escolas de ensino superior desprovidas da atividade de pesquisa ou, pelo menos, secundárias em relação às associações acadêmicas e profissionais no que tangia à inovação técnico-científica (SCHWARTZMAN, 1979); e (3) quadros isolados do Estado imperial, bacharéis, sobretudo, mas também engenheiros militares, cuja experiência como servidores públicos os havia qualificado para o exercício da crítica social e política de seu tempo, animando, desde a campanha abolicionista, uma opinião urbana inflamada pela circulação de jornais e revistas de variada tonalidade ideológica (CARVALHO, 2007, p. 20).

Com a instituição da República, os grupos de intelectuais ao herdar do Império a tomada de posição frente à política e cultura passaram a pensar o Brasil e os brasileiros que sofriam com os desníveis econômicos e sociais da vida moderna. Esse novo arranjo da inteligência brasileira se organizou entre a afirmação do mercado capitalista, na qual as práticas sociais e o surgimento das novas profissões científicas e culturais passaram a intervir na esfera política. E, suavizar o impacto econômico e social das profissões imperiais, a exemplo dos médicos que tinham forte expressão no poder do Estado (CARVALHO, 2007, p. 20).

Por fim, a República Velha terá que reacomodar a experiência intelectual dos publicistas, última floração, a rigor, da casa grande, cuja autonomia derivava de sua peculiar inscrição social, como membros de uma elite sem amarras no mundo mercantil. Descendentes de juristas, quase sempre bacharéis, como Oliveira Vianna e Alberto Torres, ou remanescentes do quadro de funcionários do Estado Imperial, como Euclides da Cunha, pode-se dizer que os primeiros intérpretes do Brasil republicano serão portadores de uma representação do país fortemente encapsulada por categorias e esquemas mentais do período precedente. Neles, se fosse possível apresentá-los panoramicamente, o Brasil é visto, sobretudo, pelo ângulo da perda, notadamente a da grande obra do Estado centralizado, cuja sobreposição à sociedade, embora considerada pelos republicanos uma anomalia despótica, fora responsável pela promoção das liberdades, na medida em que contivera o particularismo das classes senhoriais (OLIVEIRA VIANNA, 1920) (CARVALHO, 1998, p 21).

A Rádio Sociedade deixou o legado de integração do Brasil através da educação e cultura. A presença marcante do intelectual criador dessa estação, o antropólogo Roquette-Pinto, a frente do rádio e do cinema educativo no Brasil durante a primeira metade do século XX desencadeou uma teia de significados para os seus seguidores. Como afirma Velho (1986), o indivíduo não é construído apenas pelo fator biológico, mas, pelo que define como rede ou teia de significados como conjunto de valores culturais essenciais para a construção da identidade dos sujeitos na sociedade. Assim, Fernando Tude de Souza ao assumir o projeto de unificação dos Brasis por meio do rádio propagou os valores e crenças de Roquette-Pinto.

De acordo com Velho (1987), se a observação antropológica for baseada em experiências de pequenas sociedades homogêneas, corre-se o risco de utilizar uma perspectiva de análise que tende a separar os grupos, unifique e os enquadre dentro de uma única tese. Ele quer dizer que analisar uma tribo é diferente de uma sociedade complexa, pois a primeira pode compartilhar de experiências e segmentos culturais iguais, sem muitas divergências. Enquanto nas grandes cidades, por exemplo, a convergência entre hábitos, culturas, religiões e outros fatores são mais problemáticos. “Por outro lado, a noção de complexidade traz também a ideia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, ou etc” (p. 16).

A heterogeneidade social e a dimensão social do trabalho tem certa familiaridade. Na medida em que os grupos de trabalho se organizam podem justificar tradições e aspectos culturais, como o proletariado e a burguesia e entre as profissões podem se aproximar pelas experiências (VELHO, 1987, p. 16). Grupo de professores, educadores, cientistas, com tradições parecidas e lutas pelas mesmas causas. Podemos pensar a relação entre os educadores reformadores do Brasil no projeto de integração rural. A forma de articulação para a construção de uma educação rural se configurou a partir da aproximação de valores e hábitos em comuns, com a ideologia política, aspectos regionais, religiosos ou étnicos. Belisário Penna, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto e Fernando Tude de Souza, inseridos em diferentes tradições culturais e políticas se conectam no objetivo em comum: reconstruir a identidade nacional cuidando da sua gente.

O desenvolvimento industrial do Brasil iniciou-se no final do século XIX para o XX, com o investimento das oligarquias na exportação de café, produção de tecidos e processamento de alimentos. Mas, avançou significativamente nas décadas de 1930 e 1940 durante o governo getulista. A mudança do setor agrário exportador para industrial ocasionou forte aplicação do Estado em empresas estatais na área siderúrgica, mineral, mecânica e química, a exemplo de: Companhia Siderúrgica Nacional (1940), Companhia do Vale do Rio Doce (1942), Fábrica Nacional de Motores (1943), Fábrica Nacional de Álcalis (1943). Essa expansão industrial acarretou como consequência efeitos econômicos e sociais positivos e, negativamente, o crescimento desordenado dos centros urbanos com o êxodo rural e a vinda dos imigrantes para os grandes polos econômicos.

Pode-se perceber no primeiro quadro deste trabalho<sup>30</sup> o crescimento da zona urbana nas décadas de 1940 e 1950, a gradativa migração da população rural para a urbana ocasionou a transfiguração do país em sociedade complexa industrial moderna.

As sociedades complexas industriais modernas abrangem, em princípio, um maior número de indivíduos devido ao desenvolvimento das forças produtivas. O aperfeiçoamento da técnica e da ciência e da ciência aplicadas à agricultura proporciona maior disponibilidade de alimentos. O desenvolvimento da medicina, o aparecimento da vacina e de outras técnicas baixaram o nível de mortalidade. Com isso a população cresceu em função da modernização e da disseminação desses recursos. Esse aumento do número de pessoas, embora por si só não seja suficiente para distinguir a sociedade complexa moderna industrial de outros tipos de sociedade complexa, é, no entanto, uma característica marcante (VELHO, 1987, p. 17).

O Serviço de Radiodifusão Educativa (1943) emergiu no movimento estatal de modernização econômica, e social. Sua implementação em 1943 representou o avanço tecnológico do Brasil, na tentativa de educar a população utilizando o recurso da comunicação, o rádio. A presença de Fernando Tude de Souza à frente do Serviço expressou um conjunto de ideologias políticas dos pioneiros do rádio de 1923, que se colocou em divergência à dominação getulista na propagação das bem feitorias do seu governo pela comunicação. Com a preservação de fins estritamente educativos, culturais e abordagem neutra frente a ideologia política o Serviço de Radiodifusão Educativa se diferenciou da Rádio Nacional, que mantinha em sua programação discursos do presidente da República Getúlio Vargas.

O Serviço de Radiodifusão Educativa conseguia habitar no meio da comunicação radiofônica sem oposição e apoio ao governo. Fernando Tude de Souza se locomovia dentro da política pela sua rede de relações entre os diretores das rádios e sua aproximação com governantes. Entre eles Victor Costa (diretor da Rádio Nacional), Juracy Magalhães (governador da Bahia e, presidente da Companhia do Vale do Rio doce em 1943), sua relação afetuosa com os <sup>31</sup>Ministros da Educação Gustavo Capanema, Clemente Mariane possibilitou avanços no Serviço da Radiodifusão Educativa. Por outro lado, certos desafetos com Pedro Calmon e Balbino influenciaram negativamente a sua permanência na direção do mesmo. As cartas<sup>32</sup> (1949, 1951, 1954) trocadas por Fernando Tude de Souza com os representantes de rádio, governantes políticos, representantes da UNESCO, entre outros, revelam um pouco da

---

<sup>30</sup> Quadro 1: População nos Censos Demográficos, p. 38.

<sup>31</sup> Ministros da Educação: Gustavo Capanema ( 23/07/34 a 30/10/45), Clemente Mariane (06/12/46 a 15/05/50), Pedro Calmon (04/08/50 a 31/01/51 ), Antônio Balbino (25/06/53 a 02/07/54).

<sup>32</sup> Acervo pessoal do Fernando Tude de Souza, Laboratório Interno de Estudos e pesquisas em História da Educação e Infância (LIEPHEI/ NIPHEI).

sua vida privada, suas aproximações, escolhas e companheiros de estrada, essa rede de sociabilidade que o ajudaram a permanecer em um cargo tão disputado no serviço público.

O meio intelectual que Fernando Tude de Souza estabeleceu no rádio estreitou laços com o diretor da Associação Brasileira de Rádio (1950) e diretor da Rádio Nacional (1951). Em carta no dia 3 de março de 1951 Fernando Tude de Souza para Victor Costa ressaltou as suas angústias sobre o andamento da educação nacional. A carta demonstrou que Victor Costa, diretor da Rádio Nacional, e Fernando Tude de Souza: diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa e da Rádio Ministério de Educação mantinham contato próximo. Fernando Tude de Souza com certo saudosismo agradeceu o Victor Costa a sua ajuda de forma direta e indiretamente nos oito anos que esteve à frente das emissoras do Ministério da Educação. Pela cordialidade e descrição percebe-se certa parceria no trabalho com a rádio. Apesar de assumirem propostas diferentes, não se tratava de uma rivalidade ministerial como fora no período de instalação do Serviço. A Rádio Nacional, Rádio Mauá e a Rádio Ministério da Educação eram patrimônio do Estado, aproximadamente ambas foram tuteladas por ele na década de 1940.

Em 1951, Fernando Tude de Souza foi exonerado do cargo pela primeira vez, retornando em 1954 e ficando no cargo por alguns meses, até ser afastado definitivamente.

Depois de quase oito anos de direção no Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde, por proposta do atual ministro, fui exonerado do cargo, segundo leio no Diário Oficial de 3 de março corrente. Ao afastar-me do posto que recebi das mãos honradas do mestre Roquette-Pinto, confortado com o seu testemunho, pois, em carta que recebi com o maior prêmio que podia desejar chega a incluir-me, pelo trabalho que realizei com a minha admirável equipe, entre os idealistas de 1923, quero agradecer-lhe a cooperação que me prestou, direta ou indiretamente, desde 11 de março de 1943, data em que assumi a direção das Emissoras do Ministério da Educação (SOUZA, 1951)

A carta era mais do que uma explicação ao diretor do Rádio Nacional, era uma despedida ao trabalho que desenvolveu no rádio. Acreditava que o rádio era a solução para a educação.

Vim para o rádio como um educador e como educador conservei-me na labuta cotidiano nesta fase que considero a mais cheia e mais feliz da minha vida pública. Tenho a certeza também de que não desmereci da nossa profissão radialista. Continuarei a minha luta pela educação em uma trincheira e deixo ao atual titular da Pasta de Educação e Saúde a grande responsabilidade de continuar a obra iniciada pelo Mestre Roquette-Pinto e que, com orgulho, digo que a equipe que tive a honra de chefiar deixa considerada pelas entidades internacionais com a mais completa e mais perfeita no setor de rádio educação de todo o mundo. De mim direi a penas que onde estiver serei sempre um servidor do rádio, pois

considero a radiodifusão como a única solução possível de educação para o nosso país em muitas regiões nos próximos vinte ou vinte e cinco anos (SOUZA, 1951).

Pode-se dizer que Fernando Tude de Souza foi um homem que conquistou espaço e notoriedade na educação brasileira. Sua proximidade ao governador da Bahia Juracy Magalhães foi além da função de secretário de gabinete. Foi amigo e braço direito do governador, esta cumplicidade não terminou após o seu ingresso no Ministério da Educação. Fernando Tude conservou a amizade de longa data com ele, depositando confiança e profissionalismo nos assuntos referentes à Bahia e suas confidências pessoais. Compreende-se o tratamento de respeito e admiração por Juracy Magalhães na carta de 1950, na mensagem de justificativa pela sua ausência e compadecimento à situação crítica da política e educação baiana (RANGEL, 1997).

Só mesmo a nossa amizade e a confiança que tenho a sua honestidade de propósitos me levariam a quebrar o insulamento em que desejo viver nesta quara e dolorosa do Brasil. Passei, recentemente, dezoito dias na Europa. Trabalhei como um mouro na feitura de um plano decenal para a educação fundamental do mundo como uma contribuição à paz verdadeira, atendendo a chamada UNESCO. No meu regresso, ainda cheio de entusiasmo natural de quem trabalhou num grupo de cinco homens que pensam num mundo melhor, quando passei em Recife, li os primeiros jornais do Brasil. A depressão que tomou conta de mim foi algo contra o que venho lutando desde que aqui cheguei e que cada dia sinto mais arraigada. Como podem um país e uma classe política descer tão vertiginosamente? Perdi o 'elan' por assim dizer (SOUZA, 1950).

Da mesma forma, em 1951, Fernando Tude de Souza lamenta o seu afastamento do cargo de diretor da Companhia Vale do Rio Doce ao seu presidente e amigo, Celso Juracy Magalhães. Pois, foi convidado pelo prefeito do Rio de Janeiro, o João Carlos Vital (1951-1954) para assumir o cargo de diretor do Serviço de Divulgação da Secretária de Educação e Cultura. Em seus relatos justificou o aceite no cargo pelas atividades como educador e enalteceu a equipe de trabalho nos três meses de trabalho na Vale do Rio Doce, prontificou-se a continuar trabalhando como voluntário no projeto de saneamento para Itabira e assistência de recreação e educação nos clubes ferroviários da Vitória de Minas.

Ao deixar, porém as minhas funções na Cia. Do Vale do Rio Doce quero endereçar a Vossa Excelência os protestos da minha enorme gratidão pela confiança que em mim foi depositada, pelas facilidades que me foram propiciadas e também pelos uteis ensinamentos que aprendi nestes quase três meses de contato com uma administração exemplar, da qual se pode orgulhar o nosso país. Foi, para mim, uma experiência excepcional. Vi o que é um líder e senti o que isto significa para uma equipe. Aliás, devo dizer: foi um curso de recordação das lições que eu já aprendera desde 1931, quando tive a honra de me iniciar na administração pública ao seu lado, na Bahia (SOUZA, 1951).

O governo de Eurico Dutra (1946-1951), logo após a queda do Estado Novo (1937-1945), demarcou um tempo de inconstância no cenário educacional. Com a sucessão de ministros do Ministério Educação, o trabalho desenvolvido pela radiodifusão educativa passava por momentos de crise. Na presidência de Dutra foram ministros Raul Leitão Cunha, de (30/10/45 a 31/01/46), Ernesto de Souza Campos (31/01/46 a 06/12/46), e Clemente Mariano (06/12/46 a 15/05/50). Nesse jogo de idas e vindas ao interior do Ministério Fernando Tude de Souza só conseguiu afirmar uma relação mais próxima com Clemente Mariano, esta relação beneficiou a Rádio Ministério da Educação com mais recursos e investimento na estação.

Na constante sucessão ministerial, após quatro anos de exercício Clemente Mariano saiu do cargo e foi substituído pelo ministro interino Eduardo Rios Filho (15/05/50 a 04/08/50) e, sucessivamente Pedro Calmon (04/08/50 a 31/01/51). Essas mudanças no cenário educacional durante a presidência de Eurico Dutra não foi positiva para o andamento do projeto de nação via rádio no Serviço de Radiodifusão Educativa. Fato este que deixou Fernando Tude de Souza em constantes reafirmações na direção do Serviço. Após oito anos de trabalho intermitente foi exonerado e, pelas mudanças no interior do ministério não conseguiu dar continuidade a este Serviço. Sua tentativa incansável de ampliar os instrumentos de educação formava alianças e desafetos. Com a premissa de não distorcer os valores do SRE. Ele vetava a colaboração de sujeitos que destoassem da sua defesa em prol da rádio educativa a PRA-2.

Em 1950, quando Pedro Calmon atuava como ministro, Fernando Tude de Souza reclamou da nomeação do membro da União Democrática Nacional e do Ministério da Agricultura, Carlos Magno para o cargo de técnico de radiodifusão do Serviço de Radiodifusão Educativa. Segundo Fernando Tude de Souza, ele já teria pedido para exercer essa função no ano de 1949, não satisfeito com o voto negado, pediu ao ministro. Este concedeu a sua posse. Diante dos fatos Fernando Tude de Souza determinou que se o Ministro assinasse a nomeação de Carlos Magno poderia também assinar a demissão dele.

Saturado com a manipulação política em troca de interesses pessoais no interior do Serviço, Fernando Tude de Souza colocava seu cargo à disposição caso o Serviço precisasse fazer propaganda política indireta ou diretamente, por meio do seu quadro técnico. Seu forte posicionamento o colocou em desprestígio no interior do ministério. Por outro lado, seu prestígio internacional só crescia com o apoio da UNESCO. Em 1950, aceitou o convite do diretor do Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro, senhor Paul Vanorden Shaw, para se tornar membro do Departamento das Informações Públicas. Pode-se

dizer que Fernando Tude de Souza foi mais do que um homem da UNESCO, era admirador do trabalho realizado.

Em carta a Torres Bodet (diretor geral da UNESCO) pediu para que o amigo não desistisse do seu trabalho, falando da dedicação dos homens de bem para manter a paz do mundo,

Acompanhei todos os homens de pensamento do mundo, preocupado no desenvolvimento e na crise de Florença. O seu afastamento, neste instante da UNESCO seria a morte daquilo que chamei de última chance para a verdadeira paz entre os homens. Veterano da UNESCO e uma das pessoas mais conhecidas na sua grande missão compreende com bem pouca gente pode fazer as desilusões do meu ilustre e prezado amigo. A sua luta no campo internacional é a minha no campo nacional, ante a indiferença criminosa da nossa Comissão Nacional constituída de homens eminentes, mas sem qualquer noção de programa da UNESCO. Muitas e muitas vezes têm escrito desabafos que coincidem perfeitamente com o seu desabafo. Não desanime, porém o mundo está num estado terrível. Toynbee disse com muito acerto que os 'salvadores' depois de tantas desilusões, tornar-se-ão sem, sem dúvida alguma 'escapatas', mas precisamos reagir, nós que, todavia pertencemos ao grupo dos *salvadores* (SOUZA, 1950).

Com certa emoção Fernando Tude de Souza desabafou sobre a dificuldade de representar o Brasil na comissão da Unesco frente aos homens que não davam o devido valor à causa e às ações empregadas no Brasil. Esse pensamento estava atrelado não apenas ao seu trabalho na Unesco, mas, as funções públicas que ocupava. Ele se via prejudicado com o andamento da política nacional, principalmente com as sucessivas mudanças na pasta de Educação. Logo, não tardou sua exoneração do cargo de diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa em 1951, porém por um período de oito anos ininterruptos esteve à frente do Serviço. Em março de 1951, Tude descreveu seu agradecimento ao Gil Costa Alvarenga, diretor da Rádio Nacional, pelo apoio que recebeu desde a sua saída da Rádio Ministério da Educação recebeu muitas mensagens de carinho, dentre elas a carta de Gil Costa Alvarenga lhe tocou profundamente. Nela reconhece o sucesso da rádio graças à participação dos ouvintes.

O rádio é responsável por uma série enorme de amizades que muito me honram. Encontrei sempre parte dos ouvintes compreensão e estímulo e, se pude deixar a nossa querida emissora na posição a que se refere o ilustre amigo, creia que o motivo principal foi esta participação dos ouvintes (Souza, 1951). [...] Concordo com o prezado missivista quando chama a atenção para o caráter apolítico da minha administração como uma das razões do êxito da mesma. Nunca permiti que a política partidária – a criadora do caos, como disse nas palavras de despedida ao microfone da PRA-2 penetrasse na Praça da República 141-A (SOUZA, 1951).

Na administração do Serviço de Radiodifusão Educativa, Fernando Tude de Souza afirmava ter lutado para honrar os valores herdados dos pioneiros da Rádio Sociedade. Ao sair da direção do Serviço em 1951 no ministério de Ernesto Simões da Silva de Freitas Filho (31/01/51 a 25/05/53) voltou-se à organização da primeira TV da América Latina, cujo nome homenageava o professor, antropólogo e fundador do rádio Roquette-Pinto. Assim, Fernando Tude esteve longe do Serviço de Radiodifusão Educativa, mas, não distante do seu projeto pela educação e cultura do povo.

Entre os anos de 1951, quando saiu da gestão do Serviço pela primeira vez, a 1956 com o seu retorno e saída após poucos três meses, teve sua vida profissional inconstante pelas sucessivas nomeações e exonerações na pasta da educação. Após ser demitido ao serviço de divulgação, Fernando Tude de Souza recebeu uma proposta de retorno do então Ministro da Educação e Saúde, Antônio Balbino (25/06/53 a 02/07/54). Em 1953, Fernando Tude de Souza escreveu uma carta para ele onde descreveu seu sentimento inicialmente de emoção e agradecimento, porém reconheceu a variável mudança político que o ministro da Educação e Saúde, Antonio Balbino conduzia. A década de 1950 correspondeu ao segundo mandato de Getúlio Vargas na Presidência da República, Fernando Tude de Souza foi convidado pelo Ministro em junho deste ano para voltar ao cargo de diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa.

Em exclamação reclamou dos boatos de nomeações e exonerações, criação de comissões para a biblioteca, troca de favores. Atos que deixaram Fernando Tude de Souza revoltado com a falta de comprometimento do amigo, levando a revelar na carta e tornar público que negou o convite do ministro Antônio Balbino.

Quando senti que havia muita gente contra a minha volta, fui-lhe sincero indagando se existia 'caso'. E sua resposta foi pronta: em absoluto. Antes eu achara mais que estranho que sua 'incerta' no SRE fosse trombeteada na imprensa como feita apenas no INCE...Você já recebia mais o diretor do SRE. Havia até uma ilegalidade na sua permanência em tal posto. Você mesmo teve enejo de verificar as irregularidades ou coisas parecidas. Estava tudo resolvido. Eu podia preparar-me, fazer planos, fazer emendas, fazer uma porção de coisas naturais de quem iria dirigir imediatamente um serviço (SOUZA, 1955, p. 2).

Quanto ao cargo, Fernando Tude de Souza desistiu, deixou para o amigo Balbino dar a direção para quem havia designado. O acusou de tirar vantagem da política em troca da sua permanência do ministério, terminou a carta dizendo que não o traria problemas, pois, pretendia se afastar do Ministério da Educação e Saúde inicialmente por motivo de férias e depois, com licença sem vencimento. A rede de relações construída por Fernando Tude de

Souza possibilita pensar sobre os motivos que o fez orquestrar o Serviço de Radiodifusão Educativa em um período tão conturbado. Seus laços no poder público e privado o fizeram administrar a Rádio Ministério da Educação colocando em prática os ideais aprendidos em Roquette-Pinto (SOUZA, 1955).

### 3.2.1 Serviço de Radiodifusão Educativa: outros sentidos

O Serviço de Radiodifusão Educativa almejava ampliar a comunicação entre os diversos brasis. Além do rádio, também esteve envolvido na instalação de uma emissora de televisão educativa, em 1950. Fernando Tude de Souza no exercício da diretoria da PRA-2, voltou-se aos estudos para a primeira televisão do Brasil. No entanto as suas ações no Serviço de Radiodifusão educativa estavam com os dias contados, logo, no ano seguinte Fernando Tude de Souza foi exonerado do cargo. Convicto que a sua missão não terminava com a saída na direção do Serviço, iniciou uma nova jornada: a instalação do TV Roquete-Pinto.

Em 1952, foi nomeado diretor do serviço de divulgação do Departamento de Difusão Cultural, criando o Boletim informativo da Rádio Roquette-Pinto, em carta do dia 19 de fevereiro desse ano, relatou a Carlos Lacerda que se o deixarem trabalhar daria a cidade do Rio de Janeiro, rádio, televisão e cinema de qualidade. Afirmava que havia conseguido onda curta e estava buscando a doação de discos da BBC do Rio de Janeiro e dos discos da BBC de São Paulo a quem pedia ajuda (SOUZA, 1942).

Costumo dizer que o Brasil é um caos, a sede com certeza, é a Prefeitura do Distrito Federal. Gosto de lutar, e, como você disse com tanta justeza: 'se me deixarem trabalhar, ou se eu ficar' darei à cidade rádio, televisão, cinema e disco, à altura das nossas necessidades (SOUZA, 1952).

A vontade de executar seu planejamento de educação era visível. Fernando Tude de Souza buscou aliados para pôr em prática o rádio, e televisão de qualidade. Foi o diretor da emissora de televisão Roquette-Pinto por alguns meses. Atuou fortemente para a aprovação da organização e orçamento na câmara dos vereadores, na instalação de uma estação de televisão de qualidade para atender a necessidade educativa do Estado. Argumentou com Paes Lemme, vereador do município do Rio de Janeiro em 1952 para dar seu apoio com a

autorização da verba prevista na câmara dos vereadores. Porém seu pedido foi negado, e Fernando Tude de Souza não conseguiu apoio de 15 mil cruzeiros para a TV Educativa.

Em 1950 entrou no ar a primeira emissora de televisão da América do Sul, a Tv Tupi de São Paulo. Chegou ao Rio de Janeiro em 1951 e pertencia a rede de empresas jornalísticas Assis Chateaubriand. Ao longo da década de 1950 algumas programações de rádio foram transmitidas para a televisão, como as novelas (Calabre, 2004). O Ministério de Educação e Saúde teve uma concessão e recursos iniciais para fundar sua emissora de televisão para fins educativos e culturais, tanto Roquette-Pinto quanto Fernando Tude de Souza moveram esforços para colocá-la no ar.

Nas palavras de Fernando Tude de Souza notamos sua vontade de aprimorar os meios de comunicação, “a evolução da TV é algo fantástico do mundo moderno” (1952). Para esse anseio tornar-se realidade descreveu os itens a serem gastos para o início dessa estação. Segundo ele, a compra do material básico foi dividida entre o transmissor, aparelhagem móvel, casa para o transmissor e sua instalação, obras, construção de dois andares e meio para a Rádio Roquette-Pinto e televisão, instalação de estúdios, discoteca, biblioteca, tratamento acústico, compra de equipamentos e cenário, entre outros aspectos que competiam a execução e expansão do rádio e da TV no país. “A TV da Prefeitura não pode ser uma aventura pois não sendo comercial, o seu rendimento tem que ser medido na eficiência do seu serviço ao povo. Temos que prever tudo para que não se comece errado” (Souza, 1952). Por esse motivo, Fernando Tude de Souza negou uma verba de dez milhões, pois, não era suficiente para realizar um bom trabalho. Ao final da carta ele pediu novamente a concessão de uma nova verba a fim de dar continuidade ao trabalho já iniciado.

A situação da TV Roquette-Pinto ainda não estava consolidada, faltava verba básica para a seu funcionamento com qualidade. Enquanto Fernando Tude de Souza recorria a comissão de vereadores para conseguir o orçamento, o Ministério da Educação conversava com empresas privadas para a venda ou troca de concessões. Em parecer pelos serviços prestados, Fernando Tude de Souza descreveu para o Ministro Antônio Balbino (25/06/53 a 02/07/54) o pedido da Rádio Rio, concessionária de rádio da capital do Rio de Janeiro. Tratava-se da autorização para usar os canais de televisão do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação ou da Rádio Mauá do Ministério do Trabalho, para a criação de uma emissora de televisão, com promessa de transmitir durante uma hora na sua programação diária, alguma apresentação do Serviço de Radiodifusão ou da Fundação Mauá, no período de três anos.

Em contrapartida Fernando Tude de Souza argumentou que ceder a concessão dos canais a uma empresa privada era perder um patrimônio conquistado, que foi confiado o trabalho dos Ministérios da Educação e do Trabalho, como também ressaltou seu descontento com a promessa de uma hora diária para os ministérios por tempo limitado. A *Rádio Rio* justificou que os ministérios não poderiam honrar com as despesas técnicas dos servidores e, os ministérios perderiam 10 anos de programações.

Reconheço o interesse público que existe no encontro de uma solução para situação do Rádio Rio Ltda, pois há necessidade de termos outras estações de televisão nesta Capital e há vantagens enormes no aproveitamento do material que se acha no Brasil. O Estado, porém, não tem culpa da situação, pois, os proprietários resolveram arriscar dinheiro numa oportunidade que poderá ou não ser entendida pelo poder público. Acho, porém, que a solução não deverá ser a proposta agora pelos interessados. Falo, deixo bem claro, no ponto de vista de diretor um serviço educativo que sempre se bateu pela utilização da televisão como veículo de educação o que na Prefeitura do Distrito Federal, planejou e encomendou o que seria a primeira estação de televisão cultural do mundo (SOUZA, 1954).

Como sugestão, Fernando Tude de Souza pediu a transferência dos materiais necessários para a execução dos canais televisivos a serem utilizados pelo Serviço de Radiodifusão Educativa, já que seu diretor não viu vantagem na doação da concessão dos seus canais. Fernando Tude de Souza esteve voltado à execução e expansão da TV e rádio educativas, participou da comissão técnica de televisão e lutou para que uma estação de qualidade fosse criada no Rio de Janeiro. Atuou na direção de divulgação do Distrito Federal para concluir o projeto de Rádio televisão, levantando a bandeira do Roquette-Pinto não apenas em seu nome, mas, no espírito de esperança por um país melhor, através da educação. Seu anseio era criar no Brasil uma estação modelo para as outras federações, como propostas de expansão cultural e educativa.

Quando tomou posse do cargo de diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa foi recebido pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e por Roquette-Pinto. Fernando Tude de Souza se lembrou das palavras do pai do rádio ao recebê-lo: “Meu filho, entrego-lhe esta casa com a emoção que um pai sente no dia em que casa uma filha. Tomei informações do genro e estou tranquilo” (SOUZA, 1956). Quando foi exonerado pela primeira vez em 1951, por motivo de divergência partidária Roquette-Pinto o exaltou, anunciando que seu nome deveria estar escrito ao lado dos pioneiros do rádio de 1923.

A Rádio Ministério da Educação é uma obra de amor. Roquette-Pinto deixou-me um núcleo precioso de colaboradores. Colaboradores que continuam comigo até hoje. Aquela repartição pública que Gustavo Capanema, o grande Ministro da

Cultura, uma vez chamou de casa de ‘família unida’, já sobre minha direção, se tornou também um dos amores da minha vida (SOUZA, 1956).

Consoante ao Serviço de Radiodifusão Educativa notou-se a presença de temas recorrentes nos discursos proferidos pelo seu diretor Fernando Tude de Souza. O projeto de integração entre os brasis assumia a pretensão de realizar uma educação voltada ao povo, com ênfase na preocupação com a formação ética, cognitiva e higiênica da sociedade.

### 3.3 “Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil”

Sou um educador que, por acaso, foi jogado na radiodifusão e que, agora, com a experiência de seis anos, tem base para afirmar que, para afirmar que, para um país de tão vasta extensão territorial como o Brasil, reside no rádio e no cinema e única possibilidade economicamente viável para imensas regiões do meu país, no sector educacional, nos próximos quinze ou vinte anos (SOUZA, 1949).

Em seus estudos além da sua dedicação a radiodifusão e TV educativa, podemos destacar que Fernando Tude de Souza promoveu pelo Serviço de Radiodifusão Educativa o problema da alfabetização, educação de jovens e adultos com aulas extracurriculares por meio do rádio educativo e outros. Para Fernando Tude de Souza não bastava apenas ofertar aos alunos boas aulas e professores, era preciso proporcionar outras possibilidades de aprendizado na sala de aula e fora dela. Ele compreendeu a escola como micro sociedade, a fim de, ensinar os valores práticos da vida para que o aluno aprendesse a ter autonomia.

O Serviço de Radiodifusão Educativa pela Rádio Ministério da Educação e Saúde transmitia cursos de férias emitidos pela Associação Brasileira de Educação frequentemente. Com objetivo de formar professores, os cursos de férias eram divulgados pelo jornal *A Noite*, na coluna: *Letras e Artes*. Foram divulgadas as palestras: Os jangadeiros do Ceará do Sr. Alberto Rangel lida pelo professor Venâncio Filho, Problemas de nutrição na fase pré-escolar pelo Sr. Carlos Sá (*A Noite*, 12/11/1943), *Países da América*, e *Educadores Brasileiros* (*A Noite*, 1944).

Como porta voz deste serviço, o seu diretor acreditava no processo educativo desenvolvido em parcerias com atividades para além da escola e com a escola. Nesse sentido, as atividades extraescolares ganhavam destaque no discurso de Fernando Tude de Souza, na Associação Brasileira de Educação (ABE) no curso de férias para professores, ao abordar sobre o tema de atividades extraescolares:

Vivemos uma nova era. Uma era em que tudo é transformação, é surpresa, é movimento. É dinamismo. Uma era em que a luta pela existência se faz de uma maneira bem diferente de outrora. Em que cada edifício que surge e cada instituição que desaba tem consequências profundas em todos os setores. Em que as responsabilidades aumentam de uma forma assustadora. Em que os médicos deixaram de ser meros receitadores de porções e xaropes, abridores de abscessos para atentar ao redor de si, enxergando nas condições econômicas, sociais e políticas, diretrizes que antigamente nunca tiveram necessidade de ver. Em que os engenheiros já não se limitam ao simples traçar dos planos e ditar das fórmulas de mistura do cimento e da areia, mais que tem problemas mais agudos a estudar. Em que o próprio Direito, na tua rigidez já sabe amparar os golpes de sua espada inflexível quando causas estão em jogo. O mundo inteiro por uma transformação muito séria (SOUZA, p. 1).

Pensando na missão educativa dos profissionais da educação e das diversas áreas que se ocupavam em repensar o Brasil, Fernando Tude de Souza identificou em Klopper<sup>33</sup> cinco conceitos sobre a educação: a- A educação como desenvolvimento harmônico; b - a educação como herança espiritual de raça; c - Preparação econômica da educação, vista pelo desenvolvimento da democracia e dos pensamentos de reforma; d - educação como hábito; e - educação como parte fundamental da socialização. Pensando nesses conceitos, Fernando Tude de Souza constatou a impossibilidade de adaptar esses fins no mundo moderno. Segundo ele, junto com a modernidade chegaram novos interesses na formação social. A escola no preparo do indivíduo para as complexidades do mundo, não poderia ser a mesma escola. Ou seja, precisava se adaptar aos objetivos e as necessidades da sociedade, e prolongar-se para o lar.

É nesse instante de confusão grita-se por escola nova, escola progressista e quanta coisa mais! Há de fato, uma grande diferença entre a escola de ontem e a escola de hoje. A de ontem marchava na suposição de que aprender tanto era aborrecido como fora do natural para o aluno. Hoje o professor que conhece a sua missão sabe muito bem que as crianças 'não somente querem mas anseiam por aprender que o ensino é uma coisa fácil e natural para elas'. Melvin, com muita precisão diz que o professor de hoje deixou de ser o mestre escola antigo, para ser apenas um elemento que exerce e a função católica (SOUZA, s/d, p. 4).

Ao destacar os fundamentos básicos para o desenvolvimento da escola: o poder do saber, fazer, pensar e sentir, Fernando Tude de Souza insistiu no papel dos professores nessa caminhada. No caminho contrário à transmissão de saberes, com proposta de possibilitar ao aluno uma verdadeira imersão no conhecimento, de modo, que ele pudesse ver, ouvir, sentir e praticar os conhecimentos ofertados. As atividades extraescolares em sua perspectiva era uma experiência eficaz para a construção dos saberes escolares. Por meio dos estudos americanos sobre essas atividades, Fernando Tude de Souza sugeriu a divisão por grupos, o primeiro;

---

<sup>33</sup> Educador estudado por Fernando Tude de Souza durante o curso de férias da Associação Brasileira de Educação. Não foi possível encontrar referências sobre este educador.

entre atividades recreativas e esportivas, o segundo; atividades intelectuais envolvendo grupos de literatura e de debates, jornal escolar, clubes de rádio e atléticos, clubes agrícolas, no terceiro grupo; encontravam-se as excursões, lanches ao ar livre, visitas; no quarto, estavam as atividades de interação entre os alunos e a administração escolar (SOUZA, s/d).

Durante o curso transmitido pelas ondas da rádio PRA-2, Fernando Tude de Souza defendeu a importância das atividades extracurriculares no desenvolvimento da educação no Brasil. Como forma de conquistar os pequenos brasileiros para o amor à pátria, aos valores e hábitos culturais, na perspectiva de nacionalizar o ensino, que ainda era fundamentado por práticas estrangeiras. Nesse processo, o papel do professor era de verdadeira missão pela pátria.

Campo de exploração sem igual, as atividades extraclases constituem oportunidades magníficas para o professor inteligente explorar certos sectores de conhecimento e para experimentar novos e promissores materiais. Quantos problemas de classe encontram solução fácil num detalhe qualquer das atividades que os livros nunca dariam? A atração do positivo que todo menino e menina sentem, é satisfeito pela atividade que as referidas praticas ensejam. E o jovem prefere sempre o positivo que o negativo (SOUZA, s/d, p. 7).

As atividades extracurriculares tinham o papel prático na educação, como a oportunidade de aprender atitudes éticas e cívicas aplicadas no cotidiano, de forma mais informal. Ao estudar o educador Harold Hugg<sup>34</sup>, Fernando Tude de Souza afirmou que as atividades extracurriculares é a parte mais voltada à realidade do educando no currículo. Defendendo um currículo voltado para o acadêmico com aulas conceituais nas classes e as atividades extracurriculares, parte do currículo diversificado com desenvolvimento a partir das necessidades e interesses dos alunos.

Vale ressaltar, uma mudança de pensamento do intelectual na educação. O desenvolvimento do homem passou a ser o centro do discurso pedagógico e por isso práticas educativas foram pensadas com objetivo de desenvolver o conhecimento de forma plena, não só nos conteúdos de Português, Matemática e outras Ciências. Notava-se uma forte intenção em conduzir os alunos aos conhecimentos atitudinais e afetivos, como aulas de moral e civismo, as atividades extracurriculares, debates e conferências. Essas deveriam utilizar a curiosidade, imitação, lealdade e convívio em grupo para desenvolver bons hábitos. Nesse

---

<sup>34</sup> Fernando Tude se baseou nos estudos do educador americano Harold Hugg sobre educação extra escolar, durante o curso de férias da Associação Brasileira de Educação. Esta pesquisa não encontrou referências sobre este educador.

sentido, o papel do homem deixava de ser passivo para ativo na sua educação, ao participar efetivamente das atividades propostas, e não apenas escutá-las.

Conforme Fernando Tude de Souza, a criança deve aprender quatro poderes na escola moderna: o poder de saber, de fazer, pensar e sentir. Uma forma de aprender fazendo para na prática desenvolver-se quanto os conceitos acadêmicos e afetivos. Para ele só há educação quando esses conhecimentos fossem aprendidos. Nessa concepção a escola era o lugar propício para aprender autonomia e conceitos de moral e civilidade, mas, não o único. A educação precisava de instrumentos para além da escola, para a sua efetiva compreensão.

As atividades extracurriculares poderiam acontecer de diferentes maneiras. Cada grupo escolar poderia trazer para realidade da escola algo para auxiliar o processo de desenvolvimento da criança. Dividida em grupos de aulas de recreação e esportes, intelectual, social e auditoria. Acordando com Fernando Tude de Souza (s/d), os clubes de rádio, por exemplo, foram enquadrados no eixo intelectual, porém os rádios escolares tiveram importante papel na vida social do ouvinte. Como a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, que tentou relacionar os programas da rádio com o cotidiano das escolas cariocas e a Rádio Ministério da Educação com objetivo de integrar os diferentes sujeitos brasileiros.

O quadro foi descrito com coragem e desassombro. É todos nós ficamos impressionados e os educadores compreendem bem a grande missão que lhes estava reservado pela Pátria. A escola precisa cada vez mais 'conquistar' os filhos dos colonos. É uma escola para cumprir tal desiderato precisa a ser uma escola centro de alegria e de bem estar, mesmo superior ao lar dos brasileirinhos, para que ele sinta prazer em permanecer ali durante quase todo o dia. As atividades extracurriculares resolvem o problema do professor e colaboram de maneira incansável para a resolução dos problemas mais vitais para o Brasil (SOUZA, s/d, p. 13).

Buscando novas formas de mudar a realidade da educação nacional, ele acreditou nas práticas de integração entre a escola/comunidade e a sociedade. Segundo suas considerações boa parte da população não chegava à escola e quando chegava desistiam pelo difícil acesso à escola, por motivo de trabalho e a distância entre os assuntos escolares. Por isso, a atividade extracurricular teria algumas orientações: apoio do programa educacional, contribuição pedagógica, recreação, auto direção, servir para motivação ou trabalho, permitir a interação de grupos, ensinar valores, atividades no turno e contra turno, ser gratuito e ter apoio do grupo docente.

O próprio desenvolvimento das atividades extra classes exige várias modificações na técnica e do ensino. O aluno, depois que foram reconhecidos os valores educacionais das atividades curriculares, passou a participar no planejamento, na direção, no ensino e na avaliação da escola (SOUZA, s/d, p. 16).

Pode-se perceber que Fernando Tude de Souza implicitamente demonstrava uma orientação para uma gestão democrática, na qual mestres e alunos poderiam ter a possibilidade de participar dos processos administrativos da escola. Logo, essa realidade ainda estava muito distante, pois, a escola de forma geral ainda não estava preparada para tal liberdade do aluno, e até hoje não está. Porém, vale destacar essa iniciativa de destaque durante o curso de férias da ABE por Fernando Tude de Souza na formação dos docentes, para o exercício de uma prática mais significativa.

Em outra perspectiva, a PRA-2 manifestava-se politicamente sobre os impactos da segunda guerra mundial. Tentando a imparcialidade, característica forte da posição de Fernando Tude de Souza frente à política brasileira, não houve neutralidade. Enquanto o Brasil tomava posicionamento em relação a segunda Guerra Mundial (1939-1945), ao levar a tropa nacional para combater o governo de Mussolini na Itália a PRA-2 utilizou sua programação para confortar a sociedade em relação aos temores da guerra. O jornal *A Noite* destacou o programa da PRA-2 na matéria: *Problemas do após a guerra*.

O Brasil com forte atuação ditatorial nacionalista tinha influências nazistas tanto na relação comercial que mantinha com a Alemanha quanto pelo regime totalitário de Vargas. Com a proibição de filmes e programas de rádio que anunciassem positivamente a democracia. Segundo Jambeiro (2004), apesar da enunciada classificação imparcial na Guerra (1939- 1945) o Brasil posicionou-se. Enfrentando dívidas externas com a Inglaterra e a França, para salda-las e obter domínio comercial no país os Estados Unidos ofereceu pagar a dívida brasileira se o governo autorizasse a entrada das empresas norte americanas. Ao aceitar esse tratado o Brasil manteve relação com os Estados Unidos e concomitantemente com a Alemanha,

A neutralidade, porém, tornou-se inviável em 1942, com o afundamento de 18 navios mercantes brasileiros, por submarinos alemães, bem próximos à costa brasileira, provocando cerca de mil mortes. A população foi às ruas exigir do governo posição firme em relação ao conflito (JAMBEIRO, 2004, p. 100).

A situação ficou insustentável, levando Getúlio Vargas ao apoio americano e contra a Alemanha. Mas, durante todo o Estado Novo o país assumiu um duplo posicionamento com a continuidade de medidas ditatoriais dentro do aparelho do Estado, sobretudo com a forte censura instituída. A Rádio Ministério da Educação e Saúde, porém tratava de assuntos sobre a Segunda Guerra Mundial, em um tom que não afetava o governo diretamente e o jornal *A Noite* a divulgava as conferências do: *Problemas do Após a Guerra*.

Durante a guerra a rádio Ministério da Educação e Saúde teve uma programação frequente na série intitulada: *Problemas do Após a Guerra*. Parte do jogo político, Fernando Tude de Souza conduzia a PRA-2 com certa neutralidade, esse posicionamento foi fundamental para que a programação do Serviço de Radiodifusão Educativa não fosse censurada. Esta série não tratava abertamente da democracia, abordava problemas sobre o comportamento da mulher brasileira, higiene, educação, mortalidade, entre outros. Em 1943, o professor Hamilton Nogueira da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil ministrou uma conferência sobre higiene e defesa sanitária. Segundo Hamilton Nogueira a higiene infantil era uma questão já debatida entre seus pares, mas para vencê-la eram necessárias ações mais eficazes com apoio das diversas áreas.

O primeiro aspecto a considerar na análise do problema era o alto índice de mortalidade infantil no país. A propósito citou os diversos coeficientes verificados nos Estados em diversas épocas e anos, apontando a seguir as causas, os recursos e os processos para combatê-las e eliminá-las.

A principal causa era sem dúvida a subnutrição, quantitativa e qualitativamente, e daí, também, a primeira e maior indicação de um programa de caráter público: o de nutrição pré-escolar e escolar. Isso deveria ser feito com a maior urgência e de maneira mais extensa, mobilizando-se não apenas os cientistas, os educadores e os técnicos, mas através da propaganda. A consciência do país inteiro. As providências oficiais no sentido deveriam ser acompanhadas da mais ampla divulgação, para que atingíssemos o objetivo ideal, ou seja os primeiros responsáveis pela criança, os pais que deveriam ser esclarecidos das prescrições fundamentais da moderna consciência da nutrição (A Noite, 06/11/1943).

O jornal *A Noite*, de propriedade do Estado relatava constantemente esta série. Nesse sentido identificamos a presença do ideal do projeto de nação pela educação radiofônica na intenção de unificar os brasis, propagada nas programações da PRA-2. O professor Hamilton Nogueira ainda advertia:

O problema da higiene infantil inscreve-se entre os maiores problemas do após a guerra, porque temos de preparar as gerações fisicamente capazes de cumprir as imensas tarefas que nos desafiam no futuro, por isso que somos um país de enorme território, população insuficiente e rarefeita, com economia por criar e regiões inteiras que esperam conquistadores. Preparemos, pois, a estes e desde a infância (A Noite, 06/11/1943).

As ações do Serviço de Radiodifusão Educativa foram enaltecidas pelo jornal *A Noite* na matéria intitulada, *Rádio o grande veículo educacional*, com a seguinte chamada:

Extraordinário o papel reservado à radiofonia no após guerra, especialmente no Brasil. Escola ideal para adultos. Interpretando o serviço público através das ondas hertzianas e ensinando o povo a servir-se das repartições da União. As atividades desenvolvidas pelo serviço de radiodifusão do Ministério da Educação, a PRA-2 vai

ter um dos primeiros estúdios do mundo, em tamanho. Sugestivas declarações do senhor Fernando Tude de Souza à noite (*A Noite*, 13/07/1944).

Figura 2 - Fernando Tude de Souza no jornal *A Noite*



O Sr. Fernando Tude de Souza quando falava à *Noite*. (*A Noite*, 13/07/1944).

Na sua entrevista ao jornal *A Noite* destacou, “O rádio tem-se revelado de importância transcendental no conflito material e de ideais que ensanguenta o mundo”. Esta série divulgada por diferentes temas, entre eles, a Sra. Ignês de Barros Barreto Correia de Araujo, diretora do Departamento de Educação nos serviços de Hollerith referiu-se as qualidades da mulher enquanto intelectual, mãe, esposa, sobre a sua competência para exercer os cargos diversos, convidando as mulheres brasileiras a utilizarem os recursos da época para ajudar nos problemas nacionais (*A Noite*, 16/11/1943).

A Rádio Ministério da Educação não era a única associada ao governo federal. As rádios Nacional, e Tupi também tinha esta pertença. Porém, o Serviço de Rádio Educativa era responsável pela Rádio Ministério de Educação, que transmitia alguma programação comum as demais. *A Noite* lançou em seu jornal a nova programação dessas emissoras, *O que vai pelo mundo*, foi um programa que abordava temas do cotidiano na dramaturgia, apresentado pelo locutor de rádio e cinema Fernando Sá. Conclamando o povo com a seguinte chamada:

Único no Rádio Brasileiro. Acompanhe este novo programa. Homens em luta por um mundo novo! Nos ares, nos mares, nas terras mais distantes. Estas lutas, estes homens e estes heroísmos vivem e se reproduzem neste programa novo e único no Brasil – O que vai pelo mundo. É a dramática evocação de feitos espantosos, de aventuras sobre-humanas, de uma batalha universal pela liberdade de povos oprimidos, pela redenção de milhões de seres humanos. Acompanhe todas as 3as



Figura 4 - Getúlio Vargas no discurso de Ano Novo



Nota: Getúlio Vargas no discurso de Ano Novo na Rádio Nacional (*A Noite*, 02/01/1943).

A presença Getúlio Vargas na Rádio Nacional era constante pelos seus discursos e atos transmitidos pela emissora. Em 1946, Fernando Tude de Souza como presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), pediu em carta ao ministro das relações exteriores João Neves de Fontoura o custeio de no mínimo dois representantes da Associação Brasileira de Educação para irem ao V Congresso Americano de Mestres e The World Conference of the teaching nos Estados Unidos, com a iniciativa de convocar os brasileiros a tomada de responsabilidade frente à educação dos jovens e adultos no Brasil. Durante a conferência, Fernando Tude de Souza relatou que apesar do seu ofício de diretor do Serviço da Radiodifusão Educativa, órgão público do Ministério da Educação e Saúde em um momento que o Brasil atravessava a mudança da ditadura do Estado Novo para uma sensação de democracia no governo de Dutra, ele continuou lutando para manter a PRA-2 isenta de qualquer transmissão política e de propaganda.

Falo com tranquilidade a tranquilidade de alguém que exercendo durante o período ditatorial um posto de direção numa repartição do Ministério, uma repartição perigosa, pois estava em minhas mãos uma das armas mais cobiçadas pelos incensadores: uma estação de 25 kwts, ouvida em quase todo o país, reagiu a todas as investidas, única e exclusivamente porque respondia que aquilo era uma casa de educação e que educação e propaganda não se podiam misturar (SOUZA, s/d, p. 3).

A Educação de Jovens e Adultos ganhava espaço em seu discurso no Serviço de Radiodifusão Educativa pela voz do seu diretor. Com uma campanha de alfabetização, não apenas por uma questão de voto, mas pensando na sua educação plena, em contato com os saberes científicos da língua, da cultura e das questões do cotidiano como trabalho, puericultura e higiene. Na década de 1940, ainda estava presente a preocupação com a alfabetização da população para aumentar o número de eleitores, principalmente em função da eleição pós Estado Novo. O cenário político brasileiro estava diante de um sentimento de democracia que se instaurou com a candidatura de Gaspar Dutra do Partido Nacional Democrático (PDS), em 1946 e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representado por Getúlio Vargas; a União Democrática Nacional (UDN), lançou o brigadeiro Eduardo Gomes com orientação de Vargas; e o Partido Comunista Brasileiro após a sua legalidade dispôs o Yedo Fiúza.

Caminhando na contramão desse movimento, Fernando Tude de Souza acreditava no poder da educação de jovens e adultos. Assim estimava que:

São 15 milhões de brasileiros que precisam de ser integrados na vida nacional, que precisam de passar a fazer parte das reuniões onde os destinos da Pátria se resolvem. São milhões de brasileiros que precisam ser cidadãos úteis ao país. Não se trata – é preciso que nos compenetremos sinceramente disto – de uma campanha como outras que se tem feito por ai, visando ensinar a rabiscar o nome para a conquista do voto fácil” (SOUZA, 1946, p. 3).

Segundo Jambeiro (2004), a inserção dos partidos em uma eleição mais democrática não foi posta em prática com facilidade. Ainda em 1945, o movimento Queremista: surgido em 1945 com a proposta de manter Getúlio Vargas no poder. Associaram-se os partidos comunistas PTB e PCB, recorriam a candidatura de Vargas, por uma assembleia constituinte dirigida pelo presidente para decidir o processo eleitoral (Jambeiro, 2004, p. 104). Getúlio Vargas tentava cercar por todos os lados, chegou até a colocar seu irmão Benjamim Vargas no lugar do chefe de polícia João Gilberto. Logo, essa, entre outras posições não foram bem vistas nos ministérios, o que levou Getúlio Vargas a ser deposto.

Concluía-se, assim, o período do Estado Novo, compreendido entre o golpe de novembro de 1937, e o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que se

constituiu numa fase de grande repressão à liberdade de pensamento, na história política do Brasil. A imprensa sofreu severo controle por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão cuja criação, em 1939, marcou a transformação da estrutura da comunicação de massa no País. A partir dele, até o final do século XX, a atividade regulatória, sempre centralizada no Poder Executivo federal, deixou de ter função exclusivamente técnica, assumindo um caráter político que incluiu, em vários momentos a censura e a perseguição aos jornalistas, proprietários de órgãos de imprensa e concessionários de radiodifusão (JAMBEIRO, 2004, p. 105).

Com o fim do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra foi eleito à presidência da República. Esta mudança ocasionou transformações no Ministério da Educação e Saúde nos anos posteriores. Apesar de boa relação com o antigo ministro Gustavo Capanema, foi na gestão de Clemente Mariane (06/12/46 a 15/05/50) que ele notou que o Brasil estava pela primeira vez diante de um projeto de educação para o povo. Dissertava sobre a eficácia do trabalho de Clemente Mariane no ministério em apenas dois meses como ministro, ao enfatizar o trabalho Lourenço Filho na autoria deste projeto:

É autor desse plano de Educação e Adultos o professor Lourenço Filho. Homem com uma experiência no campo da educação que nenhum outro possui no momento, dedicado, competente, patriota, saberá conduzir a Campanha para os rumos que são sonhados por eles há longos anos, mas que as contingências não permitiram levassem adiante. Lourenço Filho tem na atual administração do Ministério da Educação a sua grande oportunidade de realizar e todos nós, educadores, homens, que nós achamos ligados à educação, brasileiros que desejamos ver o Brasil progredindo, temos nessa oportunidade de realizar a todos nós, educadores e homens que nos acham ligados à educação, brasileiros que desejamos ver o Brasil progredindo, temos nessa oportunidade de cooperação, a grande oportunidade do Brasil, a oportunidade que só poderemos deixar escapar se quisermos cometer um crime contra a pátria (SOUZA, 1946, p. 4).

Estudioso atento aos intelectuais americanos, Fernando Tude de Souza baseando-se nos estudos do diretor da Associação Nacional de Educação dos Estados Unidos, o Joy Elmer Morgan, embasou seus escritos ressaltando a importância de três homens para a civilização: o administrador, o investigador e o interprete. Na qual, o primeiro executava e planejava, o 2º pesquisava e experimentava e o 3º tornava o projeto possível a partir dos objetivos do administrador e investigador. A respeito do Brasil ele ressaltou que: “Dr. Lourenço Filho – no nosso caso é o administrador e planejador; o competente e o dedicado Professor Jarussi é o investigador e nós todos seremos intérpretes” (Souza, 1946, p. 6). Confiante no potencial dos intelectuais brasileiros, Fernando Tude de Souza acreditou que através da participação dos educadores e delegados dos estados nessa campanha conseguiriam beneficiar todos os homens. Bem como a cooperação do rádio e do cinema educativo e do Ministério da Educação e Saúde na organização dos materiais necessários.

Precisamos de sentir o Brasil como um todo em que cada qual tem direitos iguais e em cada qual tem responsabilidades. A execução tem que ser local e o apoio será emprestado pelo Ministério de Educação e Saúde aos estados para que isso se processe com harmonia e eficiência. Este é um ponto muito importante no nosso trabalho e espero que cada um dos senhores se encarregue de transmiti-lo a todos os cidadãos de seu Estado. Essa campanha que o ministério planejou, com auxílio direto dos Estados, pois aqui estão os delegados para nos orientar, em todos os pontos de ação, terá que ser executada pelos Estados com auxílio do Ministério” (SOUZA, s/d, p. 9).

Nesse sentido, a intenção de Fernando Tude de Souza, demonstrava uma intensa vontade de se aproximar os diferentes brasis pela educação. Numa tentativa de diminuir as diferenças sociais pelo ensino da língua e da cultura para todo Brasil e para cada diversidade regional existente. Percebe-se em seus relatos uma convocação quase que missionária para angariar adeptos ao seu projeto educacional, os convidando para uma campanha benemérita, vocacional e voluntária.

A frente da Rádio Ministério da Educação, Fernando Tude de Souza foi convidado por universidades, programas de rádio, associações e congregações nacionais e internacionais para contar a sua experiência em curso no Serviço de Radiodifusão Educativa. Em 1948, Fernando Tude de Souza foi convidado pela Universidade do Ar do Senac para realizar uma palestra sobre rádio e educação. No início das palavras mencionadas, por ele, ressaltou a primazia em discutir educação pela rádio em um país que investia pouco na construção de escolas em vista do extenso território e da grande população brasileira.

Com a vastidão territorial de que dispomos, com a rarefação de população que coloca imensas regiões do Brasil, com menos de 1 habitante por quilometro quadrado, com uma área escolarizável, e, com incapacidade econômica de para dar escolas a todos os brasileiros que delas necessitam, o nosso país terá que, com Inteligência, traçar planos sérios e honestos para a mais ampla aplicação do rádio e do cinema, caso não queira condenar, irremediavelmente, ignorância, miséria, e da doença (SOUZA, 1948, p. 1).

Para Fernando Tude Souza (1948, p. 1) “O que a aviação é para o transporte o rádio é para a educação”. Tal frase exemplifica o sentimento de transformação que via no rádio, para ele a aviação e o rádio se aproximavam no sentido de inovação e modernidade que ambos traziam para as suas áreas. Pensar em uma estação de rádio que pudesse alargar o alcance da educação escolar e da cultura era pensar em uma nova forma de educar.

Segundo Fernando Tude de Souza (s/d) dos meios de comunicação a radiodifusão tinha maior alcance. Pelo crescimento do rádio, muitas emissoras a utilizaram como recurso comercial para educar, classificou essa ação como: deseducação. Para ele, o rádio era um potente veículo de desenvolvimento da população. A radiodifusão pertencia ao Estado que por

ocasião tinha concessão internacional, assim, os assuntos do rádio estavam subordinados às exigências internacionais e, cada setor privado que quisesse adquirir uma concessão deveria cumprir os regulamentos disponibilizados pelo Estado. Assim, “no ponto de vista escolar a rádio não é nem pode ser um substituto completo do professor. É uma solução para onde a escola não chega ou chega mal” (SOUZA, s/d).

Em 1948, Fernando Tude de Souza foi convidado pela UNESCO para homenagear os profissionais da radiodifusão nas Américas. O médico e educador salientou nos seus escritos para a UNESCO que a guerra está na alma do homem e para romper com os ideais de guerrilheiros era preciso implantar ideais de paz no homem. Conscientemente de este dever a dificuldade de unificar os países pela paz era uma constante, afirma que os princípios de paz deveriam estar nos homens, nos seus pensamentos e práticas cotidianas. No seu olhar o rádio era o instrumento capaz de educar e conduzir o homem para a paz.

A UNESCO sabe que a paz será uma realidade quando for mantida e desejada pelo homem da rua, quando chegar a ser realmente uma aspiração de todos, mas mundo onde a metade é silenciosa, onde metade não saber ler e ... sabe ler...escrever sequer, que veículo mais admirável pode desejar que o rádio. A voz da UNESCO, a voz de paz e de entendimento entre os homens, a voz que luta pela liberdade, pela justiça, que luta contra a ignorância, contra a doença e contra a miséria, a voz que deseja apenas implantar a verdade como a base do entendimento entre todos os povos, só mesmo através da radiodifusão poderá ser escutada em toda parte (SOUZA, 1948).

Em seus escritos Fernando Tude de Souza ressaltou que diante de uma população mundial com grande maioria analfabeta, transmitir ideais de paz pela rádio era uma saída possível. Logo, “Alguém disse que a radiodifusão é para a educação o que a aviação é para o transporte, e, eu acrescento que para a batalha a bomba atômica para a solução da paz a radiodifusão talvez seja mais que a própria bomba atômica para a solução da guerra” (SOUZA, 1948, s/p). A Rádio Ministério da Educação por meio da série, *Os problemas após a guerra*, incorporou conceito de paz mundial em prol do Estado na segunda guerra mundial.

O próprio Serviço de Radiodifusão educativa teve complicações no desenvolvimento do projeto inicial dos pioneiros da Rádio Sociedade.

O rádio é o grande intérprete do mundo momento. O rádio que na hora do pós-guerra foi o elenco de povos oprimidos quase à beira do desespero. O rádio que foi o grande veículo da verdade das forças do bem, o rádio que destruiu todas as mentiras totalitárias, terá que continuar a ser batalha da paz o grande veículo da verdade. Os radialistas americanos que são um exemplo de fidelidade democráticos, sempre dispostos a todos os sacrifícios pela liberdade, hoje, mais que nunca são necessários (SOUZA, 1948).

O diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa definiu em cinco pontos as intenções da UNESCO quanto à radiodifusão.

1. A UNESCO não tem a intenção de competir com nenhuma organização nacional
  2. A UNESCO dará o suporte necessário ao país que recorrer sua ajuda, porém não irá interferir em nenhuma rádio, seu interesse é apenas contribuir com as rádios locais.
  3. O objetivo de alcançar a massa através da rádio só será possível diante de um material de qualidade.
  4. A UNESCO não tem intenção de difundir a sua organização pela rádio, “sem sentir o que está fazendo, sem colocar-se honestamente, sinceramente no trabalho realizado.
- A UNESCO produzirá programas, a fim de explicar suas intenções para os radialistas em seis meses (SOUZA, 1948, p. 2).

Segundo Fernando Tude de Souza (1948), a UNESCO na tentativa de ajudar os países na conscientização dos países americanos pela paz, transmitiu pela voz do seu diretor geral Dr. Julian Hurlex, o ideal de construir um mundo só com cada povo. Para ele, a radiodifusão tinha papel fundamental na reconstrução do mundo pela paz, e por isso convidou Fernando Tude de Souza para ministrar essa palestra.

Não tenho tempo para vos dizer, desta tribuna, o programa da UNESCO, mas digovos numa síntese: 1) Reconstrução (o homem ajudando o homem a reconstruir); 2) Comunicação (o homem falando ao homem; Educação (o homem ajudando ao homem a crescer no conhecimento); 4) Intercâmbio cultural (o homem trocando com o homem o que de melhor possui; 5) Relações sociais e humanas (os homens vivendo juntos) e 6) Ciências naturais (o homem ajudando o homem a conhecer e controlar a natureza). Que programa poderá ter sentido mais humano e necessitar tanto do esforço dos homens? A obra da UNESCO é, como disse o Sr. Willian Benton, dos Estados Unidos, daquela que todo homem civilizado pode cooperar e para qual a cooperação de nenhum homem será demasiada (SOUZA, 1948, p. 3).

Sobre a importância do rádio na conscientização do homem,

A metade silenciosa do mundo, a que não sabe ler e escrever é capaz de ouvir o rádio. E esta metade não pode continuar isolada dos destinos do mundo que também são os seus destinos. Levar a todos os homens a verdade eis a tarefa que a UNESCO pede aos radialistas não apenas das Américas mas, também de toda parte (SOUZA, 1948, p. 5).

A radiodifusão teve grande alcance em todos os países americanos, com ressalva para os Estados Unidos. Segundo os estudos de Fernando de Tude de Souza em 1948, eram disseminadas vinte mil palavras por dia. No Brasil, ainda não havia estudos específicos sobre a quantidade de palavras pronunciadas, porém as pesquisas levantadas pelo diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa da margem para pensar a dimensão das transmissões via rádio e

seu potente alcance. Com o labor entusiasmado pela a ação do rádio, “A radiodifusão tem apenas 25 anos de idade como meio de comunicação com o povo. Nenhum outro veículo de comunicação teve desenvolvimento tão rápido e tão violento” (SOUZA, 1949).

As conferências e discursos realizados por Fernando Tude de Souza durante as décadas de 1940 e 1950, pelo Serviço de Radiodifusão Educativa, na Associação Brasileira de Educação, na Universidade do Ar (1948), na UNESCO (1948), entre outros levou-nos a pensar no papel do Serviço de Radiodifusão Educativa, que comprometido com a educação brasileira enunciou outra forma de despertar o conhecimento. A Radiodifusão educativa, diferentemente do rádio informativo priorizou somente assuntos culturais e de ensino, já a rádio comercial ou informativa pôde dispor de anúncios comerciais, informes gerais, exibição política e outros. Entre as diferentes notas exibidas no Jornal *A Noite*, nota-se.

Anúncio da Rádio PRA-2 do Ministério da Educação no jornal *A Noite*,

Não penetremos de olhos vendados no Mundo do Amanhã...

Urge cuidar já e já do futuro no exame atento do destino próximo da civilização em geral e no estudo cuidadoso de tudo quanto, alterado pela guerra, deva ser recomposto para assegurar no nosso Brasil que ressurgirá vitorioso desta guerra, a sua vitória completa para um trabalho fecundo de construção na paz e na sua conservação para o bem da humanidade. Contribuindo para que tão grandioso objetivo seja alcançado o mais depressa possível, o Departamento de Educação dos Serviços Hollerith tem a satisfação de oferecer ao Povo Brasileiro um curso de Conferências sobre Problemas de após a guerra. [...] Esta Conferência, assim como todas as da série, será irradiada pela Rádio Ministério da Educação – onda de 800 KCS (*A Noite*, 02/01/1943).

Figura 5 - anúncio do curso de conferências sobre *Problemas de após-guerra*

**Não penetremos  
de Olhos Vendados no  
Mundo de amanhã...**



Urge cuidar já e já do futuro no exame atento do destino próximo da civilização em geral e no estudo cuidadoso de tudo quanto, alterado pela guerra, deva ser recomposto para assegurar ao nosso Brasil que ressurgirá vitorioso desta guerra, a sua vitória completa para um trabalho fecundo de construção na paz e sua conservação para o bem da humanidade.

Contribuindo para que tão grandioso objetivo seja alcançado o mais depressa possível, o Departamento de Educação dos Serviços Hollerith tem a satisfação de oferecer ao Povo Brasileiro um

**CURSO DE CONFERÊNCIAS SÓBRE  
PROBLEMAS DE APÓS-GUERRA**

**Hoje** AS 18 HORAS, PONTUALMENTE  
no auditório do Departamento de Educação dos Serviços Hollerith, à Avenida Graça Aranha, 182-5.º and., Rio de Janeiro, será realizada a seguinte conferência:

"As diretrizes da política educacional de após-guerra", -- pelo Prof. Dr. Ignácio M. Azevedo de Amorim, Diretor da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.

Esta conferência, **PRA-2** assim como todas as da série, será irradiada pela **RÁDIO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ONDA DE 800 KGS.**

IA-5H3

Nota: Problemas de Após-Guerra. (*A Noite*, 02/01/1943).

As diferenças entre as categorias de rádio eram discutidas em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, usava-se o termo: *Public service programa* para a rádio educativa ou cultural para diferenciá-la das demais e pela resistência ao próprio termo educativo. O código de Ética americano também previu que os programas de rádio deveriam conter ao menos alguma intenção educativa (SOUZA, 1949). Ou seja, até as emissoras

comerciais tinham que exibir algum programa educativo. Nos estudos de Costa (2012) a Rádio Nacional exibiu com frequência programas educativos, com altos índices de audiência entre eles: *Biblioteca do Ar*, *Ouvindo e Aprendendo* e o *Tapete Mágico da Tia Lúcia*.

Pode-se notar em Fernando Tude de Souza (1949) que o rádio se constituía como uma concessão internacional, cada nação detinha o direito de uso de uma determinada frequência e, usaria à sua maneira. Porém, coube ao Estado o bom uso do rádio, mas esse cuidado não poderia ser confundido com o controle do Estado. “Zelar pela boa aplicação do rádio não deve significar controle pelo Estado ou imposição de censura ou de restrições outras. Ensinar a boa sabedoria que é a melhor maneira de acabar com a má propaganda é a boa propaganda” (SOUZA, 1949).

No Brasil esse objetivo foi sucateado pelo governo do Estado que tentava impor de todo modo sua política autoritária e os seus benefícios, mas, apesar disso o Serviço de Radiodifusão Educativa se colocou frente ao governo de forma positiva sem proclamar os seus feitos ou denegrindo a imagem do Estado. Apesar da forte censura pelo Estado para a imprensa, cinema e o rádio, a emissora do Serviço de Radiodifusão Educativa conseguiu sobreviver às manobras do Estado e colocar em prática seu projeto integrador sem perder de vista seu projeto criador (RANGEL, 1997).

O posicionamento do Serviço era servir a população, dando a aqueles que precisavam de conhecimento, a educação e aqueles que já tinham alguma formação atuavam para aprimorar a cultura. A esse respeito Fernando Tude de Souza nos indica a necessidade de informar pelo rádio, como tarefa árdua que carecia de formação técnica para estimular os ouvintes. Em *Rádio e Educação* de Ariosto Espinheira (1934) o locutor tem papel fundamental no aprendizado pelo rádio, de acordo com os seus estudos é preciso entusiasmo, imaginação, exposição de fatos para prender a atenção do ouvinte. Acordando com Espinheira, Costa (2012) ressalta a imposição dos speakers na enunciação da voz, afirma que as transmissões de programas e até mesmo a sua audiência está intimamente relacionado a voz do locutor. O modo que o este radialista enunciava as mensagens era primordial para o sucesso da emissora.

Assim,

Ensinar pelo rádio não é tarefa fácil, nem é tarefa para todo e qualquer professor. Não é possível dar uma aula através de um microfone com a mesma facilidade com que se dá numa sala de classe. O microfone tem segredos que desencantam oradores primorosos. Falar em sentir a reação do auditório é difícil, sobretudo para os

improvisadores que tiram das reações da assistência as diretrizes para as novas arremetidas (SOUZA, 1949).

Fernando Tude de Souza debruçou-se sobre a educação e o rádio, fundamentando parte das suas convicções sobre a radiodifusão nas pesquisas americanas, percebeu certos conceitos errôneos desse veículo. Para ele os professores deveriam perder o pré-conceito da rádio como uma ameaça à profissão docente, não se tratava disso, era preciso pensar neste, como instrumento de educação, na qual os professores poderiam inclusive utilizar-se desse recurso<sup>35</sup>.

O que mais me parece vital é combater a ideia que a missão educativa do rádio só pode ser exercida por meio de classes ou aulas radiofônicas. O combate a tal ideia tem que ser feito não apenas no meio público, mas entre os educadores que estão, na sua maioria atrasados em reconhecer tudo quanto se pode a radiodifusão realizar em benefício das suas missões. Educação não é apenas o que se faz na escola. Educação não é apenas o ensino sistemático. Educação pode e deve ser entendida como o ensino de viver bem. Não apenas instrução. É toda a vida (SOUZA, 1949, p. 3).

Em 1949, Fernando Tude fez um levantamento dos pontos positivos sobre o auxílio da rádio na escola. Nos seguintes temas: trabalho radiofônico; participação do aluno no trabalho; a rádio como força emocional; o rádio e a autoridade; a rádio e a experiência do educando; o rádio e o desenvolvimento do bom gosto; o rádio conquista o espaço; o rádio na revisão dos currículos; o rádio pode na melhoria dos métodos de ensino; relação escola e comunidade. Com base nesses itens podemos destacar que o Serviço de Radiodifusão Educativa buscou colocar em prática o projeto iniciado por Roquette-Pinto e sua continuidade por Fernando Tude de Souza que tentou fazer do rádio um veículo integrador entre os diferentes brasis, favorecendo, saberes científicos e culturais para as distintas sociedades, entre elas a rural, buscando unificá-las. Nas suas considerações percebe-se claramente que para ele, o rádio era uma fonte de trabalho para os jovens, abrindo possibilidade de estágios, aulas, cursos e até primeiro emprego. Como também favorece o desenvolvimento das atitudes emocionais, pela comunicação e participação de atividades artísticas de música, teatro e mímica.

Da mesma forma que, o trabalho com o rádio dava inúmeras possibilidades como: recurso metodológico para os professores, ao enriquecer as aulas com a informação imediata e com a integração entre as experiências dos educandos; função de interação entre as diferentes regiões do país; revisão dos currículos, e aprimorar a relação escola e comunidade na tentativa de tornar as atividades mais significativas para os alunos. Tinha algumas limitações. Entre

---

<sup>35</sup> Pode-se dizer que o rádio até a primeira metade do século XX foi para a educação o que o computador e a internet são nos tempos atuais.

essas, a sincronização do tempo das programações, o público a ser atingido, material de acordo com o trabalho escolar, programas para despertar o interesse pelo conhecimento, necessidade de dinamizar formas de apresentação e participação dos programas. O novo recurso tecnológico ainda estava se desenvolvendo quanto a sua organização e estrutura, de tal forma que as programações também deveriam ser verificadas a fim de transmitir uma comunicação de qualidade. Os pontos salientados por Fernando Tude de Souza (1949) nos leva a perceber uma tentativa de desenvolver a educação moderna no Brasil, utilizando o rádio como recurso importante para aquisição de novos valores e práticas para a escola.

Acreditando fielmente no rádio como forma de ensino, Fernando Tude de Souza elegeu programas que considerava fundamental para o trabalho educativo pelo rádio.

Poderíamos indicar vários tipos de programas que se prestam para um trabalho didático e cultural, como: 1) palestra direta; 2) a entrevista; 3) a mesa redonda; 4) aula direta; 5) programas de perguntas; 6) fórum ou debates; 7) dramatizações; 8) informativos; 9) música desorita; 10) lições de demonstrações. Pode haver também comunicações destes tipos de programas. Para a educação de adultos, o objetivo que mais interessa nesse trabalho, aconselhamos os programas dramatizados e os informativos (SOUZA, 1949, p.6).

Assim, o sucesso de uma programação de rádio dependia, segundo Fernando Tude de Souza, do público que determinava a qualidade e o gosto pela emissora. Os ouvintes precisavam ser afetados pelo conteúdo programático, para continuarem ouvindo. A experiência das emissoras do Ministério de Educação PRA-2 demonstrava interesse em agradar todas as idades, ao ministrar dramatizações para as crianças e para a população de forma geral, aulas dialogadas com os jovens do ensino secundário, palestras e conferencias para o ensino superior.

Mesmo considerando o rádio um potente instrumento educativo, o Serviço de Radiodifusão Educativa acreditava que este não era a única forma. Para educar via rádio era necessário estabelecer uma relação entre o ouvinte e os programas, na qual o aluno se sentisse atraído pelo que ouviu ao ponto de querer saber mais sobre o assunto, despertando o interesse para estudar cada vez mais. Assim, afirmava Fernando Tude de Souza, que o rádio constituía-se, “sobretudo como um grande veículo para a educação de adultos no sentido em que entendemos, insto é de integração do homem com o seu grupo” (SOUZA, 1949, p. 8). Cabia ao educador do rádio a tarefa de estimular seus ouvintes na busca e continuidade do conhecimento.

O Brasil está em posição de apresentar ao mundo uma grande experiência no setor de rádio educativo, friso no setor de rádio educativo e não rádio escolar. Possui Serviço de Radiodifusão Educativa, dentro do Ministério da Educação, trabalhando autonomamente durante quatorze horas diárias, sem uma palavra de propaganda comercial ou político partidária, com orçamento próprio dentro do orçamento geral do Ministério da Educação, tendo como lema “pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil” (SOUZA, 1949, p. 8).

Para o bom funcionamento do Serviço de Radiodifusão Educativa, Fernando Tude de Souza contou com o apoio do Ministro de Educação e Saúde Gustavo Capanema desde o início da sua trajetória no rádio, e após a sua saída teve o apoio de Clemente Mariane. A rede de relações que Fernando Tude de Souza teceu, favorecia significados expressivos para o andamento do seu projeto nação. Capanema esteve voltado à defesa do rádio e cinema educativos desde a regularização do S.R.E., em 1937. Quando Gustavo Capanema o convidou para o cargo em 1942, tinha a perfeita convicção de que Fernando Tude seria o sucessor ideal para dar continuidade ao trabalho de Roquette-Pinto na Rádio Sociedade. E, após cinco anos de gestão do Fernando Tude de Souza, o antigo ministro Gustavo Capanema pôde acompanhar de perto a vitória dessa rádio.

Escrevo-lhe ainda para felicita-lo pelas realizações tão expressivas, tão valiosas, tão cheias de interesse e utilidade, impregnadas de cultura, que o Serviço de Radiodifusão vem, sob a sua direção, apresentando. O seu esforço tem hoje uma recompensa; você hoje apresenta ao país uma conquista a mais com que se enriquece nosso aparelhamento de difusão cultural. Meus sinceros parabéns (CAPANEMA, 1948).

Tratava-se da justificativa da sua ausência na inauguração do novo estúdio sinfônico do Serviço da Radiodifusão Educativa, Capanema demonstrou sua satisfação com o trabalho desenvolvido por Fernando Tude de Souza. Na ocasião comemorava-se a nova inauguração do estúdio sinfônico do S.R.E., na Terça Feira, 25 de Abril de 1948. Era o vigésimo quinto aniversário da primeira rádio nacional: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que viveu pelo seguinte propósito, “pela cultura de quem vive na nossa terra, pelo progresso do Brasil” (Souza,1948). O professor Roquette-Pinto foi condecorado como um dos mais renomados intelectuais no setor da rádio nacional e internacionalmente. Segundo Fernando Tude de Souza (1948) o aniversário da emissora PRA-2, foi festejado com a seguinte programação:

19:30h chegada do Presidente e visita rápida às instalações.  
 20:00h Hino Nacional pelo coro e orquestra.  
 20: 10h Solenidade de inauguração do estúdio sinfônico pelo presidente Mariani e o Dr. Fernando Tude de Souza, diretor do Serviço.  
 20: 25h inicia o recital Madalena Tagliaferro.  
 20: 40h: Concerto da Orquestra sinfônica.

21: 15h Recital de Vileta Coelho Neto de Freitas com orquestra sinfônica.  
 21: 45h Festival de Música Brasileira pela orquestra sinfônica.  
 23: 30 Encerramento (SOUZA, 1948).

O evento congregou intelectuais, cientistas, professores, técnicos do rádio, entre eles, Henrique Morize e Roquette-Pinto, fundadores da PRA2, antiga Rádio Sociedade. Além dos festejos a PRA-2 comemorava a sua expansão, com o seu mais novo estúdio sinfônico, e nova emissora de ondas curtas.

O Serviço de Radiodifusão Educativa do M.E.S. vem passando por uma série de melhoramentos e hoje é apontado como um dos três melhores do mundo no setor de rádio educativo. Possui a estação mais poderosa da capital federal em ondas médias e instalações condignas. No dia 20 de abril inaugurará o seu novo estúdio sinfônico – maior e mais completo de toda a América do Sul – e sua nova emissora de ondas curta, já em experiência. Trata-se de acontecimentos à altura das justas comemorações pela passagem do vigésimo quinto aniversário do início da radiodifusão no país, e fadado a ter a maior repercussão em todo o país e no estrangeiro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1948).

Entramos no festejo em nome da rádio educativa, iniciada por Roquette-Pinto e os pioneiros da Rádio Sociedade (1923) em andamento na Rádio Ministério da Educação, a PRA-2 de Fernando Tude de Souza. Esse encontro de experiências entre os intelectuais da radiodifusão educativa colocava ambos a par do projeto de nação pelo rádio. Por outro lado, a existência dos diferentes brasis refletia o problema de comunicação e conseqüentemente a falta de unidade nacional. Esse projeto vislumbrava a difusão de uma cultura mais homogênea, em Velho (1987) podemos dimensionar os modelos culturais pertencentes a um grupo seletivo, que o Serviço de Radiodifusão Educativa tentava democratizar.

Pode-se distinguir a existência de certos temas, de determinados paradigmas culturais mais significativos e que têm um potencial de difusão e contaminação maior do que os outros. Tomando-se como referência qualquer sociedade, poder-se-ia dizer que ela vive permanentemente a contradição entre as particularizações de experiências restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos e a universalização de outras experiências que se expressam culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores – paradigmas, temas etc (VELHO, 1987, p. 18).

A argumentação de Velho (1987, p. 19) nos leva a propor outra lente de observação. O que pode ser comunicado no Serviço de Radiodifusão Educativa e o que foi comunicado? Com base no projeto criador da Rádio Sociedade e da ação de Fernando Tude de Souza, na emissora do Ministério da Educação e Saúde foi defendido pelo ministro Gustavo Capanema em 1937 para abranger, de forma segura e controlada, as escolas, dispondo de textos educativos e funcionando como um centro nacional de radiodifusão. O Serviço de

Radiodifusão Educativa foi dividido em dois momentos: período de regulamentação de 1937 a 1942; e de implementação, entre os anos de 1943 a 1951. No primeiro, a SRE foi um órgão do governo que disponibilizava do material da antiga Rádio Sociedade, de forma precária e sem investimento destinava as poucas horas da sua irradiação para a transmissão de solenidades e textos educativos por grande extensão de tempo, não há indícios de que tornou um centro oficial de radiodifusão. No segundo, o ingresso de Fernando Tude de Souza marcou a reconstrução da identidade da Rádio Ministério da Educação, recuperando do projeto roquettiano a sua essência educativa. Ampliou sua aparelhagem e tecnologia e se tornou uma rádio potente de ondas médias e curtas, propagou aulas escolares, palestras, debates, conferências, e aulas mais práticas voltadas ao grupo doméstico e agricultor.

Aos ouvintes, alunos de escolas, universitários, professores e a zona rural, não encontramos fontes que atestem a opinião desses sujeitos sobre a programação da PRA-2. Entramos em um problema crucial, será que o SRE executou de fato sua proposta integradora? Como ressalta Le Goff (1990), os documentos não são monumentos imutáveis ou provas concretas para o julgamento. O dever do historiador é interrogar as fontes. Neste tocante, a fim de compreender o ideal de educação rural na implementação do Serviço de Radiodifusão Educativa, interpretamos que o seu objetivo fundador era diminuir as diferenças entre as distintas civilizações presentes nos espaços rurais e urbanos, integrando-as pela educação das ciências e da cultura. Notamos a concepção da educação como capaz de salvar a população do atraso, porém pela programação da Rádio Ministério da Educação ficou claro certa preocupação com a formação do trabalhador agrícola e da difusão de conhecimentos higiênicos nos lares.

Segundo Velloso (1987), os sujeitos aprendem com as suas experiências e trajetórias individuais. Para ele, existe o fatalismo sociológico que determina um fim para indivíduos de acordo com a classe social que estiver inserida, como uma espécie de símbolos e códigos que restritos a um determinado grupo não podem ser apreendidos por outros e dinamizados entre eles. Com Velloso (1987) nos colocamos a pensar que a experiência do rádio, em particular do projeto de Radiodifusão Educativa, favoreceu algumas ligações entre os trabalhadores de forma geral e específica rural com o pensamento literário, científico e dos intelectuais que se colocavam a discutir questões centrais para ampliar a formação da nação, assuntos que de ordem prática como as aulas de puericultura e agricultura eram contrastadas e intermediadas pelas aulas de Ciências, História, Português, Francês, colaborando para a integração de ideais que tinham a ambição de quebrar as barreiras entre o antigo e moderno, rural e urbano que ainda estavam em disputa, colocando-as em uma única transmissão, nas ondas hertzianas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Um caminho percorrido

A pesquisa história surge das questões que o historiador elege como importantes para compor a sua trama. Este estudo que partiu da curiosidade de compreender como se construiu a educação rural na primeira metade do século XX, encontrou no Serviço de Radiodifusão Educativa muito mais do que as respostas para as perguntas iniciais, provocou outras inquietações acerca da problemática da unidade e da integração nacional. Ao longo da dissertação percebemos que a construção da educação rural não se constituiu apenas na transplantação de ideias do urbano para o rural, havia tentativas de integrar esses antagônicos e compreender os distintos brasis que convergiam. Para isso, estabeleceram práticas de ensino para a população em geral, e para as especificidades apresentadas, como a educação para a zona rural e a educação para jovens e adultos.

No processo de construção desse trabalho encontramos nas ações sanitárias de Belizário Penna e Arthur Neiva e nos estudos de Monteiro Lobato um norte para iniciarmos a compreensão sobre a existência de distintos brasis. Estes careciam de investimentos efetivos para a promoção do desenvolvimento do país enquanto unidade nacional. Buscando interpretar as mazelas do homem rural, o abandono sanitário das regiões nortistas e interioranas, as marcas da ausência da educação escolar, carência de investimento público nas questões habitacionais e de estrutura para as cidades. Partindo dessa premissa consideramos o Serviço de Radiodifusão Educativa como parte significativa do projeto de integração social, partindo da iniciativa de Roquette-Pinto na Rádio Sociedade até a sua doação para o Ministério de Educação e Saúde (1936) e, com isso a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa (1937). O rádio surgia como elemento integrador que poderia servir de instrumento para possibilitar a educação da zona rural, diante das dificuldades que enfrentava.

Entre a criação, em 1937, e a efetivação do Serviço de Radiodifusão Educativa em 1943, houve gradativas rupturas para manter o ideal de rádio educativa pulsante. Quando o Serviço de Radiodifusão Educativa conseguiu ser reestabelecido, neste ano, após a disputa entre os ministérios da justiça e educação e a nomeação do seu primeiro diretor, o médico baiano Fernando Tude de Souza representou o recomeço de um projeto adormecido por seis anos. Pois, durante a sua criação em 1937 e efetivação em 1943, o Serviço funcionou precariamente sem investimento quanto a sua manutenção, organização e trabalho

pedagógico. Com isso a reconstrução do rádio para um potente transmissor de ondas curtas, médias e longas, com programação diária, sem interrupção política e comercial.

Logo, o Serviço de Radiodifusão Educativa, durante o período de 1943 a 1951, cumpriu seu objetivo enquanto projeto de educação popular via rádio. Pelo seu diretor Fernando Tude de Souza que manteve ativo o investimento na rede de ensino e cultura pelo rádio, mesmo nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). A força do seu projeto fundador demonstrou que apesar de políticas distintas era possível fazer um trabalho de democratização do ensino, disponibilizando aulas, palestras, conferências, musicais e cursos instrutivos para a zona rural.

O Serviço de Radiodifusão Educativa defendeu a possibilidade de um meio de comunicação tornar-se um potente integrador social. Em seus princípios a educação era a forma para salvar a população do atraso, fazendo-a ascender a civilidade via a veiculação dos conteúdos escolares e da cultura. Para isso, o rádio educativo se constituiu como ponte para uma experiência ativa, na qual o homem era colocado no centro do processo. A fomentação do Serviço de Radiodifusão Educativa para criar uma comunidade educativa de cultura, lazer, saúde e tecnologia em torno do rádio representou uma mudança de perspectiva sobre a educação rural. Não se tratava apenas de ensinar uma profissão, técnicas e comportamentos para o lar ou para o trabalho, mas projetava-se uma iniciativa que fomentasse conhecimento e cultura para a zona rural.

A população rural era vista como marca do atraso de uma civilização que era esquecida e precisava de ressignificação do Estado. A redescoberta do país nos estudos antropológicos de Roquette-Pinto baseou a continuidade da Rádio Sociedade no Serviço de Radiodifusão Educativa que percebia a necessidade de integrá-lo pelo rádio. Apesar do empenho do diretor Fernando Tude de Souza, o seu sucateamento desde 1937 quando a rádio foi instituída, e após a saída do Ministro Clemente Mariani (1950), foi determinante para a interrupção desse projeto. Mas, felizmente nos lembra Lovisolo (1989, p. 5), essa força que impulsionava as ações dos educadores-reformadores demonstra uma tradição histórica que não deve ser esquecida. Uma herança de que fomos capazes de refletir criticamente sobre a educação e colocar em prática projetos de intervenção e transformação.

As dificuldades políticas de criação e funcionamento do Serviço de Radiodifusão Educativa durante o processo de regulamentação (1937-1943) e após o ano de 1951 não ocasionaram o seu fracasso e sim como um recomeço para a ação do projeto de democratização da educação no país. Os projetos soam como gritos que ecoam para uma reconfiguração na saúde, na educação e na organização social. Com Freitas (2001) lembramos

da argumentação de Monteiro Lobato de que ainda não somos povo, pois, falta-nos unidade. Vivemos em um país tomado por embates políticos e econômicos que interferem nos projetos de democratização da educação. A busca pela homogeneização da população ainda é uma constante no pensamento político brasileiro, logo nos afastamos cada vez mais da integração entre rural, urbano, antigo e moderno e dos muitos outros brasis que ainda se fazem presentes na atualidade. Com o projeto de educação via rádio pelo Serviço de Radiodifusão Educativa refletimos sobre o curso desse projeto que mesmo com as marcas do seu tempo constituiu-se como inovador por ter sido um serviço público de rádio revolucionário que se propôs diminuir a distância entre os diversos brasis pela educação pública dentro do aparelho ideológico do Estado.

A eficiência e atividade do Serviço de Radiodifusão Educativa no período de implementação (1943-1951), pela determinação do seu diretor Fernando Tude de Souza foi essencial para disseminar conhecimentos gerais e específicos para a zona rural, informações sociais, cultura, saúde, trabalho e ciência em uma rádio pública. Nesse tocante, a Educação Rural no Serviço de Radiodifusão Educativa apresentou-se como uma medida salvadora via educação. Por meio dos documentos do acervo pessoal de Fernando Tude de Souza, entre as cartas, relatórios, discursos e conferências proferidos por ele, notamos uma chamada aos intelectuais e representantes do governo, de estações de rádio e pela a Unesco a utilizarem o rádio como instrumento da educação, servindo principalmente como forma de levar saberes teóricos, de trabalho agrícola e de cultura comum à população geral, a fim de instituir valores, ensinar a língua portuguesa, a literatura nacional e internacional além da música popular e clássica. Mas afinal, por que destinar uma parte diversificada da programação geral do Serviço de Radiodifusão Educativa à zona rural?

Compreende-se que a intenção do Serviço de Radiodifusão Educativa era integrar os diferentes brasis pela educação. Ideais herdados da Rádio Sociedade criada por Roquette-Pinto e, difundidos na Rádio Ministério da Educação e Saúde por Fernando Tude de Souza, que à frente desta emissora tentou diminuir as desigualdades sociais entre a zona rural e urbana. Nesse sentido, ao dividir a programação da rádio em geral e específica, notamos um conceito de educação rural que se pautava pelos conhecimentos teóricos e práticos, defendendo uma experiência ativa do homem na sociedade. Assim, as aulas de conselho doméstico destinada às mulheres, trabalho agrícola, puericultura e literatura demonstravam mais do que disciplinas, mas, valores éticos, incentivo ao cuidado do corpo, da casa e das crianças, e a literatura como forma de educar o homem rural para além dos conceitos teóricos e escolares, a fim de moldá-lo desde o ensino das letras e contas às atitudes e comportamento.

Diante da escassez de fontes documentais encontramos indícios do funcionamento do Serviço de Radiodifusão Educativa que fundamentaram a interpretação da educação rural no Serviço como: programas especializados destinados às crianças, às mulheres (donas de casa) e aos agricultores. Para organização desta programação o Serviço de Radiodifusão Educativa contou com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Porém, não encontramos mais vestígios sobre essa parceria, a fim de descobrirmos qual era a relação entre os serviços, como também informações sobre os livros e atas que constassem mais aspectos sobre a programação rural e a matrícula dos ouvintes rurais no Serviço de Radiodifusão Educativa.

Por outro lado, nos colocamos a pensar sobre a intencionalidade da educação rural para o Serviço de Radiodifusão Educativa, a preocupação com a formação do trabalhador agrícola e da dona de casa que constituíam, de forma geral, a base da família rural. Era preciso instruir, informar, e ensinar os valores éticos, morais, higiênicos e trabalhistas à população da zona rural. Neste sentido, Fernando Tude de Souza buscou realizar um projeto de educação rural relacionado à realidade da população rural, considerando os seus aspectos éticos, seus costumes e o trabalho agrícola com os conteúdos escolares e hábitos culturais da sociedade em geral, através das aulas de ciências e música erudita, por exemplo. Os diferentes brasis deveriam aparecer não apenas nos discursos de unidade nacional, mas nas práticas dos intelectuais a exercício de uma educação pública que ofertasse aos brasis, conteúdos gerais e específicos de acordo com o contexto social.

Pode-se perceber que o Serviço de Radiodifusão Educativa intencionava recuperar o homem rural levando-o a desenvolver uma nova consciência a partir da sua educação. Porém tratava-se de um pensamento educacional que acreditava na potencialidade da educação para reconstruir a nação, mas, que não libertava o trabalhador e a dona de casa rurais das suas condições. Como afirma Proust (2015), o trabalho histórico inicia com questionamentos que vão sendo discutidos de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, que tenta ao máximo evitar lacunas, mas, a pesquisa não é uma escrita simples e acabada, se constitui e reconstitui pelas inúmeras perguntas que surgem no início, no decorrer e no final do texto. Neste, consideramos que a educação rural no Serviço de Radiodifusão Educativa nos orienta para novos caminhos de pesquisa, a medida que buscamos interpretar as práticas de educação rural envolvidas, quais literaturas foram ensinadas para a população rural? Como os alunos de localidades diferentes tinham acesso a matrícula, ao rádio, e aos materiais? Da mesma forma que a relação do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura com o Serviço

de Radiodifusão Educativa e de uma iniciativa de educação à distância nos induz para novos horizontes. Acreditamos que esta pesquisa se finda com um ponto de partida.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- BARRETO, João Barros. *Tratado de Higiene. Saneamento e Higiene*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- BECKER, Jean Jacques. *A opinião pública*. In: René Rémond. (org.). 2 Ed. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.p. 185-211.
- BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 21.111. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Viação e obras públicas. *Comissão técnica de rádio. Instruções para o funcionamento de estações de radiodifusão*. Rio de Janeiro: Oficinas dos Correios e telégrafos, 1936.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 9.792. Vitória: Secretária de Educação e Saúde, 1938.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Lei nº 3 De 1947*. Rio de Janeiro, 1947.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Comissão mista de leis complementares – Projeto n. 9. 1948
- CAMARA, Sônia “A constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930”. In: *Revista Brasileira da História da Educação*, Julho/Dezembro, n. 8, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Sob a guarda da república. A infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet/ Faperj, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Reinventando a Escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930*. Rio de Janeiro: Quartet/ Faperj, 2013.
- CALABRE, Lia. *Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque*. 2003. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/346.pdf> > Acesso em: Abril/ 2017
- \_\_\_\_\_. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CAPANEMA, Gustavo. *Caro Fernando Tude de Souza*, Rio de Janeiro, 1948.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Marta Maria C. de. *Molde Nacional e Fôrma cívica: higiene e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. SP. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, SP, 1986.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira*. Cadernos de Pesquisa, n. 71, p. 29-35, 2013.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do sítio do picapau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato* – São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Patrícia Coelho da. *Educadores de rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*. SP. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, SP, 2012.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO. Estatutos. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1935.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

DANGELO, Newton. *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40*. SP Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1994.

ESPINHEIRA, Ariosto. *Rádio e Educação*. São Paulo: Companhia melhoramentos, 1934.

FREITAS, Marcos Cezar de. *História, antropologia e pesquisa educacional: itinerários intelectuais*. São Paulo: Cortez, 2001.

GATOTTI, Moacir. *Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa em comum*. Revista Diálogos, v. 18, n. 2, 2012.

GESTEIRA, Joaquim. *O Departamento Nacional da Criança*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1986.

GOMES, Angela de Castro. *O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional*. In: MAGALDI, Maria (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

HOBSBAWN, Eric J. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia de letras, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. *A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações*. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HORTA, José Silverio Baia. *Histórico do rádio educativo no Brasil (1922-1970)*, In: Cadernos da PUC-Rio. Tópicos em Educação/serie Letras e Artes, Rio de Janeiro 1972.

IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas.pdf) acessado em: segunda-feira, 1 de abril de 2017.

INFÂNCIA E JUVENTUDE, Rio de Janeiro, 1936-1937, n. 4, 6.

JAMBEIRO, Othon et al. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Scielo, EDUFBA, 2004.

JORNAL A NOITE, Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, 02/01/1943.

JORNAL A NOITE, Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, 04/01/1944.

JORNAL A NOITE, Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, 13/07/1944.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, São Paulo: Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOBATO, Monteiro. *Mr Slang e o Problema Vital*. 11. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da Educação*/ Eliane Marta Teixeira Lopes; Ana Maria de Oliveira Galvão: Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LOUVISOLO, Hugo. *A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e ideias atuais*. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1989.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20*. v. 7, n. 3, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950)*. *Tempos Históricos*, n. 10, p. 243-266, 2007.

\_\_\_\_\_. *A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960)*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 1, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Notas do Serviço de Radiodifusão Educativa*. 1948.

NICOLAU, Nathalia dos Santos. *Clubes agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2016.

NUNES, Cinthya de Oliveira. *Pelo progresso da nação: A primeira Conferência Nacional de Educação 1927*. Monografia (graduação). Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo: 2015.

NUNES, Clarice. *As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema*. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo*. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PENNA, Belisário. *Por que se impõe a primazia da Educação Higiênica Escolar*. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da et. al.. *I Conferência Nacional de Educação*, Brasília: 1997.

PENA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo*. Fundação Joaquim Nabuco (Coleção Educadores MEC): Massangana, 2010.

PRADO, Adonia Antunes. *Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo*. Estudos sociedade e agricultura, 2013.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *Introdução*. In: CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

RANGEL, Jorge Antônio. 'O Moderno Dom Quixote' - *A trajetória intelectual do Educador Fernando Tude Souza no Campo Educacional nas décadas de 30 a 50*. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1997.

\_\_\_\_\_. *Roquette-Pinto*. Fundação Joaquim Nabuco (Coleção Educadores MEC): Massangana, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Moderno Dom Quixote: Fernando Tude de Souza e o projeto roquettiano de educação popular através do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde nas décadas de 40 e 50*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0448.pdf>> Acessado em: 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_; CAMARA, Sonia. *Educando o Brasil nas ondas do rádio: Fernando Tude de Souza e o projeto de radiodifusão educativa no Ministério da Educação e Saúde Pública (1943-1951)*. In: SOUZA, Josefa Eliana (org.). *Intelectuais da Educação e Educação escolar*. Maceió: Edufal, 2017.

REVEL, Jacques. *Micro-análise e a construção do social*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV. 1998. p. 15-38.

RESENDE DE CARVALHO, Maria Alice. *Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências sociais, v. 22, n. 65, 2007.

ROQUETTE-PINTO, E. *Seixos Rolados (Estudos brasileiros)*. Rio de Janeiro: 1927.

SALGADO, Álvaro. *A Radiodifusão educativa no Brasil (notas)*. Brasil: MEC, 1946.

SANTOS, Carlos Jorge. *Eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também. O projeto Minerva pela Radiobras: uma experiência em Sergipe (1970/ 1985)*. Porto Alegre: Tese (doutorado) PUCRS, 2016.

SANTOS, Araci Alves. *A saúde no Brasil e como restaurá-la: Henrique Autran e o Serviço de propaganda e educação*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SENRA, Nelson de C. *Informação estatística: forma de saber, fonte de poder*. In: \_\_\_\_\_. *História das estatísticas brasileiras*. RJ: IBGE, Centro de documentação e Disseminação de Informações, 2006.

SIRINELLI, F. *Os intelectuais*. In: REMOND, R. (org). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Jean Paul Sartre um intelectual engajado*. In: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*, São Paulo: Companhia de letras, 2006.

SOUZA, Fernando Tude de. *Meu caríssimo ministro*, Rio de Janeiro 1949.

\_\_\_\_\_. Declaração no Seminário Interamericano de EJA-Grupo de trabalho (1949).

\_\_\_\_\_. Discurso no programa Ao redor do mundo, 1950.

\_\_\_\_\_. Conferência para a UNESCO, 1950.

\_\_\_\_\_. Declaração: Rádio para cultura ou cultura para rádio. 1950.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Victor Costa*. 1950.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Juracy Magalhães*. 1950.

\_\_\_\_\_. *Carta a Torres Bodet*, 1950.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Pedro Calmon*. 1950.

\_\_\_\_\_. *Sr. Presidente, Rio de Janeiro, 1951*.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Juracy Magalhães*. 1951.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Mr. Douglas Schneider*. 1951.

SOUZA, Fernando Tude de. *Palavras do Fernando Tude de Souza no curso de férias da ABE*. 1951.

\_\_\_\_\_. *Sr. Victor Costa*. Rio de Janeiro, 1951.

\_\_\_\_\_. *Sr. Gil Costa Alvarenga*, Rio de Janeiro, 1951.

\_\_\_\_\_. *Carta ao vereador Paes Leme*, 1952.

\_\_\_\_\_. *Carta ao amigo Balbino*, 1953.

\_\_\_\_\_. *Reverendo Padre Veloso*, Serviço de Radiodifusão Educativa, MEC, 1954.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Vitor Costa*, 1954.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Padre Veloso*, 1954

\_\_\_\_\_. *Parecer de Serviço de Radiodifusão do M.E.C. no processo n. 12. 210/ 54*, 1954.

\_\_\_\_\_. *Declaração do Serviço de Radiodifusão Educativa*, MEC, 1954.

\_\_\_\_\_. *Declaração pela medalha no The Teachers College*. 1955.

\_\_\_\_\_. *Declaração ao passar o cargo*. 1956.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Correio da Manhã*. 1956.

\_\_\_\_\_. *Uma lição sobre universidades* (s/d)

\_\_\_\_\_. *Discurso para a Universidade católica na Rádio Jornal do Brasil*. (s/d)

\_\_\_\_\_. *Relatório sobre a radiodifusão*. Ministério da Educação e Cultura, s/d.

\_\_\_\_\_. *Itens de orientação para a rádio oficial*. Ministério da Educação e Cultura, (s/d).

THIELEN, Eduardo Vilela et. al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas da Fundação Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 a 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1991.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. *Individualismo e Cultura; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VELOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política do Estado Novo*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.